



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

BRUNO ANDRÉ CARVALHO LOPES

O Discernimento Espiritual na conceção Cristã
O Discernimento como uma constante de vida

Dissertação Final
sob orientação de:
Prof. Doutor Luís Miguel Figueiredo Rodrigues

Braga
2021

Índice

Resumo	5
Abstract.....	5
Abreviaturas.....	7
Introdução.....	9
Capítulo 1. Fundamentos do conceito de discernimento.....	11
1.1. O Discernimento na Sagrada Escritura.....	11
1.1.1. O Discernimento no Antigo Testamento	12
1.1.2. O Discernimento no Novo Testamento	14
1.1.2.1. O Discernimento nos Evangelhos Sinóticos.....	15
1.1.2.2. O Discernimento em Atos e Epístolas.....	18
1.1.2.3. O Discernimento em São Paulo.....	19
1.2. Discernimento dos Sinais dos Tempos no Concílio Vaticano II.....	25
1.3. Magistério Papa Francisco.....	35
Capítulo 2. O Discernimento Pessoal e Comunitário.....	41
2.1. Discernimento Pessoal.....	41
2.1.1. A Liberdade	50
2.1.2. O Conhecimento	56
2.1.3. A Identidade	63
2.1.4. A Consciência.....	67
2.1.5. A Verdade.....	74
2.2. Do Discernimento Pessoal ao Discernimento Comunitário	79
Capítulo 3. O Discernimento Juvenil	87
3.1. O Processo da Escolha.....	94
3.2. O Discernimento como Arte.....	101
3.3. O Medo, a Coragem no Caminho e o Poder da Decisão	106
3.4. Desolação e Consolação	114
Conclusão	127

Bibliografia Geral	131
Fontes Primárias	131
Fontes Secundárias	132

RESUMO

A presente dissertação desenvolve o tema do Discernimento a partir das Exortações Apostólicas do Papa Francisco, entre as quais a *Christus Vivit* ocupa o lugar central da investigação. O primeiro capítulo é dedicado ao aprofundamento bíblico do “discernimento”, tocando ainda o Concílio Ecuménico Vaticano II e o Magistério do Papa Francisco. Passando ao segundo capítulo, o leitor poderá encontrar uma abordagem ao tema numa perspectiva da moral pessoal e do acompanhamento, focando a atenção nos temas da “liberdade”, “conhecimento”, “identidade”, “consciência” e “verdade”, que estruturam esta secção. Por fim, o terceiro capítulo sintetiza a abordagem teórica dos capítulos precedentes, desembocando todo o processo no “discernimento juvenil” a partir de autores da espiritualidade.

Palavras-chave: Discernimento, Juventude, *Christus Vivit*.

ABSTRACT

This thesis develops the theme of Discernment from the Apostolic Exhortations of Pope Francis, among which *Christus Vivit* occupies the dominant topic of the investigation. The first chapter is dedicated to the biblical deepening of “discernment”, still focusing on the Second Vatican Ecumenical Council and the Magisterium of Pope Francis. Moving on to the second chapter, the reader will be able to find an approach to the theme from a perspective of personal morality and accompaniment, converging attention on the themes of “freedom”, “knowledge”, “identity”, “conscience” and “truth”, which structure this section. Finally, the third chapter summarizes the theoretical approach of the preceding chapters, leading the entire process to “youth discernment” from authors of spirituality.

Keywords: Discernment, Youth, *Christus Vivit*.

ABREVIATURAS

- AL* Francisco, Exortação Apostólica *Amoris Laetitia* (19 de março de 2016).
- CCE* *Catecismo da Igreja Católica* (15 de agosto de 1997).
- ChV* Francisco, Exortação Apostólica *Christus Vivit* (25 de março de 2019).
- EE* Exercícios Espirituais.
- EG* Francisco, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (24 de novembro de 2013).
- EN* Paulo VI, Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* (8 de dezembro de 1975).
- GE* Francisco, Exortação Apostólica *Gaudate et Exultate* (19 de março de 2018).
- GS* Concílio Ecuménico Vaticano II, Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et Spes* (7 de dezembro de 1965).
- HS* João XXIII, Constituição Apostólica *Humanae Salutis* (25 de dezembro de 1961).
- LG* Concílio Ecuménico Vaticano II, Constituição Dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium* (19 de novembro de 1964).

INTRODUÇÃO

Nas reflexões e reminiscências dos meus poucos anos de vida, constatei que, perante a fugacidade do ser, são cada vez menos os jovens que têm a ousadia de se colocar perante questões fundamentais ao longo da sua existência. Tendo presente esta linha de pensamento, encontrei na minha dissertação uma ocasião preciosa para entender melhor qual o caminho que os jovens querem seguir e qual o caminho que a Igreja deve propor a esses mesmos jovens.

De facto, sabemos que os jovens merecem uma solicitude particular. O discernimento é, por isso, uma realidade urgente, sobretudo em tempos nos quais o tecido social, cultural e eclesial está aberto a muitas mudanças. A Igreja, através dos seus documentos, também nos convida, continuamente, a um exercício de discernimento. «A própria Tradição da Igreja testemunha que o discernimento é a via régia para o fiel, uma arte de sinergia com o dom de Deus, de escuta da Tradição, de incardinação eclesial, de abertura para a história e de exercício psico-espiritual».¹

Na elaboração deste trabalho final de mestrado, usamos como metodologia o método hermenêutico teológico, sendo este usado de forma mais generalizada nas diversas unidades curriculares no curso de teologia.

Numa linha transversal, começaremos por apresentar, no primeiro capítulo, o discernimento em três pontos: em primeiro lugar nas Escrituras, isto é, Antigo e Novo Testamentos; de seguida, o discernimento dos sinais dos tempos; e, por fim, elencaremos o discernimento na esteira do pensar do Papa Francisco.

No segundo capítulo, apresentaremos o discernimento em duas etapas: pessoal e comunitário. Na primeira etapa, são essenciais um equilíbrio e um olhar sadio sobre o itinerário que queremos percorrer e, assim, quase que afinamos o nosso caminho segundo as notas da liberdade, conhecimento, identidade, consciência e verdade. No entanto, não poucas vezes, a nossa vida não está afinada, não está equilibrada, não está, por assim dizer, em ordem. Na realidade, faz-se muito ruído e pouca música. Tem que se chamar o afinador para que retese cada corda e ajuste cada cravelha. Têm que se eliminar as afeições desordenadas para que a vida soe bem.² Ao falarmos deste afinador falamos de Deus e nas pessoas que ele coloca no nosso caminho que são intermediárias entre nós e Ele, e é precisamente nesta simbiose que encontramos o discernimento comunitário, o qual se apresentará como a segunda etapa deste itinerário.

¹ Marko Ivan Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão* (Prior Velho: Paulinas, 2014), 107.

² Cf. Carlos Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento* (Braga: Apostolado da Oração, 1989), 74–75.

No terceiro e último capítulo, focaremos a apresentação do discernimento passando pela pastoral juvenil. Sabemos que, hoje em dia, são muitos os jovens que tomam grandes decisões, mas que frequentemente pensam que estas são, somente, para os momentos-chave. Não obstante, é essencial que percebamos que as eleições na vida não são apenas para as grandes ocasiões, mas também o são para as pequenas e isso é o que muitos parecem esquecer, em prejuízo próprio. Por sua vez, o exercício constante da arte de escolher, esse sim, tem importância, tanto pela extensão quotidiana das suas oportunidades, como pelo facto de constituir uma melhor preparação para o tempo de crise, quando este chegar. As mínimas eleições diárias são a trama da própria vida, o clima da alma, a têmpera do espírito. Não menos verdade é a certeza de que a arte de escolher é a arte de viver e vivemos a todas as horas, porque escolhemos a todas as horas.³

³ Cf. Vallés, 178–79.

CAPÍTULO 1. FUNDAMENTOS DO CONCEITO DE DISCERNIMENTO

O discernimento espiritual segundo a concepção cristã é um dom oferecido a quem acredita em Jesus Cristo. Quem está a crescer na vida espiritual escuta São Paulo: «Não vos acomodeis a este mundo. Pelo contrário, deixai-vos transformar, adquirindo uma nova mentalidade, para poderdes discernir qual é a vontade de Deus: o que é bom, o que lhe é agradável, o que é perfeito» (Rm 12,2). Nas palavras de Michael Gallagher torna-se fulcral que, perante a sociedade hodierna, exista a perceção que «estamos diante do desafio de imaginar uma qualidade diferente do empenho cristão e, portanto, diante do desafio de redescobrir Cristo como novidade regeneradora de vida».⁴

Desta forma, só redescobrimo Cristo como novidade regeneradora de vida é que poderemos descobri-lo com um verdadeiro amigo, aquele amigo que «sabe instintivamente o que agrada ao seu amigo. E isso, no caso da nossa amizade com o Amigo eterno, é discernimento».⁵ E devemos ser capazes de ver este verdadeiro Amigo em todo e qualquer irmão, como uma chama que habita nele e entre nós, pois a «chama trémula da última vela na mão do moribundo é a luz mais clara do mundo para ver o caminho verdadeiro e tomar decisões na vida».⁶

1.1. O Discernimento na Sagrada Escritura

Ao contemplarmos a Sagrada Escritura, não poucas vezes verificamos a presença do tema do discernimento, o que seria de esperar, uma vez que este é, de certa forma, um caminho e um convite que o meio religioso nos lança a cada momento e a cada hora, no sentido de irmos ao encontro de nós mesmos e de trilharmos o nosso caminho, não vivendo fechados nem conformados com a indecisão e com o medo.

Contudo, o convite acontece mesmo que sejamos capazes de marcar o nosso próprio itinerário à luz daquilo que Deus nos coloca nas mãos, procurando quotidianamente responder às questões: O que eu quero para a minha vida? E o que Deus quer para a minha vida? Não tendo medo nunca do caminho e de tomar decisões, pois o problema não está em caminhar, mas no que fazer quando se chega. O problema é o chegar. Caminhar é fácil, porque é temporal e transitório, movimentado e entretido. Enquanto caminhamos não pensamos, não nos preocupamos. No entanto, ao chegar impõe-se a decisão e isso é que nos custa. Já chegámos. O

⁴ Michael Paul Gallagher, *A surpreendente novidade de Cristo*, trad. Carlos Reis (Braga: Apostolado da Oração, 2012), 15.

⁵ Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 157.

⁶ Vallés, 164.

que fazer agora?⁷ «Para onde vou e para quê? Esta pequena pergunta, repetida a tempo, pode evitar muitos malefícios na vida».⁸

1.1.1. O Discernimento no Antigo Testamento

Procurar na Escritura o que é o discernimento espiritual significa percorrê-la em toda a sua totalidade. No entanto, mais do que uma teoria sobre o discernimento, na Escritura encontramos um discernimento em ação, *in fieri*. Isto é: por um lado, o discernimento que Deus realiza na história de Israel ou na Igreja; por outro lado, o que o homem faz para entrar no caminho da fé e da justificação e para aumentar a operosidade de sua existência cristã na Igreja e no mundo.⁹

Se olharmos para a Sagrada Escritura e para a liturgia verificamos que a repetição é um dos mais antigos métodos de discernimento. No entanto, só podemos compreender este ponto tendo presente que a repetição ajuda a ver a verdadeira relação entre um pensamento e a verdade do homem concreto e, em seguida, o alcance de um pensamento para a vida autêntica de uma determinada pessoa. Não obstante, o homem moderno sente uma certa alergia diante da repetição, mas os antigos apreciavam-na muitíssimo. Na realidade, uma pessoa, quando repete frequentemente o mesmo pensamento, começa a perceber dentro de si uma reação: ou começa a sentir prazer e ele acalenta cada vez mais o coração, desencadeando a criatividade, ou, por outro lado, torna-se para ela cada vez mais incómodo, estranho, a ponto, inclusive, de lhe causar aborrecimento.¹⁰

Numa outra perspectiva, claramente menos favorável para quem discerne, é a «convicção de que o pensamento a ser evitado é aquele que vem de fora e que o homem o aceita porque exerce um grande fascínio sensorial e afetivo sobre ele, acabando por considerá-lo prioritário; ou porque se apresenta com tanta veemência e pressão que, impulsionados pela pressa, escolhemo-lo por ser o mais urgente para nós».¹¹

Ao contemplarmos o Antigo Testamento verificamos, de certa forma, uma atitude crítica do cristão para progredir no caminho de Deus. Assim, logo no primeiro livro da Sagrada Escritura, Deus escolhe tanto Adão (cf. Gn 2,17), como Abraão (cf. Gn 12,4) bem como nos livros que se seguem, onde escolhe o povo de Israel (cf. Ex 19,8; 24,3; Jz 24,15; Dt 28,1.15),

⁷ Cf. Vallés, 111.

⁸ Vallés, 76.

⁹ Cf. Antonio Barruffo, «Discernimento», em *Dicionário de Espiritualidade*, ed. Augusto Guerra e Isabel Fonte Leal Ferreira, 2ª edição (São Paulo: Paulus, 1993), 285.

¹⁰ Cf. Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 43.

¹¹ Rupnik, 43-44.

os soberanos e os chefes do povo. Para corresponder a esta escolha, a esta eleição, é preciso libertar-se de motivos e condições obscuros e comprometer-se no caminho contínuo de busca de fé. Para o povo eleito trata-se de aceitar a própria visão de Deus, bem como o seu discernimento, o que implica dois momentos: um primeiro momento, o da passividade, isto é, deixar-se guiar por ele, recordar os seus benefícios, dar graças, voltar às origens para compreender novamente a sua vocação, fortalecer-se na confiança da promessa; e, mais tarde, um segundo momento, que se confere na atividade de compromisso, de busca do novo, sempre sob a direção de Deus.¹²

Na arte do discernimento temos de ter presente que para haver discernimento tem que *a priori* existir duas opções, mais não seja entre o tomar uma decisão e simplesmente não tomar, pois o ato de não escolher entre duas situações e assim ficar parado requer também um discernimento. Nesta interpelante reflexão verificamos que nas nossas mãos estão diariamente colocadas opções: «Repara que coloco hoje diante de ti a vida e o bem, a morte e o mal» (Dt 30,15). Não obstante, a opção de não decidir entre o bem e o mal, também é uma opção que requer discernimento.

Na realidade, o Antigo Testamento revela-nos não só o discernimento de vários homens e de um povo, mas delicadamente delicia-nos com interpelações requintadas que subtilmente toca o discernimento nos jovens. Este ponto torna-se claro no discernimento de José, filho de Jacob. José era um dos mais novos da família e superou todos os seus irmãos em trabalhos importantes quando tinha dezassete anos (cf. Gn 37,2-3). Desta forma, verificamos a jovialidade presente no discernimento de José. No mesmo prisma, encontramos a inocência de Samuel, que era um juvenzinho e procurava o conselho de um adulto quando escutou o chamamento. Na mesma linha, o rei Saul também era um jovem quando o Senhor o chamou a cumprir a sua missão (cf. 1Sm 9,2).

Falando de reinados, facilmente nos vem à memória o rei David, que foi eleito sendo apenas um rapazinho, isto acontece porque Deus olha o íntimo de cada um de nós «o homem vê as aparências, mas o Senhor olha o coração» (1Sm 16,7). É certo que a glória da juventude está mais no coração do que na força física ou na impressão que alguém provoca nos outros. Da mesma forma, o próprio Salomão afirmou-se como um jovem inexperiente: «Não passo de um jovem inexperiente que não sabe ainda como governar» (1Rs 3,7). No entanto, foi a sua humildade e a audácia da juventude que o levaram a pedir a Deus a sabedoria. O próprio profeta Jeremias, sendo muito jovem, assumia toda a sua fragilidade: «Ah, Senhor Deus, eu não sei

¹² Cf. Barruffo, «Discernimento», 285.

falar, pois ainda sou um jovem» (Jr 1,6). É neste itinerário bíblico que somos confrontados com a união da frescura da juventude em união com a força de Deus.

Não podemos terminar esta referência à juventude sem referir uma jovencinha judia que apresentava uma forte fé e esperança que seria curada da sua doença da lepra (cf. 2Rs 5,2-6). Falo, pois, da jovem Rute, que se revelou um verdadeiro exemplo de generosidade e humildade, bem como demonstrou uma profunda entrega ao seu discernimento na comunhão com o Senhor.

1.1.2. O Discernimento no Novo Testamento

No Novo Testamento, o discernimento apresenta uma forma um pouco diferente, assim, diz respeito, antes de mais, ao reconhecimento de Jesus de Nazaré como Messias Redentor, isto é, revelador do Pai.

Olhando o Novo Testamento, verificamos uma vertente que coincide com o Antigo Testamento, na medida em que, não poucas vezes, o discernimento é aplicado aos jovens, desde logo, na própria vida de Jesus. Aqui somos confrontados com um Jesus eternamente jovem, que quer oferecer-nos um coração sempre jovem. Purificai-vos do velho fermento para serdes uma nova massa (cf. 1Cor 5,7). Este é o caminho para nos revestirmos do homem jovem¹³ (cf. Cl 3,9-10). É precisamente deste espírito jovem, isto é, do íntimo de cada jovem que encontramos os «sentimentos de misericórdia, de bondade, de humildade, de mansidão, de paciência, suportando-vos uns aos outros e perdando-vos mutuamente, se alguém tiver razão de queixa contra o outro» (Cl 3,12-13). Ser juventude é ter um coração capaz de amar. Na verdade, Cristo é a mais formosa juventude deste mundo. Tudo aquilo que Ele toca torna-se jovem, faz-se novo, enche-se de vida (cf. *ChV*, 5). «Ser jovem é voltar ao essencial do primeiro amor. Assim, a Igreja é a verdadeira juventude do mundo. Nela é sempre possível encontrar Cristo, o companheiro e o amigo dos jovens» (*ChV*, 34). «A Igreja é jovem quando é ela própria, quando recebe a força sempre nova da Palavra de Deus, da Eucaristia, da presença de Cristo e da força do seu Espírito em cada dia. É jovem quando é capaz de regressar uma e outra vez à sua fonte» (*ChV*, 35).

Nesta linha de pensamento, apercebemo-nos que são precisamente os jovens que a podem ajudar a manter-se jovem, a não cair na corrupção, a não desistir, a não se orgulhar, a não se converter em seita, a ser mais pobre e testemunhal, a estar próxima dos últimos e dos descartados, a lutar pela justiça, a deixar-se interpelar com humildade. Eles podem conferir à

¹³ A mesma palavra grega que se traduz por “novo” também se utiliza para significar “jovem”.

Igreja a beleza da juventude quando estimulam a sua capacidade de «se alegrarem com aquilo que começa, de se darem sem recompensa, de se renovarem e de partirem de novo para novas conquistas (cf. *ChV*, 37).

Numa linha vertiginosa, para além do discernimento que se refere aos espíritos (cf. 1Cor 12,10), há também o «discernimento das emoções interiores, dos pensamentos e dos sentimentos; há o discernimento das vocações, dos estados de vida, etc; há o discernimento das pessoas individuais e das comunidades; há, inclusive, um discernimento que se refere mais estritamente à moral».¹⁴

No seu itinerário, um jovem não se pode sentir desanimado, é próprio dele sonhar coisas grandes, procurar largos horizontes, atrever-se a mais, querer conquistar o mundo, ser capaz de aceitar propostas desafiantes e desejar contribuir com o melhor de si mesmo para construir algo melhor. Neste sentido, o convite é a que não deixemos que nos roubem a esperança (cf. *ChV*, 15). A exortação feita por Paulo a Timóteo encontra-se precisamente nesta linha, onde adverte para que «ninguém escarneça da tua juventude» (1Tm 4,12).

1.1.2.1. O Discernimento nos Evangelhos Sinóticos

Centrando-nos nos Sinóticos, embora sem termo que o especifique, temos a realidade do discernimento, que consiste substancialmente em reconhecer na pessoa e na ação de Jesus o poder do Espírito de Deus e a derrota do espírito do mal. Jesus é «sinal de contradição» (Lc 2,34) e, portanto, objeto de discernimento, desta forma, os que O acolhem descobrem Nele o caminho do Espírito, quanto aos outros continuam a ler as Escrituras sem compreendê-las e veem Jesus passar sem reconhecer que Deus está nele.¹⁵

É certo que, por vezes, são muitos os exemplos que temos dos jovens que andam por trilhos adversos, no entanto, torna-se fulcral que cada um saiba cair em si para poder começar de novo (cf. Lc 17,19) e decidir levantar-se (cf. Lc 17,20). Na verdade, «é próprio do coração jovem dispor-se a mudar, ser capaz de voltar a levantar-se e de se deixar ensinar pela vida. Jesus elogia mais o jovem pecador que retoma o bom caminho do que aquele que se julga fiel, mas não vive o espírito do amor e da misericórdia» (*ChV*, 12).

No Evangelho de Marcos, verificamos o valor da juventude e daquela que deve ser a nossa atitude diária, de procurar seguir o caminho reto deixando-nos orientar pelo Senhor para

¹⁴ Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 13.

¹⁵ Cf. Barruffo, «Discernimento», 286.

assim podermos afirmar que, relativamente aos mandamentos, temos «cumprido tudo isso desde a minha juventude» (Mc 10,20). É precisamente nesta linha que «ninguém se deve arrepender de gastar a juventude sendo bom, abrindo o coração ao Senhor, vivendo de uma maneira diferente. Nada disso nos tira a juventude, mas fortalece-a e renova-a» (*ChV*, 17).

Nesta linha de pensamento, verificamos que na paixão do Senhor aparece um jovem temeroso, que tentava seguir Jesus, mas que fugiu nu (cf. Mc 14,51-52), um jovem que não teve forças para arriscar tudo a fim de seguir o Senhor (cf. *ChV*, 32). Ainda junto ao sepulcro vazio, vemos um jovem «vestido com uma túnica branca» (Mc 16,5), que convidava a perder o temor e anunciava a alegria da ressurreição (cf. Mc 16,6-7).

No Evangelho de Mateus vemos um jovem (cf. Mt 19,20-22) a aproximar-se de Jesus com aquele espírito aberto dos jovens, que procuram novos horizontes e grandes desafios. No entanto, não se sentiu capaz de aceitar o desafio lançado por Jesus e, por isso mesmo, sentiu-se fraco: «ao ouvir tais palavras, o jovem retirou-se contristado porque possuía muitos bens» (Mt 19,22). Nesta linha, verificamos o pensamento do jovem e a sua angústia ao perceber que tinha renunciado à sua juventude.

Não menos importante é o conhecimento que temos de cada árvore através dos seus frutos, tal como evidencia Jesus no Evangelho (cf. Mt 12,33; Lc 6,43-44); o que confirma se o discernimento foi feito corretamente são as obras (cf. Ef 5,8-10; Flp 1,9-11; Gl 5,22), que se referem diretamente ao amor ao irmão; caso contrário, mesmo que façamos maravilhas, se nos faltar amor, nada vale a pena (cf. 1Cor 13,1-3). E isto tem, não só uma tradução interpessoal, mas também social e estrutural, até que uma ordem internacional mais justa e solidária seja alcançada (cf. *GS*, 40).

Ainda no Evangelho de Mateus somos confrontados com umas jovens prudentes, que estavam preparadas e atentas, enquanto outras viviam distraídas e adormecidas (cf. Mt 25,1-13). É certo que uma pessoa pode passar a sua juventude distraída, voando sobre a superfície da vida, adormecida, incapaz de cultivar relações profundas e de entrar no mais fundo da vida. Com efeito, acaba por preparar um futuro pobre, sem substância. Ou então, pode gastar a sua juventude cultivando coisas belas e grandes, e assim prepara um futuro cheio de vida e de riqueza interior (cf. *ChV*, 19). Estas são na verdade as duas realidades que podemos viver no nosso íntimo, no entanto, se perdemos o vigor interior, os sonhos, o entusiasmo, a esperança e a generosidade, Jesus apresenta-se diante de ti tal como se apresentou diante do filho morto da viúva (cf. *ChV*, 20). E com a sua mão poderosa e de verdadeiro pai exorta a cada um de nós: «Jovem, Eu te ordeno, levanta-te!» (Lc 7,14). De forma a que cada jovem não se sinta diferente de todos os jovens de outros tempos, somos confrontados com a jovialidade de Jesus, Ele que

é jovem entre os jovens, para servir de exemplo aos jovens e consagrá-los ao Senhor. Não podemos ter medo de ser jovens e viver como verdadeiros jovens, na realidade «a juventude é uma etapa original e estimulante da vida, que o próprio Jesus viveu, santificando-a».¹⁶ Na verdade, «não conseguiremos escutar a sua voz se não tivermos crescido na atitude mental contemplativa necessária para o discernimento. Este é o nosso “levantarmo-nos”. O primeiro sinal da nossa abertura para um encontro com Jesus Cristo – que está à nossa procura – é lermos os Evangelhos com um coração aberto».¹⁷

A pessoa que discerne pode sentir a confiança de ser ortodoxa. Jesus apresentou a razão que o justifica de uma forma muito viva: «O homem bom, do bom tesouro do seu coração, tira o que é bom; e o mau, do mau tesouro, tira o que é mau, pois a boca fala da abundância do coração» (Lc 6, 45). Estas palavras sublinham o que foi e ainda é o discernimento, pois este não se refere somente ao que pensamos e em que acreditamos, ou seja, à cabeça e ao coração. Refere-se também às mãos, ao bem que realizamos. O que fazemos proclama o que pensamos e em que acreditamos.¹⁸

No entanto, não devemos pensar que Jesus era um adolescente solitário ou um jovem ensimesmado. A sua relação com as pessoas era a de um jovem que partilhava toda a vida de uma família bem integrada na sua terra. De notar que este detalhe mostra que era um simples rapaz no meio do seu povo, que se relacionava com toda a normalidade. Ninguém O olhava como se Ele fosse um jovem raro ou separado dos outros (cf. *ChV*, 28). Precisamente por essa razão, quando Jesus saiu a pregar, as pessoas não percebiam onde é que Ele ia buscar aquela sabedoria: «Não é este o filho de José?» (Lc 4,22).

Ao falarmos dos exemplos e modelos que os jovens devem procurar, certamente, não encontraremos um modelo melhor que o modelo de Maria, a jovem de Nazaré. «Ela é o grande modelo para uma Igreja jovem, que quer seguir Cristo com frescura e docilidade» (*ChV*, 43). Ela, que era uma mulher decidida, percebeu de que se tratava e disse “sim”, sem rodeios. Este foi, verdadeiramente, o “sim” de quem se quer comprometer e daquele que quer arriscar, de quem quer apostar tudo, sem outra segurança que não seja a certeza de saber que era portadora de uma promessa. Maria não comprou um seguro de vida! Maria arriscou tudo, por isso é forte, por isso é uma *influencer*, é a *influencer* de Deus! (cf. *ChV*, 44). Maria era a jovem de alma grande que estremecia de alegria (cf. Lc 1,47), era a jovenzinha de olhos iluminados pelo

¹⁶ Sínodo dos Bispos, «Documento Final da XV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos», n. 60, acedido a 5 de fevereiro de 2021, http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20181027_doc-final-instrumentum-xvassemblea-giovani_sp.html.

¹⁷ Joseph Tetlow, *Sempre em Discernimento* (Braga: Apostolado da Oração, 2019), 107–8.

¹⁸ Cf. Tetlow, 57–58.

Espírito Santo que contemplava a vida com fé e tudo guardava no seu coração de menina (cf. Lc 2,19). Era a inquieta, aquela que se põe continuamente a caminho, que mal soube que a sua prima precisava dela não pensou nos seus próprios projetos, mas dirigiu-se à pressa para a montanha (cf. Lc 1,39).

Desta sucessão de factos que demonstram a docilidade do coração jovem de Maria percebemos que este mesmo poderá renascer do coração juvenil de todos nós, procurando quotidianamente, na disponibilidade para com o nosso próximo, presente na atenção e no amor para com os demais. É precisamente nesta atenção que percebemos todo o itinerário mariano e a sua preocupação para com o seu Filho, não só fruto da sua juventude, mas também daquela que carrega o coração de mãe. Assim, se era necessário proteger o seu filhinho, lá ia ela com José para um país distante (cf. Mt 2,13-14).

Por isso, permaneceu junto dos discípulos reunidos em oração, à espera do Espírito Santo (cf. At 1,14). Desta forma, com a sua presença, nasceu uma Igreja jovem, com os seus Apóstolos em saída, para fazer nascer um mundo novo (cf. At 2,4-11). Nesta linha de pensamento, verificamos que «aquela jovencinha, hoje, é a Mãe que vela pelos filhos, estes filhos que caminham pela vida muitas vezes cansados, carentes, mas querendo que a luz da esperança não se apague» (*ChV*, 48).

1.1.2.2. O Discernimento em Atos e Epístolas

Nos Atos dos Apóstolos, verificamos que, para além de toda a teoria, a dinâmica do discernimento é clara, de tal forma que o «Espírito de Deus se impõe com sua própria força e traz a sua luz; suas iniciativas são sempre maravilhosas e às vezes desconcertantes, porém nunca turbulentas nem desordenadas; sua ação exerce-se sempre na Igreja, cuja paz e expansão assegura; sua obra consiste em dar a conhecer e em irradiar o nome do Senhor Jesus».¹⁹

Verificando toda esta presença da juventude nas Sagradas Escrituras, damo-nos conta que falamos de uma Igreja que deve ser predominantemente jovem e que deverá, pois, deixar-se voltar ao essencial do primeiro amor. Na realidade, a Igreja é a verdadeira juventude do mundo. Nela é sempre possível encontrar Cristo, o companheiro e o amigo dos jovens (cf. *ChV*, 34). De certa forma, procuramos uma Igreja que se deixa renovar. Assim, a Igreja «é jovem quando é ela própria, quando recebe a força sempre nova da Palavra de Deus, da Eucaristia, da

¹⁹ Barruffo, «Discernimento», 286.

presença de Cristo e da força do seu Espírito em cada dia. É jovem quando é capaz de regressar uma e outra vez à sua fonte» (*ChV*, 35).

Em jeito de conclusão, somos convergidos para o pensamento segundo o qual, como jovens, devemos atrever-nos a ser diferentes, isto é, a mostrar outros sonhos que este mundo não oferece, a dar testemunho da beleza, da generosidade, do serviço, da pureza, da fortaleza, do perdão, da fidelidade à própria vocação, da oração, da luta pela justiça e pelo bem comum, do amor aos outros e da amizade social (cf. *ChV*, 36). Sabemos, pois, que são precisamente os jovens que a podem ajudar a manter-se jovem, a não cair na corrupção, a não desistir, a não se orgulhar, a não se converter em seita, a ser mais pobre e testemunhal, a estar próxima dos últimos e dos descartados, a lutar pela justiça, a deixar-se interpelar com humildade (cf. *ChV*, 37). Eles podem conferir à Igreja a beleza da juventude quando estimulam a sua capacidade de se alegrarem com aquilo que começa, de se darem sem recompensa, de se renovarem e de partirem de novo para novas conquistas.

Os cristãos de hoje, ao discernirem, estão a praticar a verdade com amor (cf. 1Jo 3,18). Na verdade, este é o elemento comum a todas estas experiências cristãs: o discernimento não aponta apenas para um sentimento, ou para algo que tenhamos compreendido ou determinado só pela razão.²⁰ Estes cristãos adultos têm vivido a sua fé com clareza e o seu acreditar com honestidade, na esperança de estarem a fazer como Jesus fez: «senão o que vir fazer ao Pai» (Jo 5,19). Neste fio condutor, apercebemo-nos que quando se trata de decidirmos o que fazer, pretendemos amar não «com palavras nem com a boca, mas com obras e com verdade» (1Jo 3,18). Esta fé e esta confiança modelam cada ato que realizamos em discernimento.

1.1.2.3. O Discernimento em São Paulo

O discernimento tem ampla exemplificação nas cartas de Paulo, uma vez que para o Apóstolo, o cristão com maturidade é capaz de discernir o bem e de se conformar generosamente (cf. Rm 12,1-2). De facto, encontrar a vontade de Deus pode parecer ter sido mais fácil no passado, quando, por todo o país, as famílias seguiam a nossa fé. O mesmo acontecia com o meio onde vivíamos, em que os fiéis demonstravam uma fé e uma esperança intensas, pela participação regular na missa e por meio das grandes obras de edificação de escolas e hospitais católicos. Esta era seguramente uma forma de demonstrarmos e vivermos

²⁰ Cf. Tetlow, *Sempre em Discernimento*, 19.

verdadeiramente a religião e ao praticá-la de modo livre e consciente, as pessoas não pensavam estar a discernir algo, mas a sua dedicação firme irradiava uma espécie de santidade comum.²¹

Deste modo, o discernimento é fruto da presença do Espírito, que renova a mentalidade e guia o juízo.²² Por isso, Paulo exorta: «Não apagueis o Espírito. Não desprezeis as profecias» (1Tes 5,19-20). Nesta mesma linha, continua São Paulo aos Filipenses «e é por isto que eu rezo: para que o vosso amor aumente ainda mais e mais em sabedoria e toda a espécie de discernimento, para vos poderdes decidir pelo que mais convém» (Flp 1, 9-10).

Em sentido lato, reparamos que toda a «Sagrada Escritura manifesta a iniciativa de Deus que guia o seu povo em diferentes e variadas situações. A vida do crente adquire uma atitude crítica perante a realidade e abre-se ao horizonte escatológico do Reino».²³ De facto, o cristão sabe que Deus «põe à prova os nossos corações» (1Tes 2,4) e num diálogo profundo, sob a ação do Espírito Santo, é convidado a acolher a vontade de Deus e a pô-la em prática.

Na verdade, a Palavra de Deus ilumina a compreensão do discernimento, de tal forma que o convite é feito claramente de forma a que o discernimento seja feito ao longo do itinerário do cristão, porque não há cristão sem discernimento: «Não vos acomodeis a este mundo. Pelo contrário, deixai-vos transformar, adquirindo uma nova mentalidade, para poderdes discernir qual é a vontade de Deus: o que é bom, o que lhe é agradável, o que é perfeito» (Rm 12,2). Desta forma, a convocação feita por Deus é precisamente que sejamos capazes de sair da nossa zona de conforto e nos desamarrar daquilo que nos acomoda, para desabrochar para o verdadeiro discernimento e, assim, não nos acomodarmos aos nossos próprios interesses, pois quando a nossa vida interior se revê e se fecha «deixa de haver espaço para os outros, já não entram os pobres, já não se ouve a voz de Deus, já não se goza da doce alegria do seu amor, nem fervilha o entusiasmo de fazer o bem. Este é um risco, certo e permanente, que correm também os crentes. Muitos caem nele, transformando-se em pessoas ressentidas, queixosas, sem vida» (EG, 2).

Segundo o ideal cristão, cada homem é chamado a ser sacerdote, com Cristo, numa dádiva permanente de si mesmo, com uma mente renovada. Na realidade, para podermos agir assim, não nos poderemos adaptar ao modo de pensar deste mundo, mas antes aos desígnios de Deus. «Não vos acomodeis a este mundo» (Rm 12,2) significa não se deixar adaptar aos esquemas, formas ou critérios do mundo, entendido como tudo aquilo que se opõe a Deus ou

²¹ Cf. Tetlow, 60.

²² Cf. Traian Valdman, «Discernimento», em *Christos Enciclopédia do Cristianismo*, ed. Gianni Ambrosio (Lisboa/ São Paulo: Verbo, 2004), 283.

²³ Jesús Sastre, «Discernimento», em *Diccionario de Pastoral y Evangelización*, ed. Vicente Maria Pedrosa, Jesús Sastre, e Raúl Berzosa (Burgos: Monte Carmelo, 2001), 317.

que não julga segundo os seus critérios. O cristão não se pode deixar conformar pelo esquema do mundo, mas, pelo contrário, deverá ser um inconformista. A sua atitude há de ser diferente: deixar-se transformar (cf. Rm 12,2) pelo dinamismo do Espírito. Transformação que provoca na pessoa uma nova maneira de ser e de pensar, uma nova mentalidade iluminada pelo Evangelho.²⁴ Na verdade, aquele que «arrisca, o Senhor não o desilude; e, quando alguém dá um pequeno passo em direção a Jesus, descobre que Ele já aguardava de braços abertos a sua chegada. Deus nunca se cansa de perdoar, somos nós que nos cansamos de pedir a sua misericórdia» (GE, 3).

Na verdade, o discernimento cristão não pode ser feito a partir dos próprios critérios e interesses, é necessária uma nova mentalidade, aquela que Deus nos dá à medida que passamos do homem velho para o homem novo (cf. 1Cor 1,10). Esta nova mentalidade implica não «se conformar com o mundo» (Rom 12,2). É necessário romper com a ordem atual caracterizada por ter, poder e competir para poder discernir.²⁵

Este texto da Carta aos Romanos começa por dizer, no fundo, naquilo que deve consistir uma mudança ou uma conversão necessária para poder fazer o discernimento cristão: «Não vos conformeis com este mundo» (Rom 12,2). Desta forma, Paulo coloca estas palavras antes de falar de conversão. E ele contrapõe: para realmente mudar de vida, a primeira coisa é tornar-se um inconformista com a ordem estabelecida. Só onde há intransigência com este mundo, só aí é possível o discernimento dos cristãos. É a tal ordem ou, em outras palavras, é esse sistema em que o cristão, que deseja sinceramente discernir o que é agradável a Deus, não se pode conformar. Por isso, nos ambientes religiosos são tantas as pessoas que fazem discernimentos com frequência que nunca acertam ou encontram o que procuram.²⁶

Numa linha transversal, devemos ter em conta que o Novo Testamento não diz, em lugar nenhum, que o cristão encontra o que agrada a Deus ao se submeter a uma regra ou lei escrita. Antes pelo contrário, a expressão “o que é agradável a Deus” está relacionada, especificamente na teologia de São Paulo, com o discernimento (cf. Rom 12,2; 14,18; 2Cor 5,9; Ef 5,10; Flp 4,18; Col 3,20; Tt 2,9), ou seja, a descoberta pessoal que o próprio crente deve fazer. E é precisamente nesta descoberta que acaba por se expressar, nos escritos do Novo Testamento, por dois termos: o substantivo *diákrisis*, que indica a ideia de separar ou fazer distinção, e o verbo *dokimásein*, que tem o sentido de provar ou aprovar, do qual resulta a ideia de discernir

²⁴ Jerónimo Trigo, «Discernimento», em *Enciclopédia Luso-Brasileira*, ed. Jorge Colaço e George Vicente, vol. 9 (Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999), 611.

²⁵ Cf. Sastre, «Discernimento», 318.

²⁶ Cf. José María Castillo, «Discernimiento», em *Nuevo diccionario de Pastoral*, ed. Casiano Floristán (Madrid: San Pablo, 2002), 385–86.

por meio de uma prova, ao fim da qual o falso é rejeitado para reter o autêntico e o bom. O termo *diákrisis* é usado em Hebreus 5,14, enquanto o verbo *dokimásein*, que aparece 22 vezes no Novo Testamento, é o termo técnico com o qual Paulo expressa como deve ser o comportamento do crente.²⁷

Agora, se a conduta cristã deve ser organizada por meio do discernimento, isso logicamente significa que, quando falamos de discernimento, estamos a falar sobre a chave para entender o que a vida de um cristão deve ser e como deve ser. É o que se diz expressamente em Rom 12,2. Neste texto, Paulo resume, com uma fórmula magistral, em que deve consistir o modo de vida concreto de um cristão, o «culto autêntico» dos crentes em Cristo. Essa existência e esse culto concretizam-se, sobretudo, na capacidade de discernir qual é a vontade de Deus. Nesse sentido, o texto de Ef 5, 8-10 também é fundamental: «Portai-vos como homens feitos na luz ..., discernindo o que é agradável ao Senhor». A conduta dos cristãos, como filhos da luz, não consiste em submeter-se às leis religiosas (...), mas no discernimento que o sujeito faz na sua própria consciência. Por outro lado, sabemos que o desejo mais intenso de Paulo é que o amor se intensifique na experiência dos cristãos, para que sejam treinados para discernir o que agrada ao Senhor. (Flp 1,8-11) Além disso, diante do perigo de possíveis desvios na vida cristã, a solução que Paulo oferece não é o recurso a uma determinada norma ou a submissão à autoridade de ninguém (isso também não é dito no Novo Testamento), mas a busca pessoal pelo discernimento. (1Cor 11,28-29; 2Cor 13,5-6; Gál 6,4-5) Tendo em conta que não é apenas uma descoberta exclusiva de cada um, mas que o discernimento é o meio pelo qual a comunidade cristã descobre a ação do Espírito nela. (1Tes 5,19-22)²⁸

Jesus é, na realidade, a verdadeira juventude de um mundo envelhecido, e também é a juventude de um universo que espera, com «dores de parto» (Rm 8,22). É precisamente junto d'Ele que podemos beber do verdadeiro manancial, que mantém vivos os nossos sonhos, os nossos projetos, os nossos grandes ideais, e que nos lança no anúncio da vida que vale a pena (cf. *ChV*, 32). Sendo que, é nesta juventude que habita o nosso discernimento, assim, de cada vez que somos simplesmente sábios quanto ao bem e sem mancha quanto ao mal, estamos a edificar o reino de Deus no seio da humanidade (cf. Rm 16, 19).

Ao longo de todo o Novo Testamento, particularmente em São Paulo, encontramos refletido o tema do discernimento. Muito para além da menção explícita da *diakrasis pneumatou*, isto é, do «discernimento de espíritos» (1Cor 12,10), usam-se o termo *dokimazein* e termos afins, *krino/krisis* e a rica série de vocábulos contida em Filipenses 1,3-11; Colossenses 1,9-14; Efésios 1,15-23; 4,11-16; Romanos 12,1-8. O verbo *dokimazein* expressa o significado fundamental do discernimento, que se confere em provar, experimentar, examinar. A necessidade do discernimento provém da instância crítica do cristão sobre o horizonte escatológico. Primeiramente, é Deus quem discerne o coração do homem, assim, Deus na história é o *dokimazon tas kardias hemon*²⁹, ou seja, é o Deus «que põe à prova os nossos corações» (1Ts 2,4). No Novo Testamento, «o termo *dokimásein* aparece 22 vezes com o

²⁷ Cf. Castillo, 387–88.

²⁸ Castillo, 388.

²⁹ Cf. Barruffo, «Discernimento», 286.

significado de saber o que fazer e o que rejeitar por meio de uma contribuição».³⁰ Isso aplica-se ao discernimento pessoal (cf. 1Cor 11,28-29; 2Cor 13 5-6; Gal 6,4-5) e para o discernimento comunitário (cf. 1Tes 5,19-22).

Na esteira do pensar Paulino, o discernimento é parte imprescindível da busca dinâmica da autenticidade cristã e, por isso, é preciso mantê-lo sempre em ação. É necessário distinguir as moções³¹ que trazem o cunho do Espírito Santo das que lhe são contrárias. A alguns o Espírito concede o carisma do «discernimento de espíritos» (1Cor 12,10), ou seja, a capacidade de reconhecer se determinada inspiração vem do Espírito Divino ou do espírito do mal. Nesta linha de pensamento, verificamos que, para São Paulo, o discernimento é a virtude do tempo da Igreja, situado entre o facto da morte e ressurreição de Cristo e a parusia. O cristão não se submete às provações da vida, porém, discerne-as para descobrir nelas a vontade de Deus, que permite que elas façam parte da pedagogia da salvação.³²

Segundo um aspeto moral, o discernimento tem por objeto «a vontade de Deus» (Rm 12,2), o imperativo moral que impõe vida santa e agradável a Deus (cf. 1Ts 4,1-3). Este imperativo supõe um caminho de conversão contínua. Na verdade, o conhecimento de que fala muitas vezes São Paulo (cf. Flp 5-6; Ef 1,15-18; 4,13; Flp 1,9; Cl 1,9-10) representa justamente este carácter dinâmico de progresso e de crescimento, que interioriza e conduz a um nível cada vez mais alto a fé, a esperança e a caridade.³³

Discernir é, na verdade, saber «o que é agradável ao Senhor» (Ef 5,10), conhecer «a vontade de Deus» (Rm 12,2), «o que é bom» (Flp 1,9-10; 1Tes 5,21-22). Isto não é alcançado aplicando dedutivamente princípios, valores éticos ou uma norma, mas antes, pelo contrário, é algo mais interior, experiencial e fundamental. O discernimento vem do amor evangélico que configura o crente com uma nova sensibilidade e critérios que lhe permitem ver mais claramente o que está de acordo com a vontade de Deus revelada em Jesus Cristo (cf. Flp 1,9-10). A maneira como se vive, os valores pelos quais se trabalha e as causas nas quais a vida está envolvida facilitam ou dificultam o discernimento.³⁴

No texto mais importante de todo o Novo Testamento sobre o discernimento cristão, São Paulo diz: «Deixai-vos transformar, adquirindo uma nova mentalidade, para poderdes discernir qual é a vontade de Deus: o que é bom, o que lhe é agradável, o que é perfeito» (Rm 12,2). Nesta passagem São Paulo procura exortar cada pessoa humana e até mesmo toda a

³⁰ Sastre, «Discernimento», 317.

³¹ Entenda-se por moções tudo o que são sentimentos, experiências, atitudes e impulsos para determinadas opções.

³² Cf. Barruffo, «Discernimento», 286.

³³ Cf. Barruffo, 286.

³⁴ Cf. Sastre, «Discernimento», 318.

comunidade a parar e discernir o que Deus deseja da cada um deles e assim discernirmos o que temos de fazer.³⁵

Para São Paulo há sete critérios de Discernimento. O primeiro critério confere-se com os frutos. O espírito bom e o mau reconhecem-se pelos seus frutos. As obras da carne são manifestas: fornicação, impureza, libertinagem, mas os frutos do Espírito são: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, autodomínio (cf. Gl 5,14-22; Ef 5,8-10; Rm 7, 4-5.19-20).

Um segundo critério é a comunhão eclesial. Os dons autênticos do Espírito são os que edificam a Igreja (cf. 1Cor 14,4.12.26). Os carismas são dons fecundos para a Igreja, sobretudo a profecia, que é palavra eficaz que transmite paz, ânimo e confiança. Em terceiro, tem lugar a força na fraqueza. O Espírito manifesta-se com sinais de poder: milagres, segurança para proclamar a palavra de Deus e enfrentar as perseguições (cf. 1Ts 1,4-5; 2Cor 12,12). São sinais que se mostram tanto mais autênticos, quanto mais contrastam com a fragilidade do Apóstolo (cf. 2Cor 2,4; 12,9).

Nesta linha criteriológica surge a imediatez de Deus. Segurança de vocação divina na docilidade eclesial. De um lado, Deus dá a certeza da sua vocação (cf. Rm 1,1; Gl 1,15; Flp 3,12) e, de outro, este chamado deve ser autenticado pela comunidade eclesial (cf. Gl 1,18) e por seus responsáveis. Segue-se a luz e a paz. Os dons do Espírito não são impulsos cegos que suscitam dificuldades e desordem (cf. 1Cor 14,33). Isso vale não só a respeito das manifestações extraordinárias, como também das moções interiores: «A tristeza, segundo Deus, produz um arrependimento que leva à salvação e não dá lugar ao remorso, enquanto a tristeza do mundo produz a morte» (2Cor 7,10), porque o pensamento da carne é morte, mas o pensamento do espírito é vida e paz (cf. Rm 8,6; 14,17-18).

Quase a finalizar ergue-se a comunhão fraterna. Que é, de certa forma, o critério mais seguro e importante que revela os sinais da presença do Espírito (cf. 1Cor 13). A caridade também leva a respeitar e a amar os carismas dos outros (cf. 1Cor 12). Por último, mas não menos importante, surge a certeza que Jesus é o Senhor! Este, que é o critério supremo do discernimento, é o alcance e as consequências que certas moções ou atitudes têm a respeito de Jesus: «Por isso, quero que saibais que ninguém, falando sob a ação do Espírito Santo, pode dizer: “Jesus é anátema”, e ninguém pode dizer: “Jesus é Senhor”, senão pelo Espírito Santo» (1Cor 12,3). Confessar que Jesus é o Senhor não é apenas pronunciar uma fórmula, porém,

³⁵ Cf. Castillo, «Discernimiento», 384.

descobrir o segredo de Sua pessoa, proclamar a sua Divindade, aderir a ele pela fé e pelo amor, só é possível com a graça do Espírito Santo.³⁶

1.2. Discernimento dos Sinais dos Tempos no Concílio Vaticano II

O tema “sinais dos tempos” nasce teologicamente da atenção constante que o Evangelho tem para com a história. A expressão já é antiga e lembra a necessidade que o crente tem de perscrutar constantemente o mundo envolvente, para o compreender, e, aí, ver a incisão da força renovadora do Evangelho.³⁷

Deve-se à ação profética de João XXIII «a redescoberta do valor e significado desta categoria para a vida da Igreja e para a reflexão teológica».³⁸ O sentido originário do versículo de Mateus foi usado diversas vezes por aquele Papa com o objetivo de provocar os cristãos a saberem olhar para as mudanças do mundo contemporâneo, para poderem anunciar de novo o Evangelho de Jesus Cristo, de modo que este possa ser compreendido.

A expressão “sinais dos tempos” é usada pela primeira vez na Constituição Apostólica *Humanae Salutis*, com a qual se convoca o Concílio Ecumênico Vaticano II.

Estas dolorosas averiguações conclamam ao dever da vigilância e despertam o senso da responsabilidade. Almas sem confiança veem apenas trevas tomando conta da face da terra. Nós, porém, preferimos rearmar toda a nossa confiança em nosso Salvador, que não se afastou do mundo, por ele remido. Antes, mesmo, apropriando-nos da recomendação de Jesus, de saber distinguir “os sinais dos tempos” (Mt 16,3), pareceu-nos vislumbrar, no meio de tanta treva, não poucos indícios que dão sólida esperança de tempos melhores para a Igreja e a humanidade. Pois mesmo as guerras sangrentas que se seguiram em nossos tempos, as ruínas espirituais causadas por tantas ideologias e os frutos de experiências tão amargas, não se processaram sem deixar úteis ensinamentos. (*HS*, 4)

A Igreja, embora se perceba de origem divina, vive no mundo dos humanos, é com todos eles irmanada. Trata-se de «pôr em contacto com as energias vivificadoras e perenes do Evangelho o mundo moderno: mundo que se exalta por suas conquistas no campo da técnica e da ciência, mas que carrega também as consequências de uma ordem temporal que alguns quiseram reorganizar prescindindo de Deus» (*HS*, 3). Contra vozes mais cinzentas, João XXIII propõe o otimismo evangélico para saber corresponder aos momentos de crise da Igreja e da sociedade, com uma renovada força espiritual que fosse capaz de reconhecer as potencialidades presentes nos homens de boa vontade e a constante ação do Espírito Santo.

³⁶ Cf. Barruffo, «Discernimento», 287.

³⁷ Cf. Marie-Dominique Chenu, «Les signes des temps», *Nouvelle Revue Théologique* 87, n. 1 (1965): 29–39.

³⁸ Rino Fisichella, «Les signes des temps», em *Dictionnaire de Théologie Fondamentale*, ed. René Latourelle e Rino Fisichella (Montréal/Paris: Bellarmin/ Cerf, 1992), 1252.

O Concílio inaugura um novo modo de a Igreja estar no mundo e de se relacionar com este, pelo que repetidas vezes se usará nos documentos conciliares a expressão “sinais dos tempos”, até que na *Gaudium et Spes* acaba por ter a sua formulação oficial, acabando por ser uma das formulações mais originais e a que mais implicações tem na pastoral. A expressão “sinais dos tempos” parece ter, desde a sua origem, como objetivo caracterizar o diálogo da Igreja com o mundo, vendo o modo como ela pode aportar a luz de Cristo para as realidades do mundo.³⁹

Por sua vez, a *Gaudium et Spes* explicita que:

Para levar a cabo esta missão, é dever da Igreja investigar a todo o momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho; para que assim possa responder, de modo adaptado em cada geração, às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e da futura, e da relação entre ambas. É, por isso, necessário conhecer e compreender o mundo em que vivemos, as suas esperanças e aspirações, e o seu carácter tantas vezes dramático. (*GS*, 4)

O significado da expressão “sinais dos tempos” não é unívoco.⁴⁰ Se, na Escritura, a expressão remete para a Pessoa de Jesus Cristo, sinal da presença e concretização do Reino de Deus (cf. Lc 12,54-56), nos textos do Magistério assume também uma leitura de “tempo favorável” para dizer e experienciar a possibilidade de Deus.⁴¹ Observamos, então, que o Concílio parte de uma perspetiva interna das comunidades cristãs, através da qual os crentes são exortados ao compromisso pela unidade, para, depois, reconhecerem os sinais externos, que provocam a Igreja em duas vertentes: a primeira no âmbito da liberdade religiosa; e a segunda no reconhecimento dos diversos saberes, para poder anunciar o Evangelho de modo compreensível.

Embora a expressão “sinais dos tempos” remonte já a Jesus Cristo, no Vaticano II assume um redobrado significado, o que permite inferir alguns princípios teológicos básicos que permitem perceber o objetivo do Concílio no novo modo de se relacionar com a história humana e com os diversos seres humanos, nas suas diferentes circunstâncias.⁴²

A primeira alteração que se verifica é no âmbito da linguagem. A comunidade cristã percebe-se como serva da Palavra, que lhe foi confiada e que ela custodia, com o encargo de ser dela sua mediadora na história. Mais, a Igreja sabe que busca sempre a verdade⁴³ e dispõe-

³⁹ Cf. Juan Pablo Espinosa-Arce, «“Signos de los tiempos” en *Gaudium et Spes* Redacción, hermenéutica y teología», *Revista Espiga* 15, n. 32 (2016): 119–36, <https://doi.org/10.22458/re.v15i32.1583>.

⁴⁰ Cf. Domingos Terra, *A leitura crente dos sinais dos tempos* (Lisboa: Universidade Católica, 2012), 15–16.

⁴¹ Cf. Luis González-Carvajal, *Los signos de los tiempos. El Reino de Dios está entre nosotros* (Santander: Sal Terrae, 1987), 105–230.

⁴² Cf. Fisichella, «Les signes des temps», 1253.

⁴³ «Tenho ainda muitas coisas a dizer-vos, mas não sois capazes de as compreender por agora. Quando Ele vier, o Espírito da Verdade, há-de guiar-vos para a Verdade completa. Ele não falará por si próprio, mas há-de dar-vos a conhecer quanto ouvir e anunciar-vos o que há-de vir. Ele há-de manifestar a minha glória, porque receberá do

se a acompanhar todos aqueles que querem conhecer a vontade de Deus, para bem da humanidade. A Igreja oferece, pois, a sua experiência da fé, consciente de que a ação do Espírito Santo, que a guia, age também fora dos seus limites institucionais (cf. *LG*, 8).

Para cumprir a missão confiada por Jesus Cristo à Igreja, esta deixa-se ajudar pelos homens e mulheres de boa vontade para ser capaz de ler atentamente os fenómenos humanos e as tensões que se vêm a criar na história. A Igreja percebe-se pobre e despreziosa e entende que a riqueza está na solidariedade com todos, procurando um compromisso o mais alargado possível, tendencialmente universal. A Igreja deixa de se apresentar como mestra, porque um só é o Mestre (cf. Mt 23,10).⁴⁴

Assim como é do interesse do mundo que ele reconheça a Igreja como realidade social da história e seu fermento, assim também a Igreja não ignora quanto recebeu da história e evolução do género humano.

A experiência dos séculos passados, os progressos científicos, os tesouros encerrados nas várias formas de cultura humana, os quais manifestam mais plenamente a natureza do homem e abrem novos caminhos para a verdade, aproveitam igualmente à Igreja. Ela aprendeu, desde os começos da sua história, a formular a mensagem de Cristo por meio dos conceitos e línguas dos diversos povos, e procurou ilustrá-la com o saber filosófico. Tudo isto com o fim de adaptar o Evangelho à capacidade de compreensão de todos e às exigências dos sábios. Esta maneira adaptada de pregar a palavra revelada deve permanecer a lei de toda a evangelização. Deste modo, com efeito, suscita-se em cada nação a possibilidade de exprimir a mensagem de Cristo segundo a sua maneira própria, ao mesmo tempo que se fomenta um intercâmbio vivo entre a Igreja e as diversas culturas dos diferentes povos. Para aumentar este intercâmbio, necessita especialmente a Igreja – sobretudo hoje, em que tudo muda tão rapidamente e os modos de pensar variam tanto – da ajuda daqueles que, vivendo no mundo, conhecem bem o espírito e conteúdo das várias instituições e disciplinas, sejam eles crentes ou não. [...]

Como a Igreja tem uma estrutura social visível, sinal da sua unidade em Cristo, pode também ser enriquecida, e de facto é, com a evolução da vida social. Não porque falte algo na constituição que Cristo lhe deu, mas para mais profundamente a conhecer e melhor a exprimir e para a adaptar mais convenientemente aos nossos tempos. Ela verifica com gratidão que, tanto no seu conjunto como em cada um dos seus filhos, recebe variadas ajudas dos homens de toda a classe e condição. Na realidade, todos os que, de acordo com a vontade de Deus, promovem a comunidade humana no plano familiar, cultural, da vida económica e social e também política, seja nacional ou internacional, prestam não pequena ajuda à comunidade eclesial, na medida em que esta depende das realidades exteriores. (*GS*, 44)

A Igreja redescobre com coragem um novo modo de se posicionar em relação às culturas e sociedades.

A redescoberta da categoria sinais dos tempos leva a que a Igreja se oriente para uma interpelação mais universal e global da mensagem salvífica, pois procura fazer propostas que

que é meu e vo-lo dará a conhecer. Tudo o que o Pai tem é meu; por isso é que Eu disse: “Receberá do que é meu e vo-lo dará a conhecer”» (Jo 16,12-15).

⁴⁴ Cf. Fisichella, «Les signes des temps», 1253.

vão ao encontro daquelas que são as grandes aspirações e concretizações de ideais, que são património comum de toda a humanidade.

A Igreja exercita, assim, a sua função profética, pois empenha-se na leitura dos “sinais dos tempos” e a emitir o seu juízo de fé. O julgamento/juízo será sempre na perspetiva da salvação, nunca de condenação, enquanto provém do próprio centro da revelação que apresenta o Crucificado como lugar definitivo de salvação (cf. *GS*, 40-90).

A novidade da categoria dos “sinais dos tempos” é resumida por Rino Fisichella do seguinte modo:

da novidade do ensinamento conciliar sobre este tema emergem dois determinantes: 1. Jesus Cristo é o sinal fontal da revelação e, na fidelidade a Ele, a Igreja é, por sua vez, Seu sinal. Estes são os permanentes sinais da presença de Deus e, portanto, e de modo fundamental, os verdadeiros sinais dos tempos. Estes sinais da revelação orientam a história escatologicamente e permitem a conclusão do devir histórico. São sinais do tempo, para o nosso tempo, porque levam impressos neles o sinal da universalidade, que os torna plenamente acessíveis em cada época e normativos para todos. 2. Sinais dos tempos são, igualmente, todas aquelas aspirações da humanidade que determinam o progresso e orientam para a prossecução de formas de vida mais humanas.⁴⁵

Aquele mesmo autor define os sinais dos tempos como «eventos históricos que criam consenso universal, através dos quais o crente é confirmado na verificação do inalterado agir dramático de Deus na história e o não crente é orientado para identificar opções sempre mais verdadeiras, coerentes e fundamentais, em favor de uma promoção global da humanidade».⁴⁶

O Concílio Vaticano II procura reencontrar-se na sua identidade e perspetivar novas possibilidades, olhando o percurso trilhado e projetando novos caminhos. Embora não cesse, jamais, de propor a perfeição e convidar a uma resposta mais plena a Deus, a Igreja deve acompanhar, com atenção e solicitude, os seus filhos mais frágeis, marcados pelo amor ferido e extraviado. Deve ainda, dar-lhes de novo confiança e esperança, como a luz do farol de um porto ou duma tocha acesa no meio do povo para iluminar aqueles que perderam a rota ou estão no meio da tempestade. Não esqueçamos que, muitas vezes, o trabalho da Igreja é semelhante ao de um hospital de campanha (cf. *AL*, 291). Sem sombra de dúvidas que ainda hoje discernimos quanto a decisões sérias, mas não podemos deixar de chamar a atenção que o Concílio Vaticano II apelou a que alargássemos o nosso discernimento, afirmando que «é dever da Igreja investigar a todo o momento os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho» (*GS*, 4).

Desta forma, o Concílio procura não só restringir-se a definir as verdades da fé, mas também a apontar novos rumos para a Igreja. Numa leitura sociológica atual, torna-se

⁴⁵ Fisichella, «Les signes des temps», 1255.

⁴⁶ Fisichella, 1255.

verdadeiramente preocupante que muitos jovens não tenham confiança no matrimónio e convivam adiando indefinidamente o compromisso conjugal, enquanto outros põem termo ao compromisso assumido e, imediatamente, instauram um novo. Na verdade, aos pastores compete não só a promoção do matrimónio cristão, mas também o discernimento pastoral das situações em que as pessoas que deixaram de viver esta realidade, para entrar em diálogo pastoral com elas a fim de evidenciar os elementos da sua vida que possam levar a uma maior abertura ao Evangelho do matrimónio na sua plenitude. No discernimento pastoral, convém identificar elementos que possam favorecer a evangelização e o crescimento humano e espiritual (cf. *AL*, 293). De certa forma, e tendo presente um «ponto de vista religioso, a omnipresença do mundo de imagens e valores que nos rodeia tem um impacto imenso - mesmo se muitas vezes inconsciente - sobre a capacidade das pessoas tomarem decisões vitais, incluindo, naturalmente, a decisão sobre a fé em Deus».⁴⁷

É certo que as convicções que sentimos modelam as verdades que abraçamos, e tanto umas como outras são modeladas pelo que, de facto, fazemos acerca delas. Desta forma, apercebemo-nos que a interação ocorre constantemente e, assim, quando fazemos conscientemente experiência dessa interação e a orientamos, estamos a levar uma vida de discernimento.⁴⁸

A Igreja, que depois do Concílio Vaticano II se considera como serva do mundo, encoraja os cristãos a construir um mundo que fomente a salvação coletiva da humanidade, a partir da realidade social em que se integram (cf. *GE*, 3). Os cristãos, se querem discernir a sua vocação nos tempos de hoje com sentido de responsabilidade e conhecimento de causa, terão que se manter abertos aos “sinais dos tempos”. Na verdade, nenhum cristão em discernimento pode abstrair-se totalmente da mentalidade estrutural da sociedade em que se integra. Porém, os cristãos precisam de elevar o nível da sua consciência crítica face aos pressupostos implicitamente acordados entre os cidadãos no seu contexto social. Por isso, um desafio para quem discerne, tanto compromissos numa vida inteira como decisões mais concretas, será lembrar um aspeto importante que foi esquecido na sua situação histórica, isto é, que as estruturas sociopolíticas são, ao fim e ao cabo, um produto de seres humanos.⁴⁹

Alguns de nós são melhores a discernir do que outros. Os dons diferem. Mas a Igreja espera agora que todos os cristãos adultos leiam os “sinais dos tempos” nas suas próprias situações, lugares e tempos. Isto é discernir. De certa forma, o Espírito Santo mostra-nos, por

⁴⁷ Gallagher, *A surpreendente novidade de Cristo*, 23.

⁴⁸ Cf. Tetlow, *Sempre em Discernimento*, 59.

⁴⁹ Cf. Domingos Terra, *Autoconhecimento e Discernimento Cristão* (Braga: Apostolado da Oração, 1995), 62–65.

meio dos “sinais dos tempos”, o que Deus quer de nós.⁵⁰ Assim, o discernimento revela-se nos dias de hoje como

uma realidade urgente, sobretudo em tempos nos quais o tecido social, cultural e eclesial está aberto a muitas mudanças e se abre para uma época de transição. A Igreja, através dos seus documentos, também nos convida continuamente a um exercício de discernimento. A própria tradição da Igreja testemunha que o discernimento é a via régia para o fiel, uma arte de sinergia com o dom de Deus, de escuta da tradição, de incardinação eclesial, de abertura para a história e de exercício psico-espiritual.⁵¹

Nesta linha de pensamento, verificamos que os primeiros passos do Concílio consistiram num retorno às fontes da Tradição, recuperando os fundamentos teológicos da Igreja, enquanto Corpo Místico de Cristo e Povo de Deus, tendo sempre em vista todo o contexto social envolvente. Desta forma, o Concílio colocou como horizonte a comunhão corresponsável da Igreja com as realidades terrestres, versando o diálogo com a cultura envolvente e com a globalidade da realidade, numa atenção particular aos “sinais dos tempos”. Assim, «com a chegada da sensibilidade pós-moderna, a religião aparece aos olhos de muitos como algo antigo, aborrecido e estranho – quase uma língua morta. A prática eclesial, pois, diminuiu drasticamente, especialmente nas gerações mais jovens. A Igreja torna-se, assim, mais frágil e é posta diante de um enorme desafio pastoral».⁵²

Não menos importante é a oração que conduz ao correto discernimento e que abrange também a capacidade de interpretar os “sinais dos tempos”. Discernir aquilo que acontece, ser capaz de ver os significados espirituais sob as escórias da publicidade, das brilhantes formulações da cultura, da informação, dos *media*, desmascarar os inchaços dos vários centros de poder que engrandecem os acontecimentos para seu próprio proveito, para, assim, ser capaz de ver a ligação entre os acontecimentos e a história da salvação que continua a cumprir-se. É uma questão de escolher se lemos a história e interpretamos a sua contemporaneidade à luz da história da salvação, ou se aceitamos, mais ou menos conscientemente, uma interpretação feita pelos outros. Em ambos os casos, trata-se de uma escolha que, ao acumular-se com outras que se seguem, cria um pano de fundo, um horizonte avaliador que pode tornar-se uma verdadeira estrutura de pensamento, uma couraça férrea que aprisiona o espírito, sufoca o coração, mata a fé e nos torna rígidos, cruéis, de visões estreitas e míopes. Porém, a arte da oração, do discernimento contínuo, leva a visões amplas, a uma aproximação dinâmica, religiosamente dialógica, numa contínua adesão ao Cristo da Páscoa eterna.⁵³

⁵⁰ Cf. Tetlow, *Sempre em Discernimento*, 70.

⁵¹ Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 107.

⁵² Gallagher, *A surpreendente novidade de Cristo*, 44.

⁵³ Cf. Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 202.

O Vaticano II significou um ligeiro avanço neste sentido. Ao lermos a *Lumen Gentium* 12, verificamos que esta reforça o papel de quem preside no discernimento, bem como na *Gaudium et Spes* 4, 11, mas sobretudo o n.º 44, que afirma que é próprio de todo o povo de Deus, mas principalmente dos pastores e teólogos. Apesar do clericalismo do texto, é um passo em frente que não se pode menosprezar. Como também não se deve menosprezar o avanço da *Gaudium et Spes* sobre a *Lumen Gentium*.⁵⁴ É de notar que devemos ter plena consciência que não podemos instrumentalizar Deus, mas que, no entanto, é sempre Ele que

preside às minhas decisões a partir do momento em que surge a procura, acompanha as minhas dúvidas, assiste aos passos que dou, conduz as minhas preferências e chega comigo à decisão final. Ele está sempre ao meu lado, quando sou forte e quando sou débil, enquanto caminho e quando chego, enquanto sofro e quando me alegro. Vivo a minha vida com a sua ajuda e a sua graça e tomo as minhas decisões, tais como elas são em toda a sua integridade, amparado pela sua sabedoria e sua luz. Deus não é um último recurso, mas um companheiro permanente; não é exceção, mas permanência; não é o Deus da emergência, mas o Deus da vida, em cada uma das suas pulsações e em cada uma das suas decisões.⁵⁵

Como pedra de toque, torna-se fulcral ter presente que um ato de discernimento cristão não se deve confundir com um ato doutra natureza. Podem juntar-se, mas não se confundir, porque não se trata, simplesmente, de um ato asséptico. Estamos, na realidade, perante um dos elementos-chave da vivência do Evangelho.⁵⁶ Neste sentido, o Povo de Deus, movido pela fé com que acredita ser conduzido pelo Espírito do Senhor, o qual enche o universo, esforça-se por discernir nos acontecimentos, nas exigências e aspirações, em que participa juntamente com os homens de hoje, quais são os verdadeiros sinais da presença ou da vontade de Deus. Porque a fé ilumina todas as coisas com uma luz nova, e faz conhecer o desígnio divino acerca da vocação integral do homem e, dessa forma, orienta o espírito para soluções plenamente humanas (cf. *GS*, 11).

Para ser credível frente aos jovens, por vezes, precisamos de recuperar a humildade e de simplesmente escutar, reconhecer naquilo que os outros dizem alguma luz que a ajude a descobrir melhor o Evangelho (cf. *ChV*, 41). No entanto, estamos ainda a procurar clarificar tudo aquilo a que corresponde o discernimento. «Durante a maior parte do século passado, pensámos nele sobretudo como uma forma de descobrir a vontade de Deus, especialmente sobre vir a ser religioso ou padre. Era normal pensar que as pessoas chamadas a tomar decisões desse tipo é que precisavam de se entregar a essa coisa do discernimento».⁵⁷

⁵⁴ Cf. António Guerra, «Discernimento», em *Dicionário de Pastoral* (Porto: Perpétuo Socorro, 1990), 182.

⁵⁵ Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 26.

⁵⁶ Cf. Guerra, «Discernimento», 182.

⁵⁷ Tetlow, *Sempre em Discernimento*, 10.

Ao olharmos o Concílio Vaticano II, verificamos que este não tem a menor intenção de mudar a doutrina. Desta forma, procura-se que o depósito sagrado da doutrina cristã seja guardado, mas que exista uma busca de forma a ensiná-lo mais eficazmente. Assim, fica na nossa lente a ideia de apresentar a doutrina ao mundo moderno. Consequentemente, é necessário também que a Igreja não se aparte do património sagrado da verdade, mas que olhe com transparência, de forma a responder às exigências do tempo presente. É certo que «para muitos jovens, Deus, a religião e a Igreja são palavras vazias; no entanto, eles são sensíveis à figura de Jesus, quando esta é apresentada de modo atraente e eficaz» (*ChV*, 39).

Deste modo, a Igreja, vista agora como Povo de Deus, foi guiada pelo Concílio Vaticano II a saber ler os “sinais dos tempos”. Isto levou a que se olhasse para o discernimento com outros olhos, assim, «cinquenta anos depois do Concílio, não só os especialistas, as freiras e os padres estão a discernir, mas também os discípulos adultos».⁵⁸ Portanto, «a Igreja – Povo de Deus – tornou-se cada vez mais consciente, durante o último meio século, de que o discernimento é um ato e uma atitude, um modo necessário de viver com maturidade em Cristo».⁵⁹

Por este motivo, necessita especialmente a Igreja – sobretudo hoje, em que tudo muda tão rapidamente e os modos de pensar variam tanto – da ajuda daqueles que, vivendo no mundo, conhecem bem o espírito e conteúdo das várias instituições e disciplinas, sejam eles crentes ou não. É dever de todo o Povo de Deus e, sobretudo, dos pastores e teólogos, com a ajuda do Espírito Santo, saber ouvir, discernir e interpretar as várias linguagens do nosso tempo, e julgá-las à luz da palavra de Deus, para que a verdade revelada possa ser cada vez mais intimamente percebida, melhor compreendida e apresentada de um modo conveniente (cf. *GS*, 44). Isto é, de certa forma, a clarividência de quem foi chamado a ser pai, pastor ou guia dos jovens, que consiste em encontrar a pequena chama que continua a arder, a cana que parece rachada (cf. *Is* 42,3), mas que, no entanto, ainda não está partida. É a capacidade de encontrar caminhos onde outros veem apenas muralhas, é a habilidade de reconhecer possibilidades onde outros veem perigos. Assim é o olhar de Deus Pai, capaz de valorizar e de alimentar as sementes do bem, semeadas nos corações dos jovens. O coração de cada jovem deve, portanto, ser considerado “terra sagrada”, portador de sementes de vida divina, diante da qual nos devemos “descalçar” para nos podermos aproximar e penetrar a fundo no mistério (cf. *ChV*, 67).

Não obstante, somos confrontados com a realidade que o Concílio Vaticano II não é convocado para mudar a doutrina, mas para procurar compreender melhor, para que se possa

⁵⁸ Tetlow, 11.

⁵⁹ Tetlow, 26.

comunicá-la com o novo contexto social que se vive. É, pois, necessário, um salto adiante, uma mudança de paradigma, isto é, uma releitura e reformulação, e não uma mera repetição das doutrinas. Desta forma, ganha lugar de destaque a necessidade do conveniente discernimento, que implica articular a doutrina, a análise cultural e a oportuna proposta pastoral (cf. *EG*, 26).

Numa outra linha, o Papa Paulo VI entende o Concílio como forma de olhar o mundo contemporâneo e reconhecer os seus problemas no momento de propor a fé cristã e, assim, formular o conteúdo da doutrina católica. Nesta linha de pensamento, verificamos que a consciência eclesial que o Concílio Ecuménico Vaticano II nos propõe pode sintetizar-se como a percepção interior da natureza da fé que a Igreja tem de si mesma, daquilo que é e daquilo que é chamada a realizar, isto é, aquilo que a Igreja diz de si mesma e o que ela diz sobre o mundo, de tal forma, que a chama a tomar consciência do que ela é, para se renovar em permanente diálogo com o mundo (cf. *EN*, 56).

Ao pensarmos o Concílio Vaticano II somos confrontados com a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* que se configura em duas partes. Uma primeira parte que reflete sobre a Igreja e a vocação do homem, onde se pensa a dignidade da pessoa, o seu papel na comunidade crente e na sociedade civil, bem como o papel da Igreja no mundo atual. A segunda parte evoca alguns dos principais problemas, com os quais o ser humano se defronta no tempo presente, não os analisando apenas fenomenologicamente, mas propondo caminhos novos de libertação, a partir de uma centralidade cristológica e uma visão de fé.

Em certa medida, ao pertencer à Igreja, o crente não se afasta do mundo, mas, pelo contrário, toma consciência de si e do próprio mundo comprometendo-se a partilhar a vida dos seus contemporâneos, revelando a diferença da sua identidade enquanto crente. Nesta permanente partilha entre coetâneos, vinculamos o método indutivo que acarreta em si mecanismos próprios que dizem respeito às ciências humanas e sociais, isto porque o objetivo passa por iluminar teologicamente as diversas realidades humanas. Assim, o método caracteriza-se por partir de situações fenomenológicas concretas, para chegar indutivamente aos dados da Revelação e ao seu centro, que é Jesus Cristo. No entanto, não podemos afirmar uma metodologia estritamente indutiva, muito menos dedutiva, uma vez que é a partir de cada ser humano que se inicia um processo, sem se circunscrever a essa situação. Nesta linha, apercebemo-nos que se fosse utilizada uma metodologia estritamente indutiva cairíamos num erro, pois seria bastante redutor, uma vez que não considerariamos o dado da Revelação e acabaríamos por convergir única e exclusivamente para um pensamento referente a uma situação concreta e imanente.

Ao olharmos a *Gaudium et Spes*, verificamos uma particular atenção para os “sinais dos tempos”, como forma de Deus continuar a manifestar a sua presença na história e no mundo. Devemos ter presente que a expressão “sinais dos tempos” não surgiu com o Vaticano II, mas antes que já é uma expressão antiga relatada inclusive na Sagrada Escritura, como sucede no primeiro Evangelho (cf. Mt 16,3). Assim, verificamos que esta é uma expressão antiga e se configura com a procura do crente em perscrutar constantemente aquilo que o rodeia para assim compreender e verificar a força renovadora do Evangelho, isto é, verificar no mundo o essencial.

Na realidade, é com o Papa João XXIII que a expressão sinais dos tempos ganha um novo relevo e consideração, esta passa a ser uma forma de convidar os crentes a olharem o mundo à sua volta e a serem capazes de, por eles, anunciarem de novo o Evangelho, ajudando na sua compreensão. Numa outra perspetiva, o Papa Paulo VI refere-se à mesma expressão como uma procura de manter o entusiasmo da Igreja e à constante procura que a Igreja exerce em redescobrir diariamente os “sinais dos tempos”.

Em certa medida, o Concílio Ecuménico Vaticano II procura apresentar uma nova forma de a Igreja estar no mundo. É precisamente sobre esta busca que se debruça os “sinais dos tempos”, dando para isto grande contributo a *Gaudium et Spes*, onde se encontra formalmente a formulação concreta desta mesma expressão, elencando, desta forma, as implicações que esta tem para a pastoral. Assim, «qualquer discernimento será enquadrado pela nossa consciência e interpretação dos “sinais dos tempos”». ⁶⁰ Deste jeito, «o discernimento é a forma de viver com maturidade em Cristo no novo milénio, e todos os que escolheram viver em Cristo terão de discernir uma e outra vez, praticamente todos os dias, durante toda a vida». ⁶¹

Nesta linha de pensamento, apercebemo-nos que a expressão “sinais dos tempos” vai em busca da articulação do diálogo da Igreja com o mundo, fazendo uso da luz de Cristo para as realidades mundanas. Desta forma, a redescoberta deste novo significado para esta expressão faz com que a Igreja procure nortear-se em busca da mensagem salvífica que ela própria acarreta para com toda a humanidade, exercitando a sua função profética por via dos “sinais dos tempos” emitindo assim o seu juízo de fé que conduz à salvação.

Em suma, a atenção aos “sinais dos tempos” é uma tarefa irrenunciável para a Igreja implicada na responsabilidade de todo o crente, que com os “sinais dos tempos” carrega a

⁶⁰ Tetlow, *Sempre em Discernimento*, 20.

⁶¹ Tetlow, 25.

capacidade de redescobrir o belo, o bom e verdadeiro, presente na história pessoal e no mundo que nos rodeia.

1.3. Magistério Papa Francisco

Ao longo do seu pontificado, o Papa Francisco urge-nos com pequenas elucidações acerca do discernimento, convidando-nos por várias vezes a não ter medo de arriscar e de avançar, rumo a um bom e correto discernimento. Na verdade, «se há uma realidade que, dentro do cenário mais alargado da fé cristã católica, pode ser considerada o *pondus* de compreensão do bispado romano de Jorge Mario Bergoglio é o do discernimento inaciano». ⁶² O Santo Padre, nas suas palavras, assume a perspetiva que é «na doação que a vida se fortalece; e se enfraquece no comodismo e no isolamento. De facto, os que mais desfrutam da vida são os que deixam a segurança da margem e se apaixonam pela missão de comunicar a vida aos demais» (*GE*, 11).

No entanto, temos plena consciência que nos dias de hoje é realmente desafiante cada jovem discernir corretamente o seu caminho e tomar decisões concretas e corretas, isto porque existem na vida dos jovens diversas realidades, em diversos níveis que são objetos de decisões e escolhas. Temos de ter presente que

algumas escolhas são definitivas, como, por exemplo, o matrimónio, o sacerdócio, os votos religiosos. Essas escolhas, justamente pelo seu carácter irrevogável, são passagens delicadas da existência. Aqui certamente a luta espiritual será mais intensa, pois o inimigo fará de tudo para que a pessoa não cumpra a vontade de Deus, mas de qualquer modo, mais ou menos elegante, faça a sua própria vontade passar por cima da vontade do Senhor. Se, pelo contrário, a pessoa se encontrar já num desses estados de vida em que começa um caminho de aprofundamento da fé e de acolhimento consciente da salvação, então as escolhas estarão ligadas ao melhoramento do estado de vida em que se encontra, ou seja, a como aderir mais integralmente a Cristo na vida que escolheu. ⁶³

Ainda dentro desta linha, pode acontecer também que a pessoa reconheça, com relativa clareza, que errou na escolha do estado de vida. Então, abraça com vigor a escolha feita, cuidando de uma atitude de penitente, que é o estado de humildade purificadora, baseando-se somente na misericórdia de Deus, e que permite despojar o coração dos próprios desejos e escolher os passos, no dia-a-dia, que permitirão expor-se ao amor de Deus. Assim, esse amor possa transpor-se através dela e entrar na história, no ambiente, alcançando as pessoas que lhe são próximas. Entram nesse discernimento todas as escolhas importantes que se podem apresentar na vida e que, de algum modo, tocam radicalmente o caminho espiritual pessoal, e também as escolhas de vida já feitas. O discernimento por uma maior adesão a Cristo atinge

⁶² Alexandre Freire Duarte, «O discernimento inaciano: pondus hermenêutico do pontificado de Francisco», em *Humanística e Teologia* (Porto: Humanística e Teologia, 2018), 164, <https://doi.org/https://doi.org/10.34632/humanisticaeteologia.2018.9460>.

⁶³ Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 200.

também o mundo das relações pessoais, das amizades, dos ambientes que se frequenta, das coisas que se olha, escuta e lê.⁶⁴ Neste sentido, é importante que «toda e qualquer realidade humana, deva, assim, ser discernida. A tarefa do discernimento espiritual é desvendar esse significado, que é um – mas não único – significado que tal realidade possui».⁶⁵

Lançado o mote, a tradição inaciana compreende o discernimento como um exercício racional, um conhecimento da verdade das suas ações, um decidir lúcido e livre, uma eleição para a ação. Na certeza de que a perfeição não existe, mas que, na realidade, somos feitos de contínuas imperfeições que nos tornam tão perfeitos como nós mesmos, sabemos que

quando alguém tem resposta para todas as perguntas demonstra que não está no bom caminho e é possível que seja um falso profeta, que usa a religião para seu benefício, ao serviço das próprias lucubrações psicológicas e mentais. Deus supera-nos infinitamente, é sempre uma surpresa e não somos nós que determinamos a circunstância histórica em que O encontramos, já que não dependem de nós o tempo, nem o lugar, nem a modalidade do encontro. Quem quer tudo claro e seguro, pretende dominar a transcendência de Deus. (*GE*, 41)

Na busca constante desta perfeição para Deus, o convite lançado a cada um de nós é que sejamos capazes de «viver humildemente na presença d’Ele, envolvidos pela sua glória; necessitamos de andar em união com Ele, reconhecendo o seu amor constante na nossa vida. Há que perder o medo desta presença que só nos pode fazer bem. É o Pai que nos deu vida e nos ama tanto» (*GE*, 51). É desta forma que entendemos que «a chave do discernimento é a ordenação da nossa afetividade e da nossa sensibilidade, como Santo Inácio de Loyola entendeu e explicou muito bem nas suas regras de discernimento dos espíritos».⁶⁶

Para entendermos verdadeiramente o discernimento, é crucial ter em consideração alguns elementos fundamentais. Em primeiro lugar, ter em consideração que «o discernimento, tido no passado como preocupação de especialistas, faz agora parte da vida de qualquer discípulo adulto».⁶⁷ Em segundo lugar, e porque cada vez mais o discernimento deve ser pensado como necessário para toda a sociedade, «o Papa Francisco considera necessário o discernimento na vida de todos os crentes e mostra como é que o devemos fazer».⁶⁸ Nesta mesma linha, apercebemo-nos que «estamos a discernir quando fazemos a experiência de Deus como nosso Criador e Senhor em cada momento da vida. [No mesmo sentido,] todos os que crescem no discernimento acabam por reconhecer Jesus Cristo como o “meu Redentor”».⁶⁹ Desta forma, «discernimos as conseqüências do pecado no nosso sofrimento e na passagem

⁶⁴ Cf. Rupnik, 200–201.

⁶⁵ Duarte, «O discernimento inaciano: pondus hermenêutico do pontificado de Francisco», 165.

⁶⁶ Castillo, «Discernimiento», 393.

⁶⁷ Tetlow, *Sempre em Discernimento*, 13.

⁶⁸ Tetlow, 13.

⁶⁹ Tetlow, 13.

pela morte».⁷⁰ Por último, outro ponto fundamental será o de vivermos «em alegria, uma vez que o Espírito Santo nos concede os dons da sabedoria, entendimento e suave autocontrolo, os quais nos dão um coração que discerne».⁷¹

Olhando esta perspectiva do discernimento, destacamos claramente o discernimento juvenil e o seu fator importante, isto porque torna-se realmente essencial qualquer jovem discernir a sua vida e o seu futuro. Nesta linha, o Papa Francisco converge para o pensamento que «a juventude não existe, existem os jovens, com as suas vidas concretas. No mundo atual, cheio de progressos, muitas dessas vidas estão expostas ao sofrimento e à manipulação» (*ChV*, 71). Na verdade, «as pessoas querem dizer muitas coisas quando falam de discernimento. Mas a palavra identifica uma experiência particular – rica, clara e profunda em diversos graus. O discernimento é empregue de modo mais ou menos intencional quando estamos em busca de um sentido, de um juízo, de uma decisão e ação».⁷²

Nesta linha de pensamento, apercebemo-nos que os jovens, na medida em que são capazes de refletir no que estavam a fazer e como o estavam a fazer, estão a discernir. Em palavras simples, a experiência a que chamamos discernimento é viver com uma consciência reconhecida da constante interação entre as realidades humanas complexas a que nos referimos como cabeça, coração e mãos. A nossa cabeça sustém a nossa fé, isto é, a nossa memória, o conhecimento e entendimento das verdades da revelação. O nosso coração sustém o nosso acreditar, as nossas convicções, compromissos e anseios no amor de Deus, em Quem acreditamos de todo o coração. Por outro lado, as nossas mãos expressam o que fazemos, resumindo o que estamos a fazer de nós mesmos e expressando e realizando mediante o nosso caráter.⁷³

Nesta preocupação constante do Sumo Pontífice pelos jovens, surge a ressalva daquele que verdadeiramente ama e é capaz de chorar com o outro. Não se trata de simplesmente ouvir os problemas que cada jovem carrega, mas sim caminhar e sofrer com ele quase que carregando em si a sua dor e o seu sofrimento, algo que só é possível a uma verdadeira mãe, que ama incondicionalmente e onde habita autenticamente o significado da palavra amor. Este será sempre o caminho que a Igreja deve procurar viver. «Não sejamos uma Igreja que não chora frente aos dramas dos seus jovens filhos. Não nos podemos acostumar a eles, porque quem não

⁷⁰ Tetlow, 13.

⁷¹ Tetlow, 13.

⁷² Tetlow, 17.

⁷³ Cf. Tetlow, 19–20.

sabe chorar não é mãe. Nós queremos chorar para que a sociedade também seja mais mãe, para que, em vez de matar, aprenda a dar à luz, para que seja promessa de vida» (*ChV*, 75).

Numa expressão bastante acertada do Santo Padre há «certas realidades da vida que só se veem com os olhos lavados pelas lágrimas» (*ChV*, 76). É precisamente nesta linha que o acompanhamento deve tocar, no sofrer com, pois é neste ponto que habita o amor que leva à ajuda daquele que procura discernir. Na mesma linha, continua o Papa Francisco:

Convido-vos a que cada um se interroge: Eu tenho aprendido a chorar? Eu tenho aprendido a chorar ao ver uma criança com fome, uma criança drogada na rua, uma criança que não tem casa, uma criança abandonada, uma criança abusada, uma criança usada como escrava por uma sociedade? Ou o meu pranto é o pranto caprichoso daquele que chora porque gostaria de ter mais qualquer coisa? (*ChV*, 76)

Na realidade, apercebemo-nos que, por vezes, a dor de alguns jovens é dilacerante, uma dor que não se pode expressar com palavras, uma dor que nos esbofeteia. Esses jovens só podem dizer a Deus que sofrem muito, que lhes custa demasiado seguir em frente, que já não acreditam em ninguém. Mas nesse lamento lancinante, tornam-se presentes as palavras de Jesus: «Felizes os que choram, porque serão consolados» (Mt 5,4). Oxalá, haja sempre perto de um jovem sofredor uma comunidade cristã que possa fazer ressoar essas palavras com gestos, abraços e ajudas concretas (cf. *ChV*, 77).

Num outro prisma, constatamos facilmente que, segundo o carisma inaciano, a atitude básica para decidir segundo Deus é chamada de “indiferença”, isto é, a atração por Deus e os seus valores. Isto leva a que, quem a vive, faça a “diferença” através do que Deus quer, segundo a convicção de que Ele nem pode enganar nem é concorrente da autonomia pessoal. Daí a necessidade de ser livres interiormente, isto é, “indiferentes” para desejar eleger o que nos conduz ao fim pelo qual somos criados.⁷⁴ Importa referir que neste discernimento segundo Deus, no qual a ação do Espírito atua e reparte os seus carismas em direção ao bem comum, nem a norma geral pode sublevar ou substituir o discernimento pessoal e pastoral, nem o que resulta de um discernimento prático pode converter-se em norma geral. Na verdade, quando emitimos um juízo e tomamos uma decisão, o nosso discernimento prossegue. Desta forma, continuamos a estar conscientes do que fizemos e avaliamos a resposta do nosso espírito à nossa decisão.⁷⁵

Entre os numerosos autores espirituais que trataram do discernimento, Santo Inácio de Loyola ocupa um lugar relevante, devido à alternância de diversas moções espirituais que

⁷⁴ Cf. Julio Martínez, *Conciencia, discernimiento y verdad* (Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2019), 148–49.

⁷⁵ Cf. Martínez, 153.

experienciou a partir da sua conversão. Inácio descreveu esta vivência nos seus Exercícios Espirituais, que são guiados inteiramente pelo discernimento espiritual com vista a uma escolha de vida que deve ser feita para a maior glória de Deus.⁷⁶ Este é o verdadeiro itinerário do discernimento pessoal que, segundo Santo Inácio de Loyola, devemos percorrer. Um itinerário que se revê num permanente discernimento, não só pessoal, mas também comunitário, confere-se assim no “discernimento dos espíritos” que nos liberta da rigidez, que não tem lugar no hoje peregrino do Ressuscitado. Somente o Espírito sabe penetrar nas dobras mais recônditas da realidade e ter em conta todas as suas nuances, para que a novidade do Evangelho surja com outra luz (cf. *GE*, 173).

Traçado todo este itinerário, e procurando consolidar a nossa vida nas mãos de Jesus, apercebemo-nos que a Ele «não o incomoda que Lhe apresentes as tuas interrogações, aquilo que O preocupa é que tu não fales com Ele, não te abras, com sinceridade, ao diálogo com Ele» (*ChV*, 117). Esta é a linha identificativa do Pai que carimba o caminho ao nosso lado com os passos da misericórdia: Nunca esqueças que «Ele perdoa setenta vezes sete. Volta a carregar-nos aos ombros, uma e outra vez. Ninguém nos poderá tirar a dignidade que esse amor infinito e inquebrantável nos confere. Ele permite-nos levantar a cabeça e recomeçar, com uma ternura que nunca nos desilude, capaz de nos devolver sempre a alegria» (*EG*, 3).

⁷⁶ Cf. Barruffo, «Discernimento», 287.

CAPÍTULO 2. O DISCERNIMENTO PESSOAL E COMUNITÁRIO

2.1. Discernimento Pessoal

Ao perscrutar o acorde do “Discernimento”, ressoa em nós um conjunto harmónico de cinco tons. São eles: a “liberdade”, o “conhecimento”, a “identidade”, a “consciência” e, por fim, mas não menos importante, a “verdade”.

Na sua essência, discernimento é uma palavra que regressou em força. De certa maneira, talvez nunca tenha estado ausente da práxis cristã: o cristão sentiu sempre necessidade dele. Em certa medida, o discernimento cristão visa descobrir a vontade de Deus para viver de acordo com ela. E, por outras palavras, captar a voz de Deus num coro de vozes. Onde muitos têm opiniões intercruzadas, assim, o discernimento tenta ver essa verdade descoberta ou captada.⁷⁷

Falar em discernimento hoje em dia significa reconhecer a necessidade que todos temos de compreender bem o sentido da vida, os rumos a serem tomados e os desafios a serem enfrentados. Na verdade, a vida, que se apresenta com todos os seus enigmas, cobra de cada um de nós uma postura interior de busca e de abertura espiritual que, se for honesta e conforme a verdade, torna-se motivo de alegria, realização e promessa de plenitude. A vida manifesta-se na consciência de cada um como dom concedido à liberdade, desafiando a responsabilidade pessoal e comunitária.⁷⁸

Na realidade, para chegarmos a um verdadeiro discernimento, é necessário entender que este não pode esgotar-se nos limites de uma exposição de conteúdos teóricos, mas deve ter sempre o seu olhar na realidade, de forma a que seja significativa e útil para as pessoas, e possa servir de orientação na sua vida e nas suas decisões. O discernimento está ao serviço da pessoa, na realização da sua identidade, isto é, no seu desejo de bem e da verdade. No fundo, é a resposta à inquietude que supõe a realidade de existir sob determinadas condições da existência, com incertezas e riscos.

Nesta perspetiva, apercebemo-nos de que, para chegar ao autêntico discernimento, torna-se necessário o cultivo da escuta nos jovens, uma vez que «precisamos de nos exercitar na arte de escutar, que é mais do que ouvir. Escutar, na comunicação com o outro, é a capacidade do coração que torna possível a proximidade, sem a qual não existe um verdadeiro encontro espiritual» (EG, 171). Para sermos assertivos, temos de entender o «discernimento como comunicação entre Deus e o homem, em que são respeitadas duas etapas da caminhada: uma primeira etapa de purificação, que leva a um autêntico conhecimento de si em Deus e de

⁷⁷ Cf. Guerra, «Discernimento», 181.

⁷⁸ Cf. Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 5.

Deus na própria história, e uma segunda etapa na qual o discernimento se torna um *habitus*. E isto em virtude das várias dinâmicas próprias destas duas fases do discernimento».⁷⁹ Traçando este itinerário e indo ao encontro «desta escuta respeitosa e compassiva é que se podem encontrar os caminhos para um crescimento genuíno, é que se pode despertar o desejo do ideal cristão, o anseio de corresponder plenamente ao amor de Deus e o anseio de desenvolver o melhor de quanto Deus semeou na nossa própria vida» (EG, 171). Não obstante, a atitude de quem discerne requer, de facto, um estado de atenção constante a Deus, ao Espírito; é uma certeza experiencial de que Deus fala, de que se comunica, e de que a minha atenção para com Ele já é a minha conversão radical. Assim, a atitude de discernimento é viver constantemente uma relação aberta.⁸⁰

Segundo o seu étimo latino, “discernir” deriva de «*discernere* [que significa] separar; distinguir; reconhecer».⁸¹ Numa tentativa de procurar o sentido cristão, compreendemos o termo discernimento como um procedimento usado para descobrir qual o juízo evangélico sobre as nossas ações, impulsos afetivos, desejos e as nossas próprias intenções. Desta forma, o discernimento processa-se na identidade do crente que se conserva fiel ao plano de Deus. Apesar das ambiguidades e complexidades da psicologia pessoal, do contexto comunitário, social e político, ou eclesial⁸², o desejo será sempre o de exortar «cada um a questionar-se e a discernir, diante de Deus, a maneira como possam estar a manifestar-se na sua vida» (GE, 62). Este deve ser o verdadeiro dinamismo da experiência cristã, uma vez que a instância do discernimento espiritual nasce da experiência que o cristianismo realiza na sua vida de fé em Cristo, na Igreja e no mundo. A complexidade das situações em que é chamado a viver e agir para cumprir o plano de Deus a respeito de si mesmo e dos outros impõem ao cristão uma atenta consideração dos impulsos e das motivações que o impelem a determinadas opções. Deus chama cada homem e cada grupo de pessoas reunidas em seu nome a uma vocação particular, que se insere no contexto da missão que ele confia ao povo que escolheu para Si. O que é bom para um não é bom para outro, e o que é melhor para um nem sempre o é para outro. Daí nasce o problema que assim se expressa: como reconhecer os sinais de Deus em determinada situação e, sobretudo, diante de certas opções?⁸³

O cristão em discernimento precisa de ter um conhecimento adequado da própria estrutura psicológica. Esta inclui elementos vários como sejam as capacidades e limitações, as

⁷⁹ Rupnik, 14.

⁸⁰ Cf. Rupnik, 37–38.

⁸¹ José Pedro Machado, «Discernir», em *Dicionário Etimológico Da Língua Portuguesa*, 3ª edição, vol. 2 (Lisboa: Livros Horizonte, 1977), 821.

⁸² Cf. Valdman, «Discernimento».

⁸³ Cf. Barruffo, «Discernimento», 284.

áreas de maturidade ou ainda por amadurecer, os campos da consciência e do inconsciente, o exercício da liberdade e as forças de compulsão, enfim, tudo aquilo que foi ajudando a construir a pessoa a partir das influências familiar, escolar e social. O conhecimento da própria psicologia é fundamental para se saber quem se é e o que se poderá vir a ser. O crescimento ou amadurecimento pessoal é a condição prévia não só para o conhecimento de si mesmo, mas também para um discernimento feito com grande liberdade, seja este sobre compromissos da vida inteira ou decisões de âmbito mais particular.⁸⁴ Desta forma, ao trazer os conteúdos do inconsciente ao escrutínio da consciência, o crescimento pessoal fomenta o progresso no conhecimento de si próprio. Assim, o crescimento pessoal e o conseqüente conhecimento de si próprio, derivado da integração de conteúdos inconscientes, facilitam um discernimento mais esclarecido e acertado de compromissos de vida e de decisões mais concretas.⁸⁵

Para o entender é necessário ter a noção que a existência cristã não é realidade estática. É vida e, como tal, possui todas as características da vida. A vitalidade cristã é por nós experimentada na nossa vitalidade existencial, constituída por pensamentos, sentimentos, atividades, tendências e relações com os outros, com as coisas, com o mundo e com a sociedade. O Espírito Divino estabelece com o espírito humano um diálogo misterioso, que obriga o homem a um confronto constante para dar resposta dócil que o leve ao dinamismo ininterrupto de transformação interior e de renovação, capaz de permitir reconhecer a vereda que Deus traça e segui-la. Portanto, o discernimento espiritual impõe-se como constante da vida do cristão, para possibilitar-lhe a passagem da idade infantil da fé para a do homem perfeito e maduro, falando aqui numa maturidade espiritual.⁸⁶

Ao falarmos do tema do discernimento espiritual, verificamos que este é um tema bastante atual. Sendo que vivemos tempos difíceis, isto é, conscientes que vivemos numa época de mudanças tão profundas e tão rápidas que, em todos os lugares e momentos, nos colocam perguntas para as quais não podemos encontrar respostas. E, na realidade, sabemos que hoje existem muitas pessoas que veem o discernimento como a solução que Deus colocou nas nossas mãos para situações de emergência. Quando temos que tomar uma decisão complicada, quando percebemos que a nossa vida ou a vida dos nossos grupos ou instituições não vão como

⁸⁴ O crescimento pessoal inclui o crescimento em totalidade e o crescimento em integridade. O crescimento em totalidade consiste no desenvolvimento harmonioso das dimensões social, psicológica, física e espiritual da vida humana. O crescimento em integridade consiste na integração das dimensões acima mencionadas com a dimensão moral da vida. Enquanto o crescimento em totalidade se concentra apenas na realização individual, o crescimento em integridade concentra-se na realização individual vista numa perspectiva de relações responsáveis com os outros e consigo mesmo. Por outras palavras, o crescimento em integridade envolve os aspetos morais das diferentes áreas da personalidade.

⁸⁵ Cf. Terra, *Autoconhecimento e Discernimento Cristão*, 91–94.

⁸⁶ Cf. Barruffo, «Discernimento», 284.

pensamos que deveriam, quando nos deparamos com situações difíceis, é comum encontrarmos pessoas que se encontram em grupo ou se retiram para um lugar isolado para fazer um discernimento.⁸⁷ Isto verifica-se porque não poucas pessoas veem

no discernimento a solução para momentos excepcionais da vida, seja pela importância desses momentos, seja pela dificuldade. Mas, é claro, que se o discernimento se reduz a isso, então fazemos do discernimento uma espécie de instrumento que é como um extintor de incêndio ou uma lanterna. Ninguém usa esses utensílios todos os dias, de manhã à noite. O extintor é usado quando se provoca um incêndio. E a lanterna é tirada do armário quando a luz se apaga. Na vida normal e em situações normais, ninguém usa o que é usado apenas ocasionalmente. Por isso, a primeira pergunta que nós fazemos aqui é muito clara: o discernimento reduz-se a um mero instrumento que Deus coloca em nossas mãos para resolver situações de emergência? Esta pergunta, como é fácil de ver, não se refere apenas ao momento de colocar o discernimento em prática, mas, sobretudo, coloca-nos diante da questão fundamental do que é o discernimento cristão. E isso é, acima de tudo, o que é importante esclarecer.⁸⁸

Numa busca concreta de perceber o objetivo próprio do discernimento cristão, convergimos para o pensamento que este consiste na busca da vontade de Deus para uma pessoa ou comunidade em situação concreta. Isso supõe um procedimento que encontra na pessoa de Jesus de Nazaré a pessoa que discerne por excelência, a referência última. Olhando o discernimento vocacional, constatamos que este é fundamental no processo de amadurecimento pessoal da fé. Quanto ao discernimento em situações especiais, em que uma decisão importante deve ser tomada, é inevitável um bom e correto discernimento, por outro lado, um discernimento pastoral afeta o modo permanente de ser e agir da Igreja. Jesus de Nazaré formou os seus discípulos para que soubessem discernir a ação de Deus nos momentos do nascimento da Igreja; as primeiras comunidades no seu dinamismo evangelizador e missionário são um exemplo de discernimento. E São Paulo legou-nos uma teologia básica sobre o discernimento cristão.⁸⁹

Contudo, numa linha ténue, o discernimento, com a sua terminologia e certas conotações com ares de novidade, é um tema pós-conciliar. Desta forma, o discernimento cristão deve abranger hoje a vida pública e de grupo dos crentes, as suas dimensões políticas e não se restringir fundamentalmente à dimensão da chamada vida espiritual ou vida interior. Na realidade, tempo houve em que pouco havia que discernir, pois já estava tudo discernido na lei. E se esta não tivesse reparado numa possível ocasião, lá estaria o superior para a substituir. Só era preciso obedecer. Isto dizia-se sobretudo da vida religiosa, mas também servia para os cristãos precisamente mais comprometidos nos movimentos. É neste ponto que encontramos a justificação para que, nos ambientes mais tradicionalistas, o discernimento seja ainda hoje

⁸⁷ Cf. Castillo, «Discernimiento», 383.

⁸⁸ Castillo, 383–84.

⁸⁹ Cf. Sastre, «Discernimento», 317.

considerado desnecessário. Mais ainda: é tido por uma falta de confiança na clarividência do legislador e superior, os quais, ao assumir o lugar de Deus, veem sempre o que convém a quem lhes prestou obediência.⁹⁰

Nesta linha de pensamento, ao pensarmos o ser humano, deparamo-nos que só conhecemos o outro, na medida em que sabemos o que acontece dentro de cada um e quais são os nossos movimentos mais íntimos. Na verdade, este conhecimento mais íntimo possibilita a vivência da nossa liberdade e, sem esta possibilidade de ser livre, não haveria ser humano e, correlativamente, sem a realidade da “consciência”, não seríamos humanos. Desta forma, apuramos que o discernimento «consiste em averiguar qual é o juízo evangélico, religioso e moral sobre as ações interiores e exteriores, as atitudes pessoais e comunitárias, os acontecimentos, as situações, etc. O discernimento diz respeito a cada pessoa, mas é também exercício para a comunidade eclesial».⁹¹ Assim, é necessário ter um conhecimento suficiente e objetivo da realidade, isto porque para haver um verdadeiro e correto discernimento não importa só a pessoa em causa, mas também o seu meio envolvente, bem como os intervenientes que figuram como meios para chegar a um fim. De certa forma, para o discernimento se considerar cristão, tem de contar necessariamente com a luz do Evangelho, isto é, com a presença do Espírito Santo, com a comunhão com os pastores, o diálogo entre cristãos e com os outros homens. O discernimento fica incompleto se não se concretizar em opções e compromissos que provoquem uma transformação ou conversão.⁹²

O conceito de discernimento, além de ocupar um lugar privilegiado na tradição cristã, também se reconhece como tendo uma pluralidade de sentidos, tornando-se assim de difícil definição. Ao longo dos tempos, não foram poucos aqueles cuja reflexão se debruçou sobre este termo. Podemos afirmar que o discernimento possui um processo, uma técnica, uma dinâmica, que se tem de aprender na prática. Mas na sua essência é algo mais: é uma atitude do espírito. Uma maneira de ser própria do cristão, que leva a atuar sempre consultando o querer de Deus sob a condução do Espírito, isto é, o amor misericordioso de Deus.⁹³ Esta atitude é um remédio contra a imobilidade do “sempre se fez assim” ou do “esperemos um tempo”; ela apresenta-se como um dom para responder às necessidades humanas atuais e, como tal, tem de ser implorado. O discernimento nasce no coração e na mente através da oração. Este dom, que é uma graça do

⁹⁰ Cf. Guerra, «Discernimento», 181.

⁹¹ Trigo, «Discernimento», 610.

⁹² Cf. Trigo, 611.

⁹³ Cf. Martínez, *Conciencia, discernimiento y verdad*, 143.

Espírito Santo ao povo fiel de Deus, representa a possibilidade de encontrar a Deus pessoalmente e de progredir no Seu amor.⁹⁴

Em sentido lato, o discernimento consiste num processo dinâmico e deve permanecer aberto a novas etapas de crescimento. Existem dois grandes caminhos para aquele que discerne: o ascético-espiritual, que se detém sobre o “discernimento de espírito”, onde se torna possível descodificar de um espírito é proveniente do espírito bom ou do espírito do mal; o exegético-dogmático que distingue entre a legítima figura da verdade evangélica e do erro. Mais do que nunca, estamos num tempo em que se exige uma nova hermenêutica para o futuro, pois requer um trabalho de atenção e complexidade do quotidiano. Todo este processo implica um conhecimento da matéria. Estamos perante um processo, um exercício, um método, um caminho que aspira a converter-se em hábito. Ora, o discernimento é, sobretudo, uma atividade de espírito consultando o querer de Deus.⁹⁵

O discernimento deve ser o clima habitual no qual o cristão se desenvolve e por meio do qual ele sempre toma as suas decisões. Portanto, o discernimento sempre acompanha a conduta de quem crê em Jesus Cristo e se deixa levar pelo Espírito de Deus. Se o discernimento não nasce da racionalidade do discurso, que calcula as razões a favor e contra uma determinada decisão, surge da experiência afetiva do amor, então o lógico é pensar que o discernimento atua na nossa vida da mesma forma como atua toda a experiência afetiva.⁹⁶ Este facto transcende a ideia originária de distinção entre bem e mal, pois, agora, discernir é procurar a Deus aqui e agora. Perante as panóplias da complexidade e ambiguidade da percepção do real, não chega separar os bons dos maus, muito menos fazer juízos de valor. Deve-se garantir as condições de humildade, reserva, amor e os ensinamentos da Igreja, na busca sincera da vontade de Deus. Discernir adquire um duplo aspeto: moral e espiritual. Dentro desta distinção, há uma ínfima relação, porque em ambos se trata da busca da vontade de Deus por parte da pessoa. O discernimento moral prende-se com um nível genérico, válido para todos. Não obstante, o discernimento espiritual prende-se com um nível mais pessoal, tendo em consideração a experiência concreta. Ora, ambos são necessários e completam-se.

Interessantemente, o discernimento da realidade caleidoscópica exige a totalidade da pessoa, envolvendo todas as suas dimensões, criando uma ética do diálogo. Historicamente, tudo se desenrola com todas as suas formas, espaços, tempos e rostos próprios. Esta ação sinérgica, que se esbate pelo humano, requer uma resposta criativa na comunidade. Logo, a

⁹⁴ Cf. Martínez, 144.

⁹⁵ Cf. Martínez, 137.

⁹⁶ Cf. Castillo, «Discernimiento», 392–93.

peçoalidade transborda-se nesta apostolicidade da alter-relação, veiculando uma estupefação do “eu” com o movimento do “nós”. Neste sentido, apercebemo-nos que é diante do outro que se descobre verdadeiramente quem somos. Em suma, o discernimento engloba a totalidade da pessoa, embutindo cirurgicamente esta sinergia humana no fator transcendental, e praticando o encarnado discernir do eu para o nós comunitário.⁹⁷

Numa outra linha, apercebemo-nos que a chamada a discernir requer uma grande abertura à complexidade do real; a ambiguidade do mundo exige não distinguir facilmente entre puros e impuros, entre bons e maus. Deste modo, o discernimento é a superação positiva e evangélica da lógica do mero cumprimento, o colocar a vida cristã mais além dos paramentos do cálculo, da mediocridade, do simples “é permitido/não é permitido”. Isto é procurar a vontade de Deus no concreto da vida, para o que é necessário estar vigilante e atento aos sinais, para escolher entre coisas que são boas.⁹⁸

Desta forma, o convite é o de arriscar, mesmo sabendo que é doloroso, uma vez que o ser humano prefere o conforto, a tranquilidade e a segurança. O ser humano tem como característica inata o medo de encarar o fracasso, mas a capacidade de decidir urge a cada dia, mesmo sabendo que implica o risco, a incerteza, a força de vontade e o próprio compromisso para assim sonhar e tendo sempre presente que temos o direito de errar. Pois, mais que nunca, «o discernimento deve ajudar a encontrar os caminhos possíveis de resposta a Deus e de crescimento no meio dos limites. Por pensar que tudo seja branco ou preto, às vezes fechamos o caminho da graça e do crescimento e desencorajamos percursos de santificação que dão glória a Deus» (*AL*, 305). Torna-se necessário mais que nunca ter presente que «um pequeno passo, no meio de grandes limitações humanas, pode ser mais agradável a Deus do que a vida externamente correta de quem transcorre os seus dias sem enfrentar sérias dificuldades» (*EG*, 44). A pastoral concreta dos ministros e das comunidades não pode deixar de incorporar esta realidade.

No tempo atual, o ser humano procura incessantemente um sentido para a vida querendo constantemente ultrapassar todos os limites, mostrando-se em tudo superior a todos. No entanto, a humanidade vive a hora da indecisão, dos que não são capazes de ir, de escolher, por assim dizer, de avançar, mesmo sabendo que uns acertam e outros não, preferem não arriscar. Sabemos perante tudo isto que a capacidade de decidir não é fácil, mas é o preço fascinante da liberdade. Na verdade, só neste caminho e «neste silêncio é possível discernir, à luz do Espírito, os caminhos de santidade que o Senhor nos propõe. Caso contrário, todas as nossas decisões

⁹⁷ Cf. Martínez, *Conciencia, discernimiento y verdad*, 145.

⁹⁸ Cf. Martínez, 146.

não passarão de “decorações”, que, em vez de exaltar o Evangelho na nossa vida, acabarão por o recobrir e sufocar» (GE, 150).

A capacidade de discernir não se improvisa, antes pelo contrário, é preparada adequadamente quando se cultiva a leitura, a reflexão, a introspeção, a análise da realidade, o exame de consciência e a passagem dos acontecimentos pelo coração. A própria interioridade é o âmbito privilegiado do encontro com Deus. Portanto, é na oração pessoal que Deus se comunica nas profundezas do coração como Pai. Sem a familiaridade com Deus que a oração proporciona, o discernimento não é possível, pois não teríamos comunhão com Ele e com o seu plano de salvação. Na oração, vamos descobrindo as nossas reações e os nossos sentimentos que a Palavra de Deus nos propõe.⁹⁹

Assim, para poder fazer um bom discernimento, é necessário concentrar-se bem no assunto a discernir, querer antes de mais nada buscar a vontade de Deus e colocar-se na presença de Deus em atitude de plena disponibilidade. Esta é a forma de ser de todo aquele que é indiferente aos próprios interesses e que está disposto a aceitar e fazer o que Deus pede. Se fazer este exercício traz paz, alegria e confiança, significa que existe maturidade na fé e uma sincera disposição de buscar a vontade de Deus, seja ela qual for, mesmo que contrarie os nossos planos. Quando se trata de discernir, é necessário distinguir claramente entre o fim e os meios. De certa forma, o fim é a busca da vontade de Deus que enquadra e orienta o discernimento. Assim, aquilo que é discernido são os meios, que nos permitem fazer a vontade de Deus. Aqui costumam aparecer os “afetos desordenados”, ou seja, os interesses e o egoísmo que acabam por colocar a nossa vontade antes da vontade de Deus. Neste sentido, é muito importante conhecermos as limitações, os condicionamentos e as ambiguidades que nos impedem de estar verdadeiramente disponíveis para o que Deus quer.¹⁰⁰

O caminho dos jovens de hoje passa necessariamente pela procura do melhor de si mesmos. Ora, discernir é o exercício exigente de quem acredita que o Espírito Santo já está a agir na história e nas consciências,

hoje em dia, tornou-se particularmente necessária a capacidade de discernimento, porque a vida atual oferece enormes possibilidades de ação e distração, sendo-nos apresentadas pelo mundo como se fossem todas válidas e boas. Todos, mas especialmente os jovens, estão sujeitos a um *zapping* constante. É possível navegar simultaneamente em dois ou três ecrãs e interagir ao mesmo tempo em diferentes cenários virtuais. Sem a sapiência do discernimento, podemos facilmente transformar-nos em marionetes à mercê das tendências da ocasião. (GE, 167)

⁹⁹ Cf. Sastre, «Discernimento», 319.

¹⁰⁰ Cf. Sastre, 320.

No seio dos jovens existe o sonho de querer viver tudo, experimentar tudo; só assim muitos dos jovens se sentem realizados. No entanto, apercebemo-nos que este caminho vai ao encontro de quem procura, não uma vida, mas muitas vidas, e que os jovens querem vivê-las todas, mas isto é precisamente o contrário de um verdadeiro discernimento, pois, se queremos viver as vidas todas, torna-se difícil escolher. Se queremos experimentar e aproveitar cada instante até ao limite para o fazer eterno, então, na verdade, nunca vamos escolher. Assim, «o discernimento não é necessário apenas em momentos extraordinários, quando temos de resolver problemas graves ou quando se deve tomar uma decisão crucial; mas é um instrumento de luta, para seguir melhor o Senhor» (*GE*, 169).

Na realidade, é também nas pequenas coisas que devemos ser capazes de discernir, isto é, de escolher, pois só sendo capazes de escolher bem nas pequenas coisas é que seremos capazes de escolher bem nas grandes; é este o verdadeiro convite do Senhor, o convite a crescer. É certo que «isto decide-se nas coisas pequenas, no que parece irrelevante, porque a magnanimidade mostra-se nas coisas simples e diárias. Trata-se de não colocar limites rumo ao máximo, ao melhor e ao mais belo, mas ao mesmo tempo concentrar-se no pequeno, nos compromissos de hoje» (*GE*, 169).

O discernimento torna-se hoje uma condição essencial para educar cada jovem para a paciência de Deus e os seus tempos, que nunca serão os nossos. Desta forma, somos confrontados com a realidade de que fazemos discernimento, não para descobrir qual o maior proveito que posso tirar da minha vida, mas antes para redescobrir como posso cumprir melhor a verdadeira missão de cada Batizado, e isto implica estar disposto a fazer renúncias até dar tudo (cf. *GE*, 174). Em última análise, o discernimento nunca poderá ser considerado «uma autoanálise presunçosa, [ou] uma introspeção egoísta, mas [antes será] uma verdadeira saída de nós mesmos para o mistério de Deus, que nos ajuda a viver a missão para a qual nos chamou a bem dos irmãos» (*GE*, 175). Assim, a atitude de procurar encontrar a Deus em todas as coisas com inteligência humilde e aberta requer, segundo o Papa Francisco, manter aberta a mente e o coração, evitando a enfermidade espiritual da autorreferência.¹⁰¹

O discernimento não é o conhecimento teórico, mas sim um conhecimento prático. Em certa medida, afirmamos que «só se pode discernir adequadamente através de um certo modo de vida em que se distinga claramente o bem do mal; o bom, eticamente falando, coloca-nos em relação com o Reino de Deus, e o mau afasta-nos de Deus e da sua justiça».¹⁰² O discernimento nunca deve separar-se das exigências da verdade e do amor; não permite passar

¹⁰¹ Cf. Martínez, *Conciencia, discernimiento y verdad*, 153.

¹⁰² Sastre, «Discernimento», 320.

ao lado do bem em direção ao mal sob o pretexto de eleger o concreto.¹⁰³ Neste sentido, lembra o Papa que a realidade é mais importante que a ideia; discernir requer a virtude da humildade sobre os projetos na obediência ao Evangelho. A ideologia desconectada da vida real traiçoa o princípio fundamental do cristão: a Encarnação.¹⁰⁴ Por isso, é importante ser consciente de que a ideia está em função da captação, compreensão e condução da realidade, e não ao contrário.¹⁰⁵

2.1.1. A Liberdade

Como primeiro acorde, comecemos por refletir a nota afinada da “liberdade”, que, em latim, se identifica com o vocábulo *libertas*, que deriva duma raiz sânscrita evocando a ideia de subir, levantar¹⁰⁶, o que demonstra verdadeiramente a noção e lugar do homem, pois se há atitude que distingue o homem de todos os outros seres é a sua postura e a sua elevação. Nesta linha de pensamento, acrescenta-se a qualidade do homem, que é livre, que se opõe à servidão, à obrigação e ao impedimento.¹⁰⁷ Por isso é preciso treinar para uma «liberdade responsável, que é uma liberdade incômoda e exige um sério itinerário educativo».¹⁰⁸ Assim, o convite é exatamente o de fazer um apelo à responsabilidade do crente, que se torna adulto na fé justamente, quando aceita expor-se à oportunidade mais arriscada da vida, tal como procurar com a própria humanidade e sensibilidade a vontade do Eterno, e para ajudar novamente aqueles outros a fazê-lo.¹⁰⁹

Cada vez mais devemos atrever-nos a ousar querer educar para a liberdade e, inerentemente, para o acompanhamento mistagógico, em Igreja e em colaboração com o Espírito, da e na descoberta pessoal das respostas adequadas para aquelas e outras questões. Nos dias de hoje, todo e qualquer cristão deveria poder ser capaz de buscar e encontrar por si mesmo, conquanto em diálogo com Deus e a Igreja, as formas mais corretas de encarnar a sua pessoa no mundo.¹¹⁰ A busca do lugar do amor melhor e mais belo é sempre uma paixão pela liberdade e pelas suas consequências, e isso, desde logo e inevitavelmente, remete para a

¹⁰³ Cf. Martínez, *Conciencia, discernimiento y verdad*, 155.

¹⁰⁴ Cf. Martínez, 156.

¹⁰⁵ Cf. Martínez, 157.

¹⁰⁶ Cf. Oliver de la Brosse, Antonin-Marie Henry, e Philippe Rouillard, «Discernimento dos Espíritos», em *Dicionário de Termos da Fé* (Porto: Perpétuo Socorro, 1989), 439.

¹⁰⁷ Cf. Brosse, Henry, e Rouillard, 439.

¹⁰⁸ Amadeo Cencini, *Los pasos del Discernimiento* (Cantabria: Sal Terrae, 2019), 95.

¹⁰⁹ Cf. Cencini, 95.

¹¹⁰ Cf. Duarte, «O discernimento inaciano: pondus hermenêutico do pontificado de Francisco», 167–68.

necessidade do discernimento. A aquisição de um hábito espiritual de discernimento e de intimidade com Deus torna-se, dessa forma, essencial.¹¹¹

A liberdade «é vista sempre, explícita ou implicitamente, como oposta ao estado de cativo ou servidão e como condição imprescindível para uma vida humana plenamente feliz».¹¹² Na verdade, este tema apresenta sérias dificuldades no que a si diz respeito e à sua história, isto porque em primeiro lugar, a liberdade, vista do lado do sujeito, é uma experiência irreduzível à representação; por isso ela tem sido entendida como possibilidade de autodeterminação e de escolha, ato voluntário, espontaneidade, indeterminação, ausência de interferência, libertação de impedimentos, realização de necessidades, direção prática para uma meta, propriedade de todos ou alguns atos psicológicos, ideal de maturidade, autonomia sapiencial e ética, razão de ser da própria moralidade, entre outros. Em segundo lugar, vista na perspectiva do lado do objeto, temos a liberdade privada ou pessoal, a liberdade pública, política, moral, social, a liberdade de ação, de ideias, de pensamento, de circulação, de comércio, de palavra, de culto, de associação.¹¹³

O uso da liberdade na tomada de decisões com consequências para a vida é uma questão grave, porque, em última análise, o que está em causa não é a escolha entre duas ou mais alternativas que acabem por conduzir, de qualquer maneira, a um “eu unificado”, isto é, encontrado consigo mesmo. O que está em causa é a escolha radical entre um “eu unificado”, integrado, e um “eu fragmentado”, não reconciliado e incongruente. E nós só poderemos encontrar-nos a nós mesmos através da escuta perseverante da intenção de Deus, que já está implícita na nossa própria criação. Essa intenção é a atualização do potencial criativo da nossa pessoa até à sua completude.¹¹⁴

De certa forma, em cada escolha que fazemos está sempre presente a nossa liberdade de tal forma que nos apercebemos que «tomam-se mais decisões neste mundo por não as tomar, o que já é uma decisão, do que por tomá-las, por inação do que por ação, por deixar que as coisas sigam o seu curso, do que por intervir diretamente para o mudar, e essas decisões no vazio são, em geral, as que menos conduzem ao fim desejado. A não-decisão é a pior das decisões».¹¹⁵ No entanto, muitas são as pessoas, principalmente os jovens, que cada vez mais se reveem no

¹¹¹ Cf. Manuel Ruiz Jurado, *El Discernimiento espiritual. Teología, historia, práctica* (Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995), 153.

¹¹² António Oliveira, «Liberdade», em *Enciclopédia Luso-Brasileira*, ed. Jorge Colaço e George Vicente, vol. 17 (Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999), 1038.

¹¹³ Cf. Joaquim de Sousa Teixeira, «Liberdade», em *Enciclopédia Luso-Brasileira*, ed. Jorge Colaço e George Vicente, vol. 17 (Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999), 1039–40.

¹¹⁴ Cf. Terra, *Autoconhecimento e Discernimento Cristão*, 133.

¹¹⁵ Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 33.

pacifismo puro, na despreocupação pelo amanhã, quando na realidade a preocupação deveria ser já o hoje acabando assim por se rever na ideia de que «não quero de maneira nenhuma dizer para onde quero ir, para ter sempre o direito de protestar».¹¹⁶ Este é, na realidade, um ponto que revela a falta de maturidade de muitos jovens na sociedade hodierna, pois, mais que nunca, defendem a liberdade pela falta de espontaneidade e de vontade, de querer fazer. Assim acabam por não se comprometer com nada, não escolher. Desta forma, seguem o conselho da facilidade que se define por:

não te passe pela cabeça dizer para onde queres que te enviem; guarda a tua liberdade para protestar, para mudar, para ir saltando de casa em casa como mais te agrade e como melhor incomodes os outros. Recusar comprometer-se, definir-se, entregar-se: quer dizer, recusar ser eu mesmo. [...] Abdicar da existência. Isso pode ser muito cómodo, mas é vil e cobarde e indigno dum homem¹¹⁷

e não é um valor interessante nos jovens de hoje.

Numa perspetiva teológica, a “liberdade” é a «propriedade característica do ato voluntário, que é livre porque é senhor de si mesmo, podendo determinar-se a si próprio, graças ao jogo da razão que apresenta à vontade o objeto que a põe em movimento».¹¹⁸ De notar ainda, que o

vocabulário cristão indica o carácter gratuito e incondicional da revelação de Deus; mais frequentemente, o termo remete-nos para a dimensão constitutiva que habilita o homem à realização de si e cujo cumprimento se realiza na comunhão com Deus. Na realidade, os dois aspetos estão correlacionados, uma vez que a liberdade soberana de Deus não apenas reconhece a realidade do livre agir do homem, mas é também o seu fundamento real. Não se deve subvalorizar o facto de que a elaboração do conceito cristão de liberdade supõe o confronto, não raramente crítico e polémico, com a tradição do pensamento ocidental, a partir da noção sociojurídica de liberdade, característica da tradição grega, até ao ideal moderno de liberdade como autonomia do sujeito.¹¹⁹

Por sua vez, somos orientados para o pensamento de que só «há liberdade onde há voluntário; tudo o que fere ou diminui o voluntário (os pecados de paixões) diminui a liberdade; [da mesma forma] tudo o que aumenta o dinamismo do voluntário (as virtudes que estão nas potências sensíveis donde emanam as paixões) aumenta a liberdade».¹²⁰ Neste sentido, é necessário fazer uma hermenêutica sobre nós mesmos, sobre o nosso íntimo, quase como nos diagnosticarmos para conseguir encontrar a receita para o caminho a seguir. Sobre este diagnóstico, Vallés afirma que:

Um diagnóstico é uma decisão. Tem que se identificar o vírus, assinalar a causa, definir a doença; e para isso é preciso estudar, perguntar, investigar, comparar, preparar-se em todos os sentidos, o

¹¹⁶ Vallés, 37.

¹¹⁷ Vallés, 38.

¹¹⁸ Brosse, Henry, e Rouillard, «Discernimento dos Espíritos», 439.

¹¹⁹ Marco Vergottini, «Liberdade», em *Christos Enciclopédia do Cristianismo*, ed. Gianni Ambrosio (Lisboa/ São Paulo: Verbo, 2004), 532.

¹²⁰ Brosse, Henry, e Rouillard, «Discernimento dos Espíritos», 439.

melhor que se pode... e então seguir aquele instinto que anos de prática e de experiência sugeriram nos campos mais recônditos da mente. O cheiro da espiração de preferência a mil livros de texto. Essa espécie de instinto, cultivado e desenvolvido pelo estudo e reflexão e posto em liberdade pela espontaneidade e pela confiança em si mesmo pode ser um guia valioso para uma decisão acertada. E pode salvar a vida de um homem.¹²¹

Tendo presente que o verdadeiro e «bom discernimento é um caminho de liberdade que faz aflorar esse carácter único de cada pessoa, isso que é tão seu, tão pessoal, que só Deus conhece. Os outros não podem compreender plenamente nem prever, a partir de fora, como se desenvolverá» (*ChV*, 295). Na realidade, o discernimento só se torna perceptível na intimidade de cada jovem que usa da liberdade para a demonstrar aos outros este mesmo discernimento. Assim, torna-se necessário «preparar bem a decisão, saber o que quero e pô-lo em prática. Já saber o que quero, que em vivência cristã é saber o que Deus quer de mim, é algo que requer fé, coragem, sabedoria e liberdade e que, por conseguinte, leva tempo e requer método».¹²² Esta é a essência do discernimento: tendo em conta a nossa total liberdade, perceber o que eu quero para a minha vida e o que Deus quer para a minha vida. Como qualquer caminho que alguém se propõe a trilhar, existem erros, mas «também é verdade que Deus é infinitamente livre e permite a si mesmo que usemos os nossos métodos defeituosos para tirar resultados positivos»¹²³, pois do caminho que acabamos de fazer há sempre algo de positivo a tirar, uma aprendizagem que torna possível voltar ao caminho e centrar rumo à nossa meta.

Nesta linha de pensamento, apercebemo-nos que, sem a livre vontade do jovem, não será possível fazer uma leitura correta do seu discernimento. Assim, aqueles que acompanham a vida espiritual dos jovens «devem respeitar a liberdade que o jovem tem no seu processo de discernimento e oferecer-lhe ferramentas para que o faça bem. Um orientador deve confiar sinceramente na capacidade que tem cada jovem de participar na vida da Igreja».¹²⁴

O verdadeiro itinerário do discernimento tem de sintonizar com a liberdade do jovem, isto é, a vontade de discernir deve partir dele mesmo. Com isto, apercebemo-nos que todo o processo da eleição, desde a primeira dúvida até à última certeza, está aberto a Deus e à sua influência como agente essencial das nossas decisões, em qualquer método e em qualquer circunstância. Desta forma, apuramos que o diálogo entre Deus e cada jovem poderá ser entendido como uma experiência mística de contacto com Deus, no mais íntimo da liberdade, de alma aberta e o coração confiado, exercendo na sua maior intensidade o prazer de ser homem,

¹²¹ Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 155.

¹²² Vallés, 5.

¹²³ Vallés, 26.

¹²⁴ Sínodo dos Bispos, «Documento da Reunião pré-sinodal para preparação da XV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos bispos», n.10, acedido a 20 de fevereiro de 2021, <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2018/03/24/0220/00482.html#porto>.

que decide e escolhe melhor o seu caminho.¹²⁵ Pois nunca poderemos ter a menor dúvida de que Deus quer e necessita do melhor de nós mesmos e isso depende da nossa vontade e do nosso querer. Assim, «Deus, que atua diretamente na alma e a leva com delicadeza, com carinho, com poderio e com liberdade às mil decisões, grandes e pequenas, que preparam e integram a decisão final e fundamental do homem em ordem ao seu bem supremo».¹²⁶

Só através deste processo de liberdade é que faremos germinar nos jovens o verdadeiro discernimento, «embora possa parecer óbvio, o acompanhamento espiritual deve conduzir cada vez mais para Deus, em quem podemos alcançar a verdadeira liberdade. [...] [Uma vez que] o acompanhamento seria contraproducente caso se tornasse uma espécie de terapia que incentivasse esta reclusão das pessoas na sua imanência» (*EG*, 170). Deste acompanhamento também faz parte Deus e nesta linha entendemos que «o discernimento faz parte da relação vivida entre Deus e o homem, ou melhor, é exatamente o espaço no qual o homem experimenta a relação com Deus como experiência de liberdade e, até mesmo, como possibilidade de se criar».¹²⁷

Ora, se é verdade que a liberdade se deve manifestar na abertura da intimidade de cada jovem no acompanhamento espiritual, não é menos verdade que esta liberdade tem de corresponder de igual forma na própria oração, pois, porventura, pode acontecer que na própria oração evitemos deixar-nos confrontar com a liberdade do Espírito, que age como quer. Isto, porque o discernimento orante acarreta antes de tudo uma predisposição para escutar tanto o Senhor, como os outros e, o que muitas vezes se torna mais doloroso, a nossa própria realidade que não cessa de nos interpelar de novas maneiras, pois, não poucas vezes, pensamos ter as respostas a todas as nossas questões e medos, e até poderemos ter, mas Deus vem e troca-nos as perguntas. Precisamente por sermos jovens e trilharmos este caminho, devemos estar dispostos a escutar, pois só assim alcançaremos a verdadeira liberdade de renunciar ao seu ponto de vista parcial e insuficiente, aos seus hábitos e esquemas. Só por intermédio deste itinerário é que nos encontramos verdadeiramente disponíveis para acolher uma chamada que quebra as suas seguranças, mas que nos levará a uma vida melhor, porque não é suficiente que tudo corra bem, que tudo esteja tranquilo, uma vez que pode acontecer que Deus nos esteja a oferecer algo mais do que aquilo que procuramos e, na nossa cómoda distração, não o reconhecamos, acabando por perder tão precioso dom (cf. *GE*, 172).

¹²⁵ Cf. Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 142.

¹²⁶ Vallés, 151.

¹²⁷ Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 16.

Em certa medida, podemos afirmar que, a liberdade é um mito político. Sendo que desta qualidade ou natureza decorre o seu uso e abuso, sendo invocada por gregos e troianos, esta palavra mágica sempre foi dotada de uma profunda vitalidade e atualidade. Trata-se de mito político enquanto ilusão, sem dúvida, mas também, e não menos, como discurso legitimador e palavra de ordem, pode considerar-se ainda numa dimensão utópica, se concebida como sociedade ideal. Numa outra abordagem, dir-se-ia que continua e continuará sempre a ser um excelente tópico. É certo que o referido uso e abuso do termo tem prejudicado o conceito e a sua eficácia. A liberdade é por assim dizer uma das mais ambíguas expressões que o léxico jurídico acolheu e que a retórica jurídica, tal como a política, não deixará de utilizar.¹²⁸

Este dom, que tantas vezes deixamos desperdiçar por não saber o que é verdadeiramente importante e prioritário, é um bem e um «bem tende sempre a comunicar-se. Toda a experiência autêntica de verdade e de beleza procura, por si mesma, a sua expansão» (*EG*, 9). Por este mesmo motivo, devemos expandir o dom do Outro e para o Outro, tendo presente que «qualquer pessoa que viva uma libertação profunda adquire maior sensibilidade face às necessidades dos outros. E, uma vez comunicado, o bem radica-se e desenvolve-se. Por isso, quem deseja viver com dignidade e em plenitude não tem outro caminho senão reconhecer o outro e buscar o seu bem» (*EG*, 9).

Nesta busca pelo Outro e pelo bem do Outro, encontramos o verdadeiro significado da liberdade, uma liberdade que não esmaga, mas, pelo contrário, é uma liberdade que se projeta num amor que não marginaliza, que não se cala, um amor que não humilha nem avassala. Este é o verdadeiro amor do Senhor, «um amor de todos os dias, discreto e respeitador, amor de liberdade e para a liberdade, amor que cura e que levanta. É o amor do Senhor, que sabe mais de subidas do que de quedas, de reconciliação que de proibição, de dar uma nova oportunidade do que de condenar, de futuro que de passado».¹²⁹ Embelezados por esta dinâmica do amor, presente na oração e no Evangelho como apêndices importantes do discernir, damos conta que entramos nos dons do amor, da atenção, da fé, da contemplação, da experiência, da fenomenologia do quotidiano, entre outros, pois tais dons requerem constante moderação equilibrada, nunca a partir da casuística ou privativo caso. Assim, todo o humano é convidado a discernir constantemente para uma práxis da liberdade, longe do desmedido individualismo.

¹²⁸ Cf. Paulo Ferreira Cunha, «Liberdade», em *Enciclopédia Luso-Brasileira*, ed. Jorge Colaço e George Vicente, vol. 17 (Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999), 1032.

¹²⁹ Francisco, «Discurso na cerimónia de abertura da XXXIV Jornada Mundial da Juventude no Panamá», acessido a 5 de fevereiro de 2021, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/january/documents/papa-francesco_20190124_panama-apertura-gmg.html.

Na esteira do pensar do jesuíta Michael Gallagher, verificamos que o estado da alma em que vivemos condiciona muito a nossa liberdade. Desta forma, o autor revê-se nas palavras de Santo Inácio de Loyola, o qual assegurava, segundo a sua intuição, que «nunca se deve tomar uma decisão quando se está em desolação. Há ocasiões em que a qualquer um pode faltar aquela liberdade espiritual necessária para uma boa escolha; e, no mundo de hoje, a fé implica frequentemente uma decisão tomada contra a maré cultural».¹³⁰ Desta forma, qualquer decisão deve ser tomada tendo em conta um equilíbrio, isto é, devemos colocar todos os pesos na balança. Só assim chegaremos à nossa resposta. No entanto, estes pesos têm de ser colocados de ânimo leve e nunca em estados de euforia, onde tudo nos parece perfeito e maravilhoso; nem num estado de depressão, onde temos a ideia de que o que está por vir nunca poderá ser pior que aquilo que temos neste momento. É sobre este prisma que Vallés assume a sua exegese:

A totalidade da vida é o que eu entendo por ver-se tal como se é, do nascimento à morte, perante si próprio e perante Deus, e ver o que nesse conjunto de vida e de circunstâncias encaixa ou deixa de encaixar nesse momento; o condicionamento é, ao menos em parte e em certo sentido, tudo o que nos inclina por ato interno ou ambiente externo, para o que por vocação e existência não somos realmente; e o medo joga uma parte fundamental, nesse desequilíbrio daninho. Em última instância, o processo eletivo razoável reduz-se a tirar obstáculos (“apegos”, afetos desordenados, condicionamentos) para restabelecer o equilíbrio, valorizar a consciência e ver o que se tem de ver, e escolher em liberdade ou quase espontaneidade o que se tem de escolher, sobre o fundo existencial da totalidade da vida.¹³¹

Em suma, perante a nossa liberdade, devemos ser capazes de conscientemente discernir com prudência o nosso caminho, procurando sempre o equilíbrio em cada escolha e opção, tendo presente que «toda a vida se converte numa contínua eleição, que é o que é. O equilíbrio, o contacto, a liberdade, a generosidade. Cada nervo no seu lugar e cada músculo em forma. E assim entramos na vida e enfrentamo-nos com as suas mil situações. Apresenta-se uma opção. Que caminho tomar? E o computador pessoal mexe-se e começa a teclar as ordens».¹³²

2.1.2. O Conhecimento

Nesta sequência harmónica, surge na nossa pauta a nota do “conhecimento”, «do latim *cognoscere* [que exprime a ideia de] aprender a conhecer, procurar saber, tomar conhecimento de; estudar, aprender; reconhecer alguém ou alguma coisa que já se conhecia».¹³³ Assim sendo, o conhecimento perspectiva-se como o «ato imanente pelo qual um animal assimila a forma sensível dos seres, e o ser inteligente assimila a forma inteligível dos objetos que considera.

¹³⁰ Gallagher, *A surpreendente novidade de Cristo*, 57.

¹³¹ Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 173.

¹³² Vallés, 181.

¹³³ José Pedro Machado, «Conhecer», em *Dicionário Etimológico Da Língua Portuguesa*, 3ª edição, vol. 2 (Lisboa: Livros Horizonte, 1977), 681.

Pelo conhecimento, o sujeito conhecedor torna-se de algum modo, intencionalmente, o objeto conhecido». ¹³⁴ De certa forma, o conhecimento é o afirmar de um espelho, dentro de nós mesmos, de algo que é extrínseco a nós, bem como a ideia inteligível que retiramos do objeto em causa.

Tendo presente o autoconhecimento verificamos que o hábito do discernimento de opções, quer para a vida inteira quer para parte dela, proporciona uma direção ao percurso da vida. É importante viver com uma direção clara, mas para isso é preciso descobri-la. Assim, mais que ontem, hoje é importante saber quem se é, quem se foi e o que se quer ser; saber em que encruzilhada nos encontramos, como entrámos nela e como queremos sair dela. O cristão não pode viver à deriva, caminhar ao sabor das situações e influências exteriores, demitir-se das suas responsabilidades quanto à escolha de alternativas de futuro. O discernimento permite a Deus conduzir a nossa vida e, a nós, permite-nos administrá-la livre e empenhadamente consoante a sua vontade. O aprofundamento do conhecimento de nós mesmos associado ao trabalho de discernimento implica o inventário mais ajustado dos nossos recursos e a maior posse de nós mesmos. Ganhamos até maior destreza para posteriores ocasiões de discernimento. ¹³⁵

Desta forma, verificamos que o discernimento feito com correção e maturidade supõe o conhecimento adequado de si próprio. No entanto, a pessoa, que cada um é, resulta da confluência de vários fatores que contribuem para a modelar, tais como: contexto cultural, estrato social, nível de integração psicológica, sentido de dever moral e experiência de reconhecimento dos movimentos de Deus em si próprio. ¹³⁶

Emergindo da totalidade da vida psíquica em que se insere, o conhecimento impõe-se como fenómeno originário e irreduzível, isto é, como objeto de uma experiência universal e constante, permanecendo intraduzível na sua misteriosa complexidade. Compreende-se o recurso a analogias e imagens mais ou menos sugestivas para melhor o aproximar e descrever. O conhecimento aparece, em certa medida, como ato imanente pelo qual a consciência abrindo-se ao mundo circunstante o torna intencionalmente presente a si mesma. Inicialmente, o conhecimento é um fenómeno consciente – conhecer é ter consciência de alguma coisa. Consciência e conhecimento constituem uma unidade indissolúvel: não há consciência sem conhecimento, e da mesma forma, também não pode haver conhecimento sem consciência. Em

¹³⁴ Brosse, Henry, e Rouillard, «Discernimento dos Espíritos», 192.

¹³⁵ Cf. Terra, *Autoconhecimento e Discernimento Cristão*, 36–37.

¹³⁶ Cf. Terra, 37.

todo o ato de conhecimento, por mais simples e elementar, é presente, ao menos implicitamente, a reflexão, consciência do eu, que opõe um sujeito a um objeto.¹³⁷

Neste sentido, apercebemo-nos de diferentes naturezas do conhecimento. Assim, dispomos do conhecimento sensível e do conhecimento intelectual, sendo que o conhecimento sensível é fornecido pelos sentidos externos, de onde provêm os nossos cinco sentidos. Pelo contrário, o conhecimento intelectual veicula-se pelos sentidos internos como a memória ou a imaginação evidenciando as três operações no homem, tais como a apreensão, o juízo ou o raciocínio.¹³⁸

Numa linha geral, todo o ato do conhecimento traduz-se numa permanente relação entre o sujeito e o objeto, sendo esta uma relação necessária, uma vez que não há conhecimento sem um sujeito que conhece, ou sem um objeto conhecido. Na mesma linha, estamos perante uma relação irreversível, sendo que a função do sujeito consiste em apreender o objeto, acolhê-lo, torná-lo presente e a função do objeto, em deixar-se apreender, em especificar o conhecimento, dando-lhe um conteúdo.

Nesta linha de pensamento, apercebemo-nos que conhecer objetivamente é manter o outro à distância, evitando confundir-se com ele. Não existindo nenhuma fusão ontológica, isto é, no interior de um mesmo ato, sujeito e objeto conservam a sua respetiva autonomia. Permanecendo idêntico a si mesmo, o sujeito torna-se o Outro sem o absorver, respeitando a sua individualidade. Por parte do objeto, nenhuma modificação se opera – o objeto permanece inalterável na sua realidade ontológica, indiferente a ser ou não conhecido.

Neste sentido, o conhecimento é duplamente um fenómeno da consciência: porque dela procede, num dado momento da sua vida e da sua história, e porque só nela termina, aperfeiçoando-a e enriquecendo-a – é, por assim dizer, uma atividade imanente, que redundando em benefício da própria consciência. Assim, o conhecimento consiste essencialmente numa relação dinâmica e vital – é uma reação a um excitante. Nenhuma excitação é capaz de provocar uma sensação ou um pensamento, se o sujeito não reage de um modo espontâneo e pessoal. Simplesmente, essa espontaneidade é relativa, ou seja, impõe-se a intervenção de um excitante para que haja sensação, e a própria vida intelectual depende da sensibilidade. Desta forma, o sujeito é incapaz de produzir ou criar o objeto; deve esperar que este se lhe manifeste. A consciência não se fecha sobre si mesma não se encerra nas suas fronteiras – é orientada para um termo que a excede. É uma transparência dirigida, uma relação, implica uma abertura para

¹³⁷ Cf. Manuel da Costa Freitas, «Conhecimento», em *Enciclopédia Luso-Brasileira*, ed. Jorge Colaço e George Vicente (Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999), 917–18.

¹³⁸ Cf. Brosse, Henry, e Rouillard, «Discernimento dos Espíritos», 192.

os objetos e só por eles alcançam os valores e o sentido. Por isso, mais que a simples apreensão do objeto por parte do sujeito, o conhecimento aparece-nos como a determinação do sujeito pelo objeto.¹³⁹

O ser humano encontra-se em permanente conhecimento, seja dos outros ou de si mesmo, isto é, o autoconhecimento. No entanto, só é possível que cada um se conheça na medida que conheça aqueles que lhe querem indicar o caminho, tal como as ovelhas que procuram conhecer o seu pastor para conseguir reconhecer o caminho que lhes é indicado e não se perderem. As ovelhas seguem o seu pastor, porque conhecem a sua voz (cf. Jo 10,4).

As ovelhas podem ouvir as vozes de muita gente, mas entre todas elas reconhecerão infalivelmente a voz única do Bom Pastor e é a ela que seguirão. Também nós temos vindo escutando a sua voz, desde a nossa infância. Conhecemos a sua voz, como uma criança conhece a voz da sua mãe. Antes que a criança saiba o sentido do que a mãe diz, antes que aprenda a gramática ou adquira um vocabulário, sabe que é a sua mãe que fala, reconhece a sua pronúncia, adivinha o humor e decifra a mensagem. [...] Conhecemos a sua voz. Conhecemos o seu timbre, a sua tonalidade, as suas ressonâncias, a sua modulação diferente das outras. Somos as suas ovelhas e conhecemos a voz do nosso Pastor. A voz do Pastor é que indica o caminho às ovelhas.¹⁴⁰

Não obstante, reconhecemos a possibilidade de nos perdermos, que não está de fora do nosso campo de visão, mas sabemos que o Bom Pastor, bem como a nossa mãe, não desistirá de nós e nos irá trazer novamente para o trilho certo. São eles que, diariamente, nos carregam alegremente aos ombros para podermos voltar ao caminho, pois o erro não está na queda, mas antes em não se querer levantar, ou em recusar aceitar a ajuda para se erguer.

Na realidade, é isto que nos é pedido que procuremos: a grandeza de ser jovem e reconhecendo-nos como tal, pois, «por mais que tu vivas e experimentes, não chegarás ao fundo da juventude, não conhecerás a verdadeira plenitude de ser jovem, se não encontras em cada dia o grande amigo, se não vives em amizade com Jesus» (*ChV*, 150). Assim, a cada aurora, o ser humano descobre-se, ou seja, conhece uma nova realidade de si e perante ele mesmo desvela-se em relação aos outros e ao meio que o rodeia. Este conhecimento de si torna-se possível na medida em que o ser humano vai colocando questões a si mesmo que o inquietam e o fazem ir em busca de respostas. Nesta linha de pensamento, o Papa Francisco, na sua quarta Exortação Apostólica, afirma que esta é a sua verdadeira preocupação, declarando que cada jovem deve procurar o seu autoconhecimento como forma de mais tarde poder discernir sobre si mesmo. Neste sentido, acredita o Papa Francisco que:

Quando se trata de discernir a própria vocação, é necessário fazer a si próprio várias perguntas. Não deveríamos começar por nos interrogarmos sobre onde poderíamos ganhar mais dinheiro, ou onde poderíamos alcançar maior fama e prestígio social, mas também não convém começarmos por

¹³⁹ Cf. Freitas, «Conhecimento», 918–19.

¹⁴⁰ Cf. Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 158–59.

nos interrogarmos sobre que funções nos dariam mais prazer pessoal. Para não nos equivocarmos, devemos começar a partir de outro lugar, perguntando-nos: eu conheço-me a mim mesmo, para lá das aparências ou das minhas sensações? Conheço aquilo que alegra ou entristece o meu coração? Quais são as minhas fortalezas e as minhas fragilidades? Seguem-se imediatamente outras perguntas: como posso servir melhor e ser mais útil ao mundo e à Igreja? Qual é o meu lugar nesta terra? Que poderia eu oferecer à sociedade? Depois seguem-se outras, mais realistas: tenho as capacidades necessárias para prestar esse serviço ou poderia adquiri-las e desenvolvê-las? (*ChV*, 285)

Perspetivando a nossa vida, pensemos em quantas vezes colocamos estas inquietações a nós mesmos e, após as colocarmos, se alguma vez fomos em busca de uma resposta para elas. Não poucas vezes, até chegamos às verdadeiras questões, mas colocamo-las em cima da mesinha de cabeceira esperando que o tempo responda a elas, pois são questões que incomodam, mas, na verdade, o sabor da vida está na inquietação, pois é assim que nos sentimos vivos. No entanto, temos de ter presente que «nem sempre um jovem tem a possibilidade de decidir a que vai dedicar os seus esforços, em que funções vai gastar as suas energias e a sua capacidade de inovar. Porque, para lá dos seus próprios desejos, e ultrapassando até as próprias capacidades e o discernimento que realize, estão os duros limites da realidade» (*ChV*, 272). E cada vez mais nos dias de hoje conhecemos as duras realidades que muitos jovens enfrentam, onde diariamente abdicam dos seus sonhos em prol do bem da sua família. A título de exemplo, são muitos os jovens que desistem dos estudos, porque as famílias necessitam que eles vão trabalhar. Com isto ganham novos conhecimentos, mas, ao mesmo tempo, veem grande parte dos seus sonhos adiados ou até cancelados, pois «é verdade que tu não podes viver sem trabalhar e que, por vezes, tens de aceitar aquilo que encontrares, mas nunca renunciés aos teus sonhos, nunca enterres definitivamente uma vocação, nunca te dês por vencido. Continua sempre a procurar, pelo menos, modos parciais ou mesmo imperfeitos de viver aquilo que, segundo o teu discernimento, reconheces como uma verdadeira vocação» (*ChV*, 272).

A vocação de cada jovem e de cada cristão será sempre o itinerário a seguir, ainda que pela via mais fácil, ou mesmo com as dificuldades do caminho. Todos os jovens devem ir em busca da sua vocação e, para isto, precisam de ajuda para a conhecer através de pessoas concretas que tragam até ao jovem o conhecimento do caminho. Sabemos «hoje mais do que nunca que precisamos de homens e mulheres que conheçam, a partir da sua experiência de acompanhamento, o modo de proceder onde reine a prudência, a capacidade de compreensão, a arte de esperar, a docilidade ao Espírito, para no meio de todos defender, dos lobos que tentam desgarrar o rebanho» (*EG*, 171). De certa forma, para haver verdadeiro conhecimento, é necessário que quem acompanha saiba reconhecer que cada pessoa tem uma vocação própria e cada pessoa é um mistério, onde nenhum de nós é capaz de descodificar e conhecer plenamente a partir do exterior, pois a vocação é algo que está no íntimo do ser humano. Desta forma, «a

experiência pessoal de nos deixarmos acompanhar e curar, conseguindo exprimir com plena sinceridade a nossa vida a quem nos acompanha, ensina-nos a ser pacientes e compreensivos com os outros e habilita-nos a encontrar as formas para despertar neles a confiança, a abertura e a vontade de crescer» (EG, 172).

Nesta linha de pensamento, apercebemo-nos da verdadeira missão do acompanhante, que será a de ajudar o jovem a conhecer-se, onde o orientador «compreenda, sem julgar; que saiba escutar ativamente as necessidades dos jovens e possa responder-lhes com gentileza [...]. Uma característica especialmente importante num orientador é o reconhecimento da sua própria humanidade, o facto de serem seres que cometem erros: pessoas imperfeitas que se reconhecem como pecadores perdoados» (ChV, 246). Na coerente certeza de que «os próprios jovens são agentes da pastoral juvenil, acompanhados e guiados, mas livres para encontrar caminhos sempre novos com criatividade e audácia. [...] Trata-se, antes, de mobilizar a astúcia, o engenho e o conhecimento que os próprios jovens têm da sensibilidade, da linguagem e das problemáticas dos outros jovens» (ChV, 203).

No entanto, torna-se necessário ter presente que «uma expressão do discernimento é o empenho em reconhecer a própria vocação. É um trabalho que requer espaços de solidão e silêncio, porque se trata de uma decisão muito pessoal que outros não podem tomar em lugar do próprio» (ChV, 283). Com isto, percebemos que é necessário mostrar o caminho, mas nunca tomar as decisões pelos jovens, pois assim cairíamos no erro de anular o discernimento.

É interessante pensar que todos somos ou fomos convidados um dia a discernir e a conhecermo-nos, isto é, todos sem exceção discernimos sobre o nosso caminho. Mesmo sendo um jovem com medos temos de ter a ousadia. Um verdadeiro exemplo disto está em pensarmos que Jesus foi verdadeiramente um de nós, e n'Ele pode-se reconhecer muitos aspetos dos corações jovens. «Jesus teve uma confiança incondicional no Pai, cuidava da amizade com os seus discípulos e, inclusivamente, nos momentos críticos, permaneceu fiel a eles. [...] Em Jesus, todos os jovens se podem reconhecer».¹⁴¹ Desta forma, é indispensável agudizar o sentido do discernimento, a perceção da vontade de Deus, o respeito às suas inspirações, a compreensão da dinâmica das decisões e do significado da escolha. Tudo o que seja caminhar em sensibilidade, em delicadeza de atenção ao Espírito, isto é, todo o aprofundamento em conhecimento próprio, toda a compreensão e distinção de motivos, inclinações, intenções na atuação e na escolha, é progresso na vida e na graça.¹⁴²

¹⁴¹ Sínodo dos Bispos, «Documento Final da XV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos», n. 63.

¹⁴² Cf. Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 31.

De notar que, no mundo contemporâneo, o diálogo mais radical do homem religioso, e que resume em si a glória de Deus, a ordem do mundo e a finalidade da vida, é o «faça-se a Tua vontade» (Lc 22,42). Este será porventura o maior ato de conhecimento do homem. Ao reconhecer-se como verdadeiro filho, procura fazer a vontade do Pai. Neste verdadeiro autoconhecimento, mudamos o passivo impessoal para a voz ativa, concreta e pessoal. Nesta lógica, devemos diariamente procurar fazer a vontade de Deus e para isso temos, necessariamente, de começar por conhecê-la. Esta deverá ser sempre a nossa obrigação, o nosso privilégio e o nosso desejo enquanto jovens que buscam um caminho. Procurar para conhecer e conhecer para atuar. Aprender a tomar as mil decisões diárias, pequenas e grandes, fáceis e difíceis, de surpresa ou de rotina, que integram a nossa vida, com atenção e fé, com conhecimento de causa e alegria de execução. Se são as decisões que fazem a vida, devemos querer que as nossas decisões sejam o melhor que possam ser. Querendo sempre dominar a arte de escolher. Querendo a todas as horas saber escolher.¹⁴³

Em jeito de conclusão, apercebemo-nos que o conhecimento e o autoconhecimento são pontos fulcrais no que concerne ao ponto do discernimento, e que por esta razão é necessário trabalhar o próprio conhecimento dos jovens, pois só assim se torna possível trilhar o caminho, mas tendo sempre presente que

o discernimento espiritual não exclui as contribuições de sabedorias humanas, existenciais, psicológicas, sociológicas ou morais; mas transcende-as. Não bastam sequer as normas sábias da Igreja. Lembremo-nos sempre de que o discernimento é uma graça. Embora inclua a razão e a prudência, supera-as, porque trata-se de entrever o mistério daquele projeto, único e irrepitível, que Deus tem para cada um e que se realiza no meio dos mais variados contextos e limites. Não está em jogo apenas um bem-estar temporal, nem a satisfação de realizar algo de útil, nem mesmo o desejo de ter a consciência tranquila. Está em jogo o sentido da minha vida diante do Pai que me conhece e ama, aquele sentido verdadeiro para o qual posso orientar a minha existência e que ninguém conhece melhor do que Ele. Em suma, o discernimento leva à própria fonte da vida que não morre, isto é, conhecer o Pai, o único Deus verdadeiro. (*GE*, 170)

Assim, quando cada jovem toma uma decisão por conta própria, instintivamente está a demonstrar que escolheu bem e procura que os resultados da escolha assim o demonstrem. Ao comprometer a sua responsabilidade pessoal numa escolha concreta, mobiliza todos os seus recursos para ir ao encontro do desafio e ganhar a contenda. É essa a grande contribuição que o tomar decisões traz à nossa vida: fazer com que utilizemos ao máximo todos os nossos recursos, fazer realçar toda a nossa riqueza interior, dar vida a todo o nosso ser que está feito para conhecer, querer e decidir.¹⁴⁴

¹⁴³ Cf. Vallés, 31–32.

¹⁴⁴ Cf. Vallés, 41.

2.1.3. *A Identidade*

Anexado ao conhecimento, surge o conhecimento do sujeito, isto é, do seu ato de conhecimento, sendo ele um conhecimento reflexo e muitas vezes imperfeito. É precisamente nesta linha que nos damos conta da identidade, «derivado do latim *idem* o mesmo. Carácter do que é o mesmo ou idêntico»,¹⁴⁵ ou então tendo em conta um «latim tardio *identitate*, [que quer dizer, o] mesmo sentido».¹⁴⁶ Poderemos falar ainda duma «identidade absoluta, unidade da substância consigo mesma [e ainda de uma] identidade relativa, similitude entre realidades diversas».¹⁴⁷ Na esteira do pensar a identidade, podemos concluir que «o indivíduo urbano forma a sua identidade não com base na pertença a um grupo, mas graças às diversas experiências, segundo os respetivos interesses pessoais e a sua procura do sentido».¹⁴⁸

Não menos importante é termos presente que a nossa identidade pessoal constitui sempre o ponto de partida para as diversas ocasiões de discernimento que se sucedem e norteiam a vida. Assim, como preparação para o discernimento, devemos trazer toda a história pessoal e as circunstâncias do nosso presente ao contacto dinâmico com o futuro do qual Deus é parte integrante. Assim, o “eu” a quem Deus Se dirige torna-se terreno sagrado no processo de discernimento. Não obstante, a nossa identidade pessoal também constitui a meta do discernimento. Tal como a matéria que vai ao fogo para ser moldada, assim também vamos à presença de Deus para que Ele possa transformar o nosso ser. Cada vez que Deus nos toca, poderemos tornar-nos conscientes de que somos uma pessoa renovada.¹⁴⁹

A título de comparação verificamos que, «enquanto a semelhança diz respeito a qualidades, a igualdade, a quantidades, a identidade refere-se a ser substâncias. Traduz a coincidência da substância consigo própria em cada nível em que ela seja tomada, de acordo com a conceção que se tenha do ser (e do pensar)».¹⁵⁰ De facto, «o que todos esperavam de mim, e ainda esperam, é que eu me autodefinia, e que eu tenha uma visão ponderada, cuidadosamente equilibrada e ardentemente defendida da minha identidade».¹⁵¹ Na verdade, «no discernimento, o homem experimenta a sua identidade como criador da própria pessoa».¹⁵²

¹⁴⁵ Brosse, Henry, e Rouillard, «Discernimento dos Espíritos», 376.

¹⁴⁶ José Pedro Machado, «Identidade», em *Dicionário Etimológico Da Língua Portuguesa*, 3ª edição, vol. 3 (Lisboa: Livros Horizonte, 1977), 1251.

¹⁴⁷ Brosse, Henry, e Rouillard, «Discernimento dos Espíritos», 376.

¹⁴⁸ Alphonse Borras, «A comunicação do Evangelho na grande cidade: Espaços, Agentes, Condições», em *A Pastoral das Grandes Cidades* (Lisboa: Paulinas, 2016), 293.

¹⁴⁹ Cf. Terra, *Autoconhecimento e Discernimento Cristão*, 34–35.

¹⁵⁰ José Ribeiro Dias, «Identidade», em *Enciclopédia Luso-Brasileira*, ed. Jorge Colaço e George Vicente, vol. 15 (Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999), 368.

¹⁵¹ Zygmunt Bauman, *Identidade* (Rio de Janeiro: Zahar, 2005), 18.

¹⁵² Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 16.

Ao falarmos de identidade devemos tomar consciência de que nós pertencemos ao povo de Cristo, e é crucial cair na conta de que «a nossa identidade não se compreende sem esta pertença» (EG, 268). Na verdade, «esta mentalidade de pertença pode revelar-se difícil para aqueles de nós que vivem em culturas individualistas, em que nos é dito que uma pessoa só é autêntica se tiver criado uma identidade profunda e pessoal. Mas esta é uma suposição perigosa. Fui testemunha de que o caminho para a descrença tem muitas vezes início quando uma pessoa procura caminhar sozinha».¹⁵³

Nesta linha de pensamento, podemos distinguir três tipos de identidade: em primeiro lugar uma identidade numérica ou concreta, que se caracteriza pelo carácter do que é e permanece numericamente o mesmo, seja embora sob diversos aspetos ou através de múltiplas circunstâncias, como é o caso da identidade do “eu” no decurso da vida, ou da identidade de um cidadão, de um sinistrado, ou seja, falamos de uma identidade da substância sob os acidentes. Em segundo lugar, uma identidade específica ou abstrata que apresenta características comuns e, por isso, é do mesmo tipo ou género, como é o caso da identidade de situações de estruturas biológicas ou físicas, de modelos de automóveis, isto é, identidade como ideia sobre os sensíveis (Platão), do conceito relativamente aos inferiores (Realismo). Por último, podemos centrarmo-nos numa identidade transcendental que é considerado como o todo homogéneo (Parménides), a substância única (Espinosa), o absoluto em natureza e espírito (Schelling da segunda fase), o espírito absoluto (Hegel), a matéria (Marx), entre outros. Os exageros das duas últimas aceções são corrigidos pela doutrina do realismo moderado e da analogia (S. Tomás de Aquino).¹⁵⁴

A identidade do ser humano hodierno «é caracterizada por aquilo que descobre juntamente com os outros indivíduos em função das suas necessidades e daquilo que a cidade, com os seus múltiplos aspetos, lhe pode trazer».¹⁵⁵ O homem pós-moderno, híperindividualista e híperconsumista, procura um abrigo onde habitar, sendo que, após o estado decadente das religiões tradicionais e institucionais, esse estar é encontrado, como superação da solidão, da carência afetiva e da angústia, nas novas formas de religiosidade. Assim, «quando as pessoas mudam os seus deuses, então encontram-se diante de um momento doloroso e frágil, potencialmente trágico e fonte de confusão para a própria identidade».¹⁵⁶ Desta forma, e olhando a esta fragilidade apuramos que «as pessoas em busca de identidade procuram invariavelmente diante da tarefa intimidadora de “alcançar o impossível”»: essa expressão

¹⁵³ Tetlow, *Sempre em Discernimento*, 151.

¹⁵⁴ Cf. Dias, «Identidade», 369.

¹⁵⁵ Borrás, «A comunicação do Evangelho na grande cidade: Espaços, Agentes, Condições», 293.

¹⁵⁶ Gallagher, *A surpreendente novidade de Cristo*, 42.

genérica implica, como se sabe, tarefas que não podem ser realizadas no “tempo real”, mas que serão presumivelmente realizadas na plenitude de tempo – na infinitude». ¹⁵⁷

As culturas proporcionam ambientes para a escolha e identidade, e o que acontece nas culturas também pode definir limites para a forma como interpretamos ou imaginamos o significado das nossas vidas. Portanto, a cultura pode tornar-se uma força que aprisiona, bloqueia ou prejudica a possibilidade da fé, mesmo quando não lhe é abertamente hostil. Esta falta de liberdade revela-se naquilo que é frequentemente chamado a “identidade frágil” das atuais gerações juvenis. Talvez não por culpa própria, os jovens andam à deriva numa sociedade pluralista e confusa, achando difícil encontrar qualquer segurança, incluindo a segurança de uma tradição religiosa. ¹⁵⁸

Na realidade, dado todo este foro cultural torna-se necessário comparar, fazer escolhas e fazê-las repetidamente, reconsiderar escolhas já feitas em outras ocasiões, tentar conciliar demandas contraditórias e frequentemente incompatíveis. Isto porque sabemos que não poucas vezes tornamo-nos conscientes de que o sentimento de pertença e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida. Antes pelo contrário, são bastante negociáveis e revogáveis, sendo que as decisões que o próprio indivíduo toma, isto é, os caminhos que percorre, a maneira como age, e a determinação de se manter firme a tudo isso, são fatores cruciais tanto para o sentimento de pertença como para a “identidade”. Por outras palavras, a ideia de ter uma identidade não vai ocorrer às pessoas enquanto o sentido de pertença continuar a ser o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não com uma só tacada onde por sorte alcançamos a vitória, na verdade, neste campo não falamos de sorte, mas antes de vontade e determinação. ¹⁵⁹

Olhando a identidade pessoal verificamos que esta não se remete somente ao nome de cada ser humano, mas antes corresponderá ao direito da pessoa a que não seja deturpada a sua imagem ética, social ou ideológica, com a atribuição de ações, indiferenciadas, por ela não praticadas ou de convicções que não professa. Trata-se de um direito autónomo do direito à honra, já que será afetado mesmo que as ações ou as convicções imputadas não sejam, por si só, desonrosas lesivas da reputação. A falsa imputação, a má caracterização, altera, no entanto, a identidade da pessoa, que não advém só do nome formal, mas também da imagem real que

¹⁵⁷ Bauman, *Identidade*, 16–17.

¹⁵⁸ Cf. Gallagher, *A surpreendente novidade de Cristo*, 26–27.

¹⁵⁹ Cf. Bauman, *Identidade*, 17–18.

emerge da sua história pessoal e das suas convicções.¹⁶⁰ Na realidade, a identidade não é mais que aquilo que permite distinguir uma pessoa de outra, esta diferença que se aflora no património ideológico, cultural e no comportamento de cada ser.

Numa linha direta, apercebemo-nos de que o discernimento é da pessoa inteira, e, como tal, não deve desvincular-se das dimensões que formam a pessoa e que expressam a sua identidade, desde as operações fundamentais da sua vida até às atitudes com as quais afronta os problemas e as decisões, ou os atos com que se exprime. A conversão do coração vai-se dando, de maneira calada no conhecimento sensível, na expressão direta e em situações concretas da vida.¹⁶¹ A primeira e a mais importante revolução que tem de se realizar dentro dela mesma resulta ser uma das coisas mais perigosas que se pode fazer.¹⁶² Desta forma, na nossa sociedade, é cada vez mais indispensável entender o “eu” como «permanentemente impermanente, completamente incompleto, definitivamente indefinido e autenticamente inautêntico»,¹⁶³ isto é, o ser humano vive em constante mutação, não se conformando com a realidade, numa incessante busca de sentido.

Por outras palavras, é um afirmar que «o outro nos remete para a nossa singularidade e as nossas perspetivas particularidades abrem-nos ao universal. A experiência do outro é mais claramente acessível no ambiente urbano do que na aldeia tradicional. Existe a curiosidade que suscita, mas também a interpelação que provoca, quer para se abrir ao universal, quer para modelar a sua identidade».¹⁶⁴

Nesta linha de pensamento, verificamos que «a recusa do outro provoca um “para si próprio” ainda mais desumano que impede “criar sociedade”. Regressa-se assim à realidade do dualismo social que a sociedade amplifica ainda mais».¹⁶⁵ Na verdade, é nesta realidade que nos apercebemos da importância do outro na nossa própria vida, entender o outro como possibilidade da construção da sociedade que acabará por enriquecer a minha própria identidade. No entanto, «o indivíduo urbano forma a sua identidade não com base na pertença a um grupo, mas graças às diversas experiências, segundo os respetivos interesses pessoais e a sua procura do sentido».¹⁶⁶ E é nesta incessante procura de sentido que se deve compreender o ser humano, onde, de certa forma, «a sua identidade é caracterizada por aquilo que descobre

¹⁶⁰ Cf. Mario Raposo, «Identidade Pessoal», em *Enciclopédia Luso-Brasileira*, ed. Jorge Colaço e George Vicente, vol. 15 (Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999), 372.

¹⁶¹ Cf. Martínez, *Conciencia, discernimiento y verdad*, 165.

¹⁶² Cf. Martínez, 169.

¹⁶³ Zygmunt Bauman, *Vida Líquida* (Lisboa: Relógio D'Água, 2006), 33.

¹⁶⁴ Borras, «A comunicação do Evangelho na grande cidade: Espaços, Agentes, Condições», 280.

¹⁶⁵ Borras, 280.

¹⁶⁶ Borras, 293.

juntamente com os outros indivíduos em função das suas necessidades e daquilo que a cidade, com os seus múltiplos aspetos, lhe pode trazer».¹⁶⁷ Desta forma, e entendendo o ser humano como um ser para os outros, apercebemo-nos que «a identidade da pessoa tende a ocultar-se no anonimato do grupo. Custa-nos decidir-nos, porque nos custa definirmo-nos».¹⁶⁸

Neste ir ao encontro do discernimento dos jovens, devemos encontrar a incessante busca da nossa identidade seja em nós mesmos, mas também numa sociedade, pois são muitas as vezes que o indivíduo se encontra sem rumo numa sociedade, isto é, um autêntico órfão dos pontos de referência da sua identidade. Nesta linha de pensamento, o Santo Padre procura recordar-nos que

«muitas vezes, na vida, perdemos tempo interrogando-nos: “Mas afinal, quem sou eu?” E tu podes interrogar-te sobre quem és e passar uma vida inteira a procurar a tua própria identidade. [No entanto, deves interrogar-te] antes: “Para quem sou eu?” És para Deus, sem dúvida. Mas Ele quis que também sejas para os outros, e pôs em ti muitas qualidades, inclinações, dons e carismas que não são para ti, mas para os outros». (*ChV*, 286)

Todo o cristão que tenha experimentado o Espírito tem de se habituar a esta perceção espiritual, a esta delicadeza do Espírito que o mantém em sua identidade. Em todo o caso, esta dinâmica do acolhimento confere em si o poder de cada homem se reconhecer «como sujeito; é precisamente o que o indivíduo urbano reivindica como sua essência. Reconhecê-lo depois como um ator; aquele que aprende a criar a sua identidade pessoal com os outros».¹⁶⁹ Isto porque o ser humano não encontra a sua identidade senão quando encontra a alteridade, a diferença no outro.

2.1.4. A Consciência

Quase a concluir este acorde, surge a “consciência”. Nos últimos anos, há uma preocupação e uma procura na integração da consciência das pessoas na práxis da Igreja. Sem se tornar trânsfuga, a Igreja alerta para o dinamismo do ressoar interior humano e da admirável conjugação da consciência, bem e lei, para uma moralidade referenciada. Pretende-se, com isto, centralizar a consciência moral.

É claro que existem alguns interstícios em relação ao conceito, causando certas divagações, aliás, como na maioria dos conceitos exigentes à compreensão. Etimologicamente, consciência vem de *syneidesis*, ou seja, um saber prático ou saber-com, do latim *cum-scientia*

¹⁶⁷ Borras, 293.

¹⁶⁸ Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 37.

¹⁶⁹ Borras, «A comunicação do Evangelho na grande cidade: Espaços, Agentes, Condições», 294.

que significa “com a ciência” ou “com o conhecimento”, isto é, aquele que é testemunha; espécie de reflexo do coração do homem na sua inteligência e, ao mesmo tempo, espécie de guia da ação que ilumina todo o ato humano pelo conhecimento que ela tem do bem e do mal.¹⁷⁰ Assim, estamos no âmbito do diálogo interior. Este diálogo interior não é senão um diálogo da pessoa com Deus, onde a intimidade humana é habitada pela presença amorosa do Totalmente Outro, numa espécie de relação dialogal entre imanente e transcendente. Ora, a consciência está centrada no interior da pessoa, onde na sua profundidade é agraciada pela Sua presença.¹⁷¹

Psicologicamente e em sentido estrito, consciência designa o conhecimento dos próprios atos ou estados internos no momento em que são vividos. Na medida em que sentimos e vivemos os nossos atos ou estados internos, sabemos que eles existem, temos deles consciência. De certo modo, o homem pode conhecer-se como uma coisa entre as coisas, como um simples objeto, resultado de um complexo de paixões, sentimentos e ideias, porém, o verdadeiro conhecimento de si mesmo não consiste num mero contemplar-se desinteressadamente como um espetáculo, mas em compreender o que deve fazer como sujeito e princípio de ação – o verdadeiro reconhecimento de si mesmo termina no conhecimento do dever.¹⁷²

Na verdade, «o termo “consciência” é geralmente usado para designar a camada mais profunda da personalidade do homem, onde tem origem a moralidade».¹⁷³ Desta forma, entendemos na perfeição o porquê de a consciência ser um critério do discernimento que leva ao agir humano, sendo que, moralmente falando, a consciência sublinha a exigência de um princípio interior próprio do ser humano. Nesta linha, Santo Inácio afirma que tornar-se consciente é a porta de entrada para qualquer verdadeiro discernimento. Na verdade, nós não podemos dar esta consciência por garantida. Isto porque até que ponto podemos afirmar estar conscientes da nossa experiência espiritual interior? Com que frequência estamos nós conscientes dela? Quantas vezes durante o dia é que a temos em conta? Será que alguma vez fazemos uma pausa para tomarmos consciência do que nos agita espiritualmente no nosso íntimo? Esta é uma questão central na vida espiritual, que não pode ser sublinhada o suficiente. E a questão acentuada por Inácio no início das suas regras para o discernimento.¹⁷⁴

¹⁷⁰ Cf. Brosse, Henry, e Rouillard, «Discernimento dos Espíritos», 192.

¹⁷¹ Cf. Martínez, *Conciencia, discernimiento y verdad*, 307.

¹⁷² Cf. Manuel da Costa Freitas, «Consciência», em *Enciclopédia Luso-Brasileira*, ed. Jorge Colaço e George Vicente, vol. 7 (Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999), 955–57.

¹⁷³ Giannino Piana, «Consciência», em *Christos Enciclopédia do Cristianismo*, ed. Gianni Ambrosio (Lisboa/ São Paulo: Verbo, 2004), 206.

¹⁷⁴ Cf. Timothy Gallagher, *O Discernimento dos Espíritos*, trad. Mário José Galvão de Almeida (Braga: Apostolado da Oração, 2013), 53.

A consciência é antes de mais «o centro de unificação da pessoa; é o lugar em que o homem se conhece a si mesmo e decide de si. Reflete a realidade complexa do homem, constituída de corpo, alma e Espírito Santo, e é o âmbito donde se parte para captar o sentido último do agir moral».¹⁷⁵ A pessoa humana procura antes de tudo a sua autorrealização, bem como a busca incessante do sentir-se pessoa. No entanto, em tudo aquilo que faz, deve ter presente a responsabilidade do seu agir e é neste processo que encontramos o caráter central da consciência. Entendemos assim que «a decisão moral, embora no limite dos acontecimentos bio-psíquicos e socioculturais, é, em última análise, expressão da realidade profunda do homem e do “mistério” que o distingue e que tem, portanto, sede na consciência».¹⁷⁶ Em suma, só interpretando a consciência humana é que poderemos conhecer verdadeiramente a dimensão radical do agir humano, que se concretiza no discernimento de um projeto global que encarna nos atos concretos da vida quotidiana.

Entre vários significados, no Antigo Testamento, “consciência” relaciona-se principalmente com o coração, ou seja, lugar da moral e da interiorização da lei. Na monotonia conceptual do Novo Testamento, São Paulo é o precursor no recurso à palavra consciência. Assim, nos seus escritos, *syneidesis* aparece como sinónimo de *pistis*, remetendo para a globalidade da pessoa. Na Patrística, “consciência” designa-se por *nous* e *mens*. Três aspetos fundamentais deste tempo são: consciência como testemunha e juiz; consciência como guia e lei; consciência como sujeito responsável e abrigo espiritual. Na idade medieval, há claramente, uma dupla perspectiva: consciência que antecede como guia da ação e consciência consequente, que julga a ação passada. Com isto, é nítida a distinção entre *syndéresis* e *conscientia*. Interessantemente, surgem debates entre franciscanos e dominicanos acerca da *syndéresis*, onde se colocam várias questões. Os franciscanos entendiam a *syndéresis* como um hábito com a faculdade da vontade. Por outro lado, os dominicanos entendiam *syndéresis* como um ato ou faculdade não da vontade, mas da razão prática.¹⁷⁷

Atualmente, a consciência deixa de ser compreendida como instrumento que aplica de modo racional, dedutivo e quase automático os princípios gerais e os casos particulares, para conceber-se, de um modo magistral, a consciência como centro e núcleo íntimo da pessoa, repescando a ideia bíblica de coração, havendo esta equanimidade entre as raízes da Escritura e o tempo hodierno. Na verdade, a antropologia dignifica a ideia boa e positiva da criação. Note-se que a consciência é memória original do bem e da verdade e erramos quando

¹⁷⁵ Piana, «Consciência», 207.

¹⁷⁶ Piana, 208.

¹⁷⁷ Cf. Martínez, *Conciencia, discernimiento y verdad*, 307.

dispensamos a verdade. É certo que a consciência pode equivocar-se por ignorância, pelas circunstâncias que condicionam ou até mesmo pelo pecado. Contudo, a verdadeira maravilha, na minha germinal opinião, acontece quando a consciência, apesar do erro, se entregar ao sentido de culpa, quando houver capacidade para reconhecer a falsa serenidade da nossa consciência. Bem, a consciência na sua plenitude é aquela que tem sentido de culpa e humildemente se prostra diante do amor misericordioso do Outro. No reconhecimento da culpa, está a autenticidade do viver a consciência cristã. Assim, consciência reta é toda a verdade objetiva acolhida pelo humano.¹⁷⁸

Cada jovem procura necessariamente o sentido para a sua vida. Se assim não for, deixa de viver e passa a sobreviver, pois não tem em si o verdadeiro espírito, que orienta a vida e lhe traz a verdadeira razão da sua experiência, que ninguém é capaz de conhecer tão bem como ele próprio: «é neste âmbito que se situa a formação da consciência, que permite que o discernimento cresça em profundidade e em fidelidade a Deus: formar a consciência é caminho de uma vida inteira, no qual se aprende a nutrir os sentimentos próprios de Jesus Cristo, assumindo os critérios das suas decisões e as intenções da sua maneira de agir (cf. Flp 2,5)» (*ChV*, 281).

Na atualidade, a consideração de uma tal consciência conduz-nos a uma questão fundamental para qualquer “discernimento dos espíritos” e para a vida espiritual em geral. Assim sendo, podemos perguntar-nos: por que é que a consciência espiritual se nos revela tão difícil? Por que razão é que não percebemos melhor as contínuas moções espirituais dos nossos corações? Por que é que, com tanta frequência, nos inclinamos mais espontaneamente para viver “fora” do que “dentro”, de tal forma que, a não ser que façamos um esforço explícito para estarmos conscientes do que se passa “dentro”, não chegamos a alcançar esta consciência? E por que é que este mesmo esforço nos custa tanto como de facto acontece? Por que é que se torna tão difícil mantê-lo dia após dia? Uma vez que a consciência espiritual interior é a porta indispensável de entrada para tudo o mais no que ao discernimento diz respeito, este assunto requer a nossa especial atenção, caso queiramos seguir uma vida de autêntico “discernimento dos espíritos”. A tentativa de responder a esta questão permitir-nos-á ainda apreciar mais profundamente o que implica a obtenção de uma tal consciência espiritual.¹⁷⁹

Num outro prisma, verificamos que o processo de individualização mexeu com muitas consciências e de igual forma aniquilou a ordem tradicional, que fazia predominar as tradições e os interesses do grupo sobre os anseios pessoais. Perante esta consciência, notamos que o

¹⁷⁸ Cf. Martínez, 289.

¹⁷⁹ Cf. Gallagher, *O Discernimento dos Espíritos*, 54–55.

grande risco do mundo atual, com a sua múltipla e avassaladora oferta de consumo, é uma tristeza individualista que brota do coração comodista e mesquinho, da busca desordenada de prazeres superficiais, da consciência isolada (cf. *EG*, 2). Neste seguimento, podemos perceber que o hiperindividualismo se refugia no consumismo, em busca de brechas de luz que possam iluminar o sombrio e tenebroso caminho que, indistintamente, trilham chegando ao ponto da falta da consciência do mundo que rodeia o próprio jovem. Torna-se necessário mais que nunca o encontro, ou o reencontro «com o amor de Deus, que se converte em amizade feliz, onde somos resgatados da nossa consciência isolada e da autorreferencialidade. Chegamos a ser plenamente humanos quando somos mais do que humanos, quando permitimos a Deus que nos conduza para além de nós mesmos a fim de alcançarmos o nosso ser mais verdadeiro» (*EG*, 8).

Ao percecionarmos a consciência, verificamos que é nela que se impele todo o processo de deliberação/discernimento em direção à decisão, que, junto ao bem e à lei, tem categoria de referência decisiva da moralidade. A consciência coloca a pessoa diante de presença perceptível e imperiosa da voz da verdade dentro de si mesma e supera a mera subjetividade no encontro com a verdade que o sujeito não “fabrica” por si mesmo. Nesta linha de pensamento, verificamos que a consciência do sujeito não só importa decisivamente, mas o bem ou mal que se faz no mundo dependerá, essencialmente, dessa instância afetiva-racional interior que se oferece com o tribunal de juízos práticos, por ser uma chamada constante a fazer o bem e a verdade. Mas só é possível o juízo prático, porque a consciência é memória original do bem e da verdade e chamamento do amor que nos percebe e nos atrai a si.¹⁸⁰ Não obstante, não podemos conceber a consciência como um capricho ou uma opinião, nem muito menos como um livre arbítrio ou uma espécie de egoísmo previsor ou ainda um desejo de ser coerente com o próprio, uma vez que isto levará a transformar a verdade em justificação da subjetividade para não ser questionada.¹⁸¹ Desta forma, a nossa consciência “pode-se enganar”, seja por ignorância (vencível ou invencível), por maus hábitos ou pelo pecado, temos de evitar que a consciência errônea marque o caminho da moral, confundindo um erro subjetivo sobre o bem moral com a verdade objetiva.¹⁸²

Olhando o prisma da consciência, é essencial ter presente que «o contexto condiciona a consciência, hoje é mais óbvio que a fé exige uma qualidade interior de disposição, raízes novas de uma decisão existencial e a força para ser diferente».¹⁸³ Assim, a pedra de toque é precisamente esta: a capacidade de ser diferente, de ser normal no meio da anormalidade, não

¹⁸⁰ Cf. Martínez, *Conciencia, discernimiento y verdad*, 314.

¹⁸¹ Cf. Martínez, 315.

¹⁸² Cf. Martínez, 317.

¹⁸³ Gallagher, *A surpreendente novidade de Cristo*, 62.

ficando fechado em ideologias que tentam forçar e marcar a nossa consciência, mas antes ser capaz de pensar diferente, pensar “fora da caixa”. No entanto, temos de ter presente que «ao tomar uma decisão pessoal comprometo-me a mim mesmo, [isto é,] assumo diretamente a responsabilidade completa e em consequência, tudo o que há em mim de consciente, ou de inconsciente e subconsciente entrega-se sem reservas a fazer com que a minha decisão resulte bem e demonstre que, ao tomá-la, eu tinha razão».¹⁸⁴ Na realidade, é precisamente neste ponto que encontramos a essência da consciência que nos responsabiliza por cada ato que tomamos.

Nos dias de hoje, é necessário fazer frente a todo um mundo que não se centra no essencial e assim se firmar e atacar o verdadeiro caminho, tomando «consciência das tendências na mente, que podem viciar uma decisão, corrigi-las rapidamente, pondo-as a descoberto e pedindo a Deus que nos conduza precisamente na direção oposta».¹⁸⁵ Esta direção será antes de mais aquela que eu e Deus encontramos num diálogo permanente. No entanto, neste itinerário não existe qualquer motivo para diminuir o mérito, a bondade e a beleza de qualquer ato nobre, nascido de um coração generoso, mas antes existe a busca de procurar saber como funciona esse coração e saber como se forjam as decisões no segredo da consciência humana, tendo consciência de que a limitação é condição do homem sobre a terra e que essa limitação afeta o mais profundo do homem, que é a sua capacidade e processo de escolher.¹⁸⁶

Na esteira do refletir a consciência, averiguamos que esta tem necessidade de crescer, de ser formada, de exercitar-se no processo que avança gradualmente na busca da verdade e na progressiva integração de valores e de normas morais.¹⁸⁷ Isto, porque a consciência não é uma mera alta voz da norma ou a fotocópia de todos os conteúdos da lei moral, mas o órgão interior que permite a interiorização pessoal da lei à luz do discernimento do bem possível, entendido como ponto de encontro entre os condicionamentos culturais e existenciais, a busca pessoal do bem moral e a vontade de o crente seguir a Deus dentro do dom da Sua graça.¹⁸⁸

Numa linha de verdade, apercebemo-nos que a consciência se dá quando o entendimento, em virtude da sua estrutura simples e espiritual, reflexiona sobre os próprios atos psíquicos e os atribui ao “eu” como sujeito. Esta referência dos atos ao “eu” pode ser feita com maior ou menor perfeição: primeiramente verificamos na “inconsciência”, cuja maior manifestação é o sono e cujo ritmo eletroencefalográfico é característico não se dá conhecimento; num segundo plano, na “subconsciência”, onde a consciência dá-se conta dos

¹⁸⁴ Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 40.

¹⁸⁵ Vallés, 124.

¹⁸⁶ Cf. Vallés, 48.

¹⁸⁷ Cf. Martínez, *Conciencia, discernimiento y verdad*, 323.

¹⁸⁸ Cf. Martínez, 324.

atos mas não os refere ao “eu”; em terceiro, na “consciência direta”, em que a consciência conhece os atos, refere-os ao “eu” mas sem reflexão formal; por último, na “consciência reflexa”, onde a consciência conhece os atos e explicitamente os atribui ao “eu” como sujeito. Desta forma, convergimos para o pensamento que as informações que a consciência reúne, organiza e esclarece estão relacionadas com o corpo e com o mundo exterior mediante as percepções. A percepção é, pois, a fonte da consciência, ainda que sempre condicionada por ela.¹⁸⁹

Assim, mais do que falar em consciência errónea, dever-se-ia falar de consciência que procura a verdade para alcançar o bem, que não chegou a realizar.¹⁹⁰ Certamente temos de distinguir quando a consciência erra por ignorância invencível da despreocupação pela procura da verdade ou a determinação pelo mal.¹⁹¹ Se a ignorância é invencível ou o juízo erróneo, não é atribuível moralmente ao sujeito, então, o mal cometido não pode ser imputado à pessoa, ainda que não deixe de ser mal, considerado objetivamente, ou uma desordem.¹⁹²

Podemos nesta linha falar de consciência moral, que propriamente dita é um ato que se exerce na aplicação dos princípios gerais às circunstâncias particulares. Como tal, situa-se no termo de um processo discursivo, implícito ou explícito, o qual, partindo de uma maior universal, conclui, mediante uma menor particular, pela conveniência ou não conveniência de um ato a realizar, isto é, o juízo de consciência, ao qual a consciência moral decide submeter-se ou eximir-se, que se confere no juízo de eleição. Enquanto o juízo de consciência pertence à inteligência, a decisão última entra no domínio da vontade. Para além da simples percepção dos seus atos internos, consciência psicológica, a consciência moral submete-os a uma norma segundo a qual os aprecia e julga.¹⁹³

Na verdade, a consciência pode errar, mas também pode ser retificada, porque Deus quer que seja a verdade - e não o erro - a conduzir a vida. Quando a pessoa está no erro sem culpa, a terapia que aprendemos de Jesus não é tanto de condenar, mas sim iluminá-la desde a misericórdia para ajudá-la a voltar ao bem possível, e, assim, chegar ao bem mais pleno.¹⁹⁴ O cristianismo não deve ser apresentado como um simples moralismo - “tens que fazer” -, mas sim como um dom, no qual se nos dá o amor que nos sustém e nos proporciona a força necessária para saber perder a própria vida.¹⁹⁵ Portanto, a consciência é tanto uma lembrança

¹⁸⁹ Cf. Agostinho Pereira, «Consciência», em *Enciclopédia Luso-Brasileira*, ed. Jorge Colaço e George Vicente, vol. 7 (Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999), 957–58.

¹⁹⁰ Cf. Martínez, *Conciencia, discernimiento y verdad*, 331.

¹⁹¹ Cf. Martínez, 333.

¹⁹² Cf. Martínez, 335.

¹⁹³ Cf. Manuel da Costa Freitas, «Consciência Moral», em *Enciclopédia Luso-Brasileira*, ed. Jorge Colaço e George Vicente, vol. 7 (Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999), 962.

¹⁹⁴ Cf. Martínez, *Conciencia, discernimiento y verdad*, 339.

¹⁹⁵ Cf. Martínez, 348.

do bem e da verdade, quanto um julgamento que se aplica a uma situação concreta, a convicção racional de que se deve amar, fazer o bem e evitar o mal.

Como já referi anteriormente, «é importante tomar consciência de que Jesus foi jovem» (*ChV*, 23) e que, como tal, também trilhou o seu caminho com medos e dúvidas. No entanto, sempre teve consciência da sua juventude e deixou-se contagiar totalmente pelo caminho indicado pelo Pai, não como quem se deixa andar, mas antes como quem procura realmente esse caminho. Da mesma forma, Jesus deve ser um modelo e uma fonte de inspiração para todos os jovens

que estão a crescer e a preparar-se para cumprir a sua missão. Isso implica amadurecer na relação com o Pai, na consciência de ser um simples membro da família e do povo, e estar aberto a deixar-se encher e conduzir pelo Espírito, para cumprir a missão que Deus lhe encomenda, a sua própria vocação. Nada disto deveria ser ignorado na pastoral juvenil, para não se criarem projetos que isolem os jovens da família e do mundo, ou que os convertam numa minoria seleta e preservada de todo o contágio. Precisamos, antes, de projetos que os fortaleçam, os acompanhem e os lancem ao encontro dos demais, no serviço generoso e na missão. (*ChV*, 30)

Em suma, quando cada jovem for capaz de assumir esta dinâmica, não deixando anestesiar a sua consciência, acaba por se abrir generosamente ao discernimento (cf. *GE*, 174), e este abrir-se ao discernimento acarreta tomar consciência de que é necessário ter ao seu lado pessoas concretas que apontem o caminho a seguir, ajudando cada jovem a decodificar a sua meta. Desta forma, «trata-se de um itinerário de acompanhamento e discernimento que orienta estes fiéis na tomada de consciência da sua situação diante de Deus. [Assim,] o diálogo com o sacerdote, no foro interno, concorre para a formação de um juízo correto sobre aquilo que dificulta a possibilidade duma participação mais plena na vida da Igreja e sobre os passos que a podem favorecer e fazer crescer» (*AL*, 300). Só por este caminho se torna possível que cada jovem chegue à tomada de consciência da sua situação, tendo a consciência tranquila e retamente formada, sendo exequível exercer um discernimento assertivo.

2.1.5. A Verdade

Como nota final deste acorde eleva-se a “verdade”. Ao respirar o seu étimo latino, verificamos a sua raiz em «*verus*, que qualifica uma palavra ou um enunciado, conforme com a realidade de que se fala ou uma coisa, conforme com a palavra com que a nomeamos ou com a definição que dela fazemos (*adequatio rei et intellectus*)».¹⁹⁶ Tendo ainda presente a nossa língua mãe, “verdade” vem de «*veritate* [isto é,] a verdade, o verdadeiro; a realidade; a verdade

¹⁹⁶ Brosse, Henry, e Rouillard, «Discernimento dos Espíritos», 802.

em pronúncia as regras».¹⁹⁷ Na mesma dinâmica, perscrutando o sentido etimológico grego, “verdade” tem a sua formação em *alétheia*, de *a-lantháno*, que é, antes de mais, uma negação do esconder-se, isto é, um revelar-se, um vir à luz. Na realidade, aquele que vive na verdade é aquele que não se esconde, que vive na transparência consigo e com Senhor Jesus. Ele, que é o revelador do Pai, foi a nós revelado como sentido último e profundo da criação e da história humana. Na passagem Joanina «Eu sou o caminho, a verdade e a vida» (Jo 14,6), Jesus proclama sobre si mesmo a verdade; no mesmo sentido, afirma que só «a verdade vos tornará livres» (Jo 8,32).

Nesta fuga para a intelectualização, perspetivamos o verdadeiro e verificamos que «o bem tende sempre a comunicar-se. Toda a experiência autêntica de verdade e de beleza procura, por si mesma, a sua expansão» (EG, 9). Este é, antes de mais, o convite, onde paira a verdade comunicada entre Deus e Jesus, assim como entre Deus e os homens. Nesta assertividade, apuramos que «a verdade é o livre comunicar-se de Deus em Jesus: na mediação da sua pessoa, na mediação de um encontro que se serve das palavras e dos sinais próprios do viver humano, é possível aceder a uma verdade que transforma as nossas existências. Em Jesus-verdade é-nos aberto o sentido último da vida humana e cósmica: a verdade última é o amor».¹⁹⁸ Esta verdade última é a condição para o verdadeiro homem, que deixa Deus guiar o seu caminho, não como forma de justificar os meus maus atos ou de livrar da responsabilidade, mas antes como caminho autêntico de fé e verdade, na certeza de que «chegamos a ser plenamente humanos quando somos mais do que humanos, quando permitimos a Deus que nos conduza para além de nós mesmos a fim de alcançarmos o nosso ser mais verdadeiro» (EG, 8).

Ao pensarmos a verdade, muitas vezes chegamos à conceção do que é a falta dela, pois é a falta de verdade que perturba o ser humano. Desta forma, o verdadeiro «opõe-se a falso, irreal, ilusório, imaginário, quer verdadeiro qualifique uma proposição ou uma palavra conforme com a realidade (por ex.: avisto um animal; será verdade?), quer qualifique uma coisa, um ser, conformes com a definição ou ideal que deles fazemos (por exemplo: um o verdadeiro filho)».¹⁹⁹

Na antropologia cristã, define-se que existe em todos os seres humanos a presença inevitável da verdade, que nos foi conferida pela criação, que se torna um chamado inscrito na natureza. Na realidade, a verdade é o carácter do que é verdadeiro, é a adequação da inteligência

¹⁹⁷ José Pedro Machado, «Verdade», em *Dicionário Etimológico Da Língua Portuguesa*, 3ª edição, vol. 5 (Lisboa: Livros Horizonte, 1977), 2299.

¹⁹⁸ Saturnino Muratore, «Verdade», em *Christos Enciclopédia do Cristianismo*, ed. Gianni Ambrosio (Lisboa/ São Paulo: Verbo, 2004), 863.

¹⁹⁹ Brosse, Henry, e Rouillard, «Discernimento dos Espíritos», 802.

com a realidade.²⁰⁰ Podemos distinguir duas verdades: a verdade lógica e a verdade ontológica; se a primeira é aquela que influencia o juízo «visto que só ele, afirmando ou negando alguma coisa do que é enunciado, pode estabelecer uma adequação entre a inteligência e a realidade. A verdade está formalmente na inteligência».²⁰¹ Por outro lado, a verdade ontológica, entendida também por verdade transcendental, é a

propriedade que todo o ser tem de estar conforme com o seu princípio, isto é, com a inteligência criadora. A inteligência divina é verdadeira por si mesma, e as coisas são verdadeiras na medida em que estão conformes com o que Deus quer que elas sejam; a inteligência criada é verdadeira na medida em que está conforme com o que as coisas são. Por extensão, uma coisa diz-se também verdadeira quando está conforme com o que o artista ou o artífice quis que ela fosse.²⁰²

Em termos concretos e olhando a linguagem comum, assim como na filosofia e na ciência, o termo “verdade” designa a característica da realidade, do discurso ou do conhecimento pela qual estes podem ser dados como verdadeiros. Do ponto de vista da experiência religiosa, a verdade corresponde a um desejo profundo do homem e suporta a certeza de poder vivê-la na história e no encontro com uma realidade transcendente.²⁰³

Tendo em conta o sentido do cristianismo, a “verdade” vai ao encontro da “identidade” e da vida da pessoa humana «e rege-se com o pressuposto de uma “verdade do homem”. Esta verdade é apaixonadamente procurada e só pode ser reconhecida através do esforço da inteligência e da integração de todos os saberes, não excluindo nenhum».²⁰⁴ O itinerário percorrido e a própria legitimidade do caminho autojustificam-se pelo exclusivo questionamento e interrogação que o ser humano faz de si mesmo, «já que compreende implicitamente a confiança numa possível resposta, o interrogar-se humano justifica a aspiração à verdade e abre-a para uma transcendência dos dados naturais».²⁰⁵

Nos tempos hodiernos, nunca foi tão difícil encontrar a verdade. É absolutamente surpreendente a introversão da aparência em vez da verdade, onde não há revelação, nem essência, apenas há a superfície/supérfluo. O mundo desacreditou-se da verdade e, se ela ainda existe, é uma verdade com os seus véus. Assim, passamos para o âmbito da interpretação e do dizer-se, enquanto nomeação adequada. Contudo, esta diferença em reconhecer a verdade não implica um antagonismo, mas sim a tensão que possibilita a conciliação. A “liberdade” será, porventura, o aliado de ocasião para um caminho de coesão.

²⁰⁰ Cf. Brosse, Henry, e Rouillard, 802.

²⁰¹ Brosse, Henry, e Rouillard, 802.

²⁰² Cf. Brosse, Henry, e Rouillard, 802.

²⁰³ Cf. Muratore, «Verdade», 862.

²⁰⁴ Muratore, 862.

²⁰⁵ Muratore, 863.

A rutura entre o vínculo “liberdade – verdade” encontra-se entre as fontes das tensões que recorrem à crise: moral e espiritual, que afeta as nossas sociedades, e cujas consequências são perceptíveis a distintos níveis de vida.²⁰⁶ O problema não é tanto cair no erro, mas perder radicalmente a referência da verdade. A “liberdade verdadeira” procura o bem, e, por isso, é inconcebível a liberdade sem buscar a verdade e sem colocar nela a base do atuar livre. A verdade em si contém uma referência direta e imprescindível à veracidade como atitude do sujeito e o impulso em direção ao bem, mas também necessita de ir atrás da verdade do ser humano.²⁰⁷

É certo que ao falarmos da verdade podemos estar a referir-nos ao pensamento, ao ser e à palavra. Na verdade, segundo a experiência humana, a verdade afeta primariamente o pensamento. Mas o pensamento é sempre pensamento de algo; o pensamento possui a verdade quando apreende o que uma coisa é. A verdade, por sua vez, estabelece, pois, uma relação entre o pensamento e o ser das coisas. Por outro lado, o ser das coisas refere-se à inteligência, de outro modo, não poderia por ela ser apreendido; o ser das coisas é inteligível. Na comunhão interpessoal, os homens falam entre si das coisas, dos factos e acontecimentos. Pela palavra, os homens comunicam os seus conhecimentos. Estabelece-se, assim, uma rede de relações entre inteligência, ser e palavra. Assim, dizemos que há verdade na inteligência (ou entendimento) quando ela conhece o que uma coisa é, quando há uma correspondência ou adequação entre a inteligência e o ser, quando o que a inteligência diz que uma coisa é ou que não é se verifica na realidade, desta forma, falamos da verdade lógica.²⁰⁸

A Igreja sempre confiou na capacidade da razão humana para a verdade, porque confia no seu Criador. A verdade é «logos que cria *diá-logos* e, portanto, comunicação e comunhão».²⁰⁹ Esta vai-se alcançando humanamente através do *diá-logo*: razão e palavra, no encontro interpessoal. A verdade é uma relação. De facto, todos nós captamos a verdade e a expressamos a partir de nós mesmos: desde a nossa história e cultura, desde a situação em que vivemos. Isto não quer dizer que a verdade seja variável e subjetiva, antes pelo contrário. Indicamos que é dada sempre como caminho e vida. A verdade, sendo em definitiva, uma só coisa com o amor, requer humildade e abertura para a procurar, acolher e expressar.²¹⁰

Não nos podemos esquecer que existe uma ordem ou hierarquia das verdades na doutrina católica, por ser diversa a sua ligação com o fundamento da fé cristã. O fim desta

²⁰⁶ Cf. Martínez, *Conciencia, discernimiento y verdad*, 292.

²⁰⁷ Cf. Martínez, 293.

²⁰⁸ Cf. Celestino Pires, «Verdade», em *Enciclopédia Luso-Brasileira*, ed. Jorge Colaço e George Vicente, vol. 29 (Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999), 263–67.

²⁰⁹ Cf. Martínez, *Conciencia, discernimiento y verdad*, 299.

²¹⁰ Cf. Martínez, 301.

hierarquia das verdades é contrário a qualquer relativização da verdade, de selecionar o que mais se gosta, ou eclipsar a ideia da proposta moral que provém do Evangelho. Trata-se de situar cada verdade na integridade harmoniosa da mensagem evangélica e fazer com que as verdades iluminem umas às outras para ir alcançando «um conhecimento mais profundo e uma exposição mais clara das incalculáveis riquezas de Cristo».²¹¹ Deste modo, torna-se impossível defender uma procura da verdade que seja axiologicamente neutra, pois o conhecimento - tanto a sua génese como aplicação - implica sempre valores e uma determinada conceção do ser humano.

A busca da verdade, não poucas vezes, foi incessante e inter-relacional, atravessando os séculos, sempre com pertinência. O que é a verdade? Questão difícil e de resposta pouco uniforme. Claramente, há um conflito “ético-espiritual”. Sair da verdade subjetiva é uma necessidade, para abraçar a verdade nascida de um desejo gregário. Interessantemente, a verdade floresce num encontro, dialoga-se na relação e realiza-se na pessoa. Este é o processo de comunicação da verdade. O problema está em ver, para julgar retamente e assim atuar bem - com que olhos vemos? Temos de problematizar o nosso próprio olhar. É muito importante cair na conta da nossa própria perspetiva situacional, o horizonte de pré-compreensão desde o qual observamos a realidade. Vemos para compreender; compreender é interpretar, e compreendemos para atuar.²¹²

A procura da verdade moral requer um compromisso pessoal e coletivo para o diálogo nos diversos panoramas e ambiguidades. A ambiguidade é criada por caminhos diferentes, mas a neutralidade concebe tudo como estático. Perante isto, não podemos permitir que a verdade seja considerada axiologicamente neutra, pois o conhecimento implica sempre valores e uma determinada conceção de ser humano. Por conseguinte, a solução nunca pode vir da abstração nem dos métodos que nos levam a saltar a história ou a esconder a verdade, porque, apesar de estas tentações serem constantes, a realidade e a pessoa não podem ser esquecidas em favor de certas ideologias. Não podemos esquecer que a verdade, antes de tudo, é uma característica antropológica; portanto, teremos de ter presente que somos pessoas. Claro está que a realidade não se dá em estado puro, ela é sempre captada por pessoas que têm os seus filtros interpretativos, e que a vão ver desde os seus interesses e perspetivas situadas. Aí está a defesa do concreto. O cristianismo, ou é concreto ou não é cristianismo.

Nesta linha de pensamento, entendemos a fé cristã como concreta e universal, ou melhor: é de “universalidade concreta”, isto é, nem abstrata nem desencarnada. Porque a Igreja,

²¹¹ Martínez, 302.

²¹² Cf. Martínez, 305.

com uma natureza humana, sendo universal, não pode deixar de ser insculturada, local e situada. O universalismo não pode entender-se desde a homogeneidade, mas sim necessita entender-se desde o encontro e da comunhão.²¹³ Neste sentido, torna-se necessário defender que o sujeito não é o critério decisivo frente às pretensões da autoridade, mas sim a presença perceptível imperiosa de voz da verdade dentro de si mesmo, a superação da mera subjetividade no encontro entre a interioridade da pessoa e a verdade que procede de Deus. Só pode haver discernimento se a pessoa que necessita de optar bem está disposta a procurar o bem e a verdade.²¹⁴

2.2. Do Discernimento Pessoal ao Discernimento Comunitário

Hoje em dia, fala-se muito em “discernimento comunitário”. Todavia, depois de ter percorrido até aqui as principais características do “discernimento pessoal”, é evidente que devemos ser cautelosos quanto ao “discernimento comunitário”. Não obstante, é importante ter presente que os jovens unidos têm uma força e um sentido comunitário admirável. «Quando vos entusiasmais por uma vida comunitária, sois capazes de grandes sacrifícios pelos outros e pela comunidade. O isolamento, pelo contrário, debilita-vos e expõe-vos aos piores males do nosso tempo» (*ChV*, 110).

De certa forma, poderemos falar que para haver discernimento comunitário é preciso que todos os membros da comunidade tenham consolidado o discernimento pessoal e tenham, portanto, chegado a um entendimento espiritual fundamental. No entanto, deve ser respeitado o esforço que muitos fazem para alcançar isso, até porque a Igreja pós-conciliar mostra-nos que onde há uma comunidade de duas, três ou mais pessoas que realmente se entenderam no Senhor, aí floresce a vida.²¹⁵ Convém, então, sermos coerentes e dizer que muitas vezes as comunidades se esforçam para chegar ao menos a uma partilha mais ou menos fraterna, a uma conversa, ou pelo menos, a uma troca de pontos de vista, mas não a um discernimento verdadeiro.

De certa maneira, ao intelectualizarmo-nos sobre a dinâmica do discernimento distinguimos com alguma facilidade o discernimento pessoal do discernimento comunitário. Assim, «pelo primeiro entendemos a busca da vontade de Deus realizada por pessoa particular; pelo segundo, a busca realizada pela comunidade ou por grupo de pessoas unidas por vínculo particular e, em última instância, pela Igreja».²¹⁶

²¹³ Cf. Martínez, 306.

²¹⁴ Cf. Martínez, 320.

²¹⁵ Cf. Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 108–9.

²¹⁶ Barruffo, «Discernimento», 287.

Ao falarmos em discernimento comunitário, surge o desejo de que toda a comunidade participe das escolhas que faz. «O discernimento comunitário, no próprio sentido do termo, não significa chegar à escolha somando discernimentos individuais, mas que a comunidade se reconheça como organismo vivo, que as pessoas que a compõem criem uma comunhão de corações tal que o Espírito possa revelar-se, e que seja entendida como uma comunhão de pessoas unidas em aliança».²¹⁷ Tendo presente esta linguagem, convergimos para o pensamento que o discernimento comunitário tem por alavanca o amor no qual vive a própria comunidade.

Nesta simbiose, verificamos uma relação dialética entre discernimento pessoal e discernimento comunitário, pois embora sejam distintos não poderão nunca ser separados, uma vez que o segundo supõe o primeiro, isto porque uma comunidade ou grupo pode colocar-se em situação de discernimento à medida que indivíduos tenham feito ou façam em sua vida experiência profunda da busca de Deus e se deixem guiar pelo Espírito em suas opções. Da mesma forma, também o primeiro supõe o segundo, pelo menos de forma embrionária, enquanto a escuta de Deus na vida pessoal passa necessariamente pela mediação da Igreja, que lê os “sinais dos tempos” da sociedade em que vive.²¹⁸

De certa forma, apuramos que as «instâncias e o itinerário do discernimento pessoal se aplicam de modo análogo ao discernimento comunitário».²¹⁹ Não obstante, o discernimento comunitário aplica-se de modo particular à comunidade religiosa, tanto local quanto provincial, e ao instituto inteiro. O Vaticano II estimula este estilo de busca comum da vontade de Deus, com vistas à renovação da vida religiosa. Assim, hoje mais que ontem vemos a necessidade de “discernimentos comunitários”, nos quais um grupo se reúne para tomar uma decisão que afeta a sua vida, abrindo-a para uma nova realidade. Há também “discernimentos comuns”, nos quais a comunidade religiosa se abre à participação de diversos colaboradores da mesma instituição apostólica, a fim de procurarem juntos a proposta de Deus para aquela instituição. Desta forma, a metodologia específica adapta-se, com criatividade e flexibilidade, a cada grupo.²²⁰

Contudo, não deixa de ser interessante que os antigos mestres espirituais não escrevessem regras para o discernimento, porque consideravam que este só era possível dentro do discipulado ou da paternidade espiritual. E um dos objetivos da paternidade espiritual era exatamente ensinar o discernimento. Nesta linha de pensamento, verificamos que para aprender a discernir é preciso, antes de tudo, aprender uma relação, e assim, entrar numa relação sadia.

²¹⁷ Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 223.

²¹⁸ Cf. Barruffo, «Discernimento», 287–88.

²¹⁹ Barruffo, 289.

²²⁰ Cf. Benjamín González Buelta, *El Discernimiento la novedad del Espíritu y la astucia de la carcoma*, 2ª edição (Cantabria: Sal Terrae, 2019), 95.

Também no Ocidente, Santo Inácio de Loyola, por exemplo, que elabora regras muito precisas sobre o discernimento, mostra que tais regras são, sobretudo, para quem orienta os Exercícios, para poder reconhecer melhor os movimentos daquele que está a fazê-los. Inácio considera também que as regras precisas que elaborou podem ser usadas somente dentro de um colóquio espiritual e, por tanto, dentro de uma relação espiritual. Isso indica que toda a nossa tradição espiritual valoriza o discernimento, mas também percebe os seus riscos de desvios espirituais, se não for exercido da maneira certa.

Em Cassiano, vemos que o discernimento é a virtude que faz com que toda e qualquer outra virtude se torne tal. Sem o discernimento, até as realidades mais santas podem ser ilusão e engano, mesmo a caridade. Inácio de Loyola também fala da *charitas* discreta, isto é, da caridade com discernimento. Se o discernimento é tão importante, há algum motivo pelo qual os Santos Padres o preservavam dentro de uma pedagogia interpessoal. E o motivo, provavelmente, está no facto de que o discernimento, apesar de manter essa abertura fundamental do homem, conduz a uma grande certeza pessoal.²²¹

Ao pensarmos o discernimento comunitário apercebemo-nos que tanto os discernimentos pessoais como os comunitários carregam consigo dimensões de ambiguidade, uma vez que as nossas motivações nunca são completamente transparentes. Estamos a caminho, e essa atitude já está a criar o Reino de Deus, avançando juntos, confiando nele para nos acompanhar em cada passo futuro.²²² Não obstante apercebemo-nos de cinco regras que sustentam este mesmo discernimento: a primeira regra define que «cada membro do grupo já deve ter tido a experiência do discernimento pessoal, o que supõe uma vida interior genuína que tenha ensinado a buscar a vontade de Deus com liberdade espiritual».²²³ A segunda regra afirma que «o discernimento é possível unicamente como experiência forte de fé, não só pessoal, mas também comunitária. [...] Ele lhe dirige a palavra em Cristo, na Igreja e através dos sinais dos tempos».²²⁴ Nesta linha, Santo Inácio declara que é «o amor que me faz escolher [e que este deve descer] do alto, do amor de Deus [de modo que a escolha se faça] unicamente por causa de seu Criador e Senhor» (EE, 184).

Como terceira regra, o grupo que procura discernir a vontade de Deus deve abrir-se ao Espírito Santo, que «vos conduzirá à verdade plena» (Jo 16,13). O discernimento, com efeito, é espiritual, o que significa que é feito somente no Espírito, sob sua influência. Esta abertura ao Espírito requer a purificação do coração e das intenções e profunda conversão a Cristo e ao

²²¹ Cf. Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 41–42.

²²² Cf. Buelta, *El Discernimiento la novedad del Espíritu y la astucia de la carcoma*, 104–5.

²²³ Barruffo, «Discernimento», 289.

²²⁴ Barruffo, 289.

Evangelho.²²⁵ Por último, «a oração, que cria o clima para o discernimento, deve ser vivida não só a nível pessoal, mas também a nível comunitário, numa relação filial com Deus, que faça todos se sentirem filhos do mesmo Pai».²²⁶ No entanto, não nos podemos esquecer que este sentido de aprendizagem progressiva, isto é, «de passar de uma comunidade de passividade mais ou menos dócil e expectante das ordens recebidas de fora para constituir um povo em busca, leva muito tempo».²²⁷

Tendo isto presente, seremos capazes de levar avante a ideia que

o discernimento é atividade espiritual que se desenvolve sob a moção do Espírito, que age com liberdade e pede aos homens resposta livre. É neste clima que deve viver o cristão. Por discernimento comunitário (e também pessoal), entende-se, pois, primeiramente, um estilo de vida evangélica permanente; além disso, vigilância evangélica sempre disposta a acolher a voz de Deus e a agir de acordo com ela, contrariando toda e qualquer visão egoísta. A atitude de se buscar primeiro o reino de Deus leva a discernir os caminhos de Deus de modo espontâneo nas circunstâncias ordinárias da vida e nas decisões mais comuns e necessárias. [...] No entanto, o discernimento comunitário, no sentido restrito do termo, impõe-se em alguns momentos fortes da vida de um grupo ou de uma comunidade, quando se acham em jogo valores importantes para a vida cristã e a missão eclesial. [...] O discernimento comunitário, aliás, tem diversos graus de realização e diversas fases de aprofundamento.²²⁸

Depois de ter presente as regras do “discernimento comunitário”, é fulcral pensar nas etapas a seguir para um correto “discernimento comunitário”, sendo necessário um conjunto de situações para que tal se suceda. Primeiramente devemos vivificar no grupo o clima de fé, de escuta de Deus e dos Outros, de disponibilidade e de oração. Da mesma forma, é necessário estabelecer com exatidão o tema que deve ser objeto de discernimento e de eventual decisão. Por isso, quem estiver encarregado de dirigir e animar o discernimento terá que proporcionar todas as informações objetivas sobre o assunto, de modo que todos conheçam com exatidão os dados necessários. Assim, deve tratar-se de tema cuja discussão seja da competência do grupo e que tenha importância e transcendência para sua vida e missão religiosa. Iniciamos com um período de oração pessoal, para que cada qual se ponha à escuta de Deus, Lhe apresente o tema sobre o qual se quer invocar a Sua luz, e possa captar as moções espirituais que procedem do Espírito Santo com coração livre de afetos desordenados. A isso pode seguir-se reunião de escuta, em que cada um tenha a possibilidade de expressar o que experimentou na oração, sendo escutado pelos Outros com autêntica participação, sem discutir a sua experiência.²²⁹

Nesta sucessão de etapas, podemos dedicar outro tempo de oração pessoal para pedir ao Senhor discernimento sobre os motivos a favor ou contra o tema de que se trata. Seguindo-se

²²⁵ Cf. Barruffo, 289.

²²⁶ Barruffo, 289.

²²⁷ Buelta, *El Discernimiento la novedad del Espíritu y la astucia de la carcoma*, 105.

²²⁸ Barruffo, «Discernimento», 290.

²²⁹ Cf. Barruffo, 290.

uma reunião de discussão e de análise dos argumentos que cada um apresenta e que são iluminados pelas moções do Espírito Santo, pela consolação e desolação espirituais. Quando o discernimento chega ao ponto de amadurecimento suficiente, passa-se à fase deliberativa. O ideal é que a busca desapaixonada leve à decisão unânime, a qual, não ocorrendo, torna necessário que ao menos haja unanimidade na aceitação do que a maioria decidiu como sendo o melhor.²³⁰

Por último, mas não menos importante, vem a confirmação da decisão tomada, que se manifesta em vários níveis. No caso de comunidade religiosa, temos a confirmação do superior, que toma a decisão e assegura assim à comunidade que esta se encontra no caminho certo. Em seguida, está a confirmação que vem do próprio Espírito Santo, que infunde um aumento de fé, de esperança e de caridade depois de tomada a decisão. Finalmente, há uma confirmação apostólica, que consiste na experiência de que a escolha feita libera novas energias apostólicas, dá sentido mais vivo da Igreja e maior entusiasmo missionário. Estes sinais da ação do Espírito no discernimento realizado levam ao sentido de agradecimento e de louvor ao Senhor.²³¹

No entanto, na esteira do pensar do teólogo Rupnik, é necessário antes de mais ter presente algumas premissas para o discernimento comunitário, assim sendo, o teólogo jesuíta sintetiza quatro pontos para o discernimento comunitário:

- As pessoas da comunidade deveriam estar, todas elas, num estado de vida espiritual caracterizado por uma radical *sequela Christi*, com uma experiência refletida do Cristo pascal. Os membros da comunidade devem estar, portanto, bem dentro da lógica pascal e ser impulsionados por um autêntico amor por Cristo, que deve ser o primeiro nos seus corações.

- As pessoas da comunidade deveriam ter também uma maturidade eclesial, uma consciência teológica da Igreja libertada dos determinismos sociológicos e psicológicos, para uma livre compreensão da autoridade e, portanto, uma livre atitude diante dela. A obediência é, de facto, uma realidade que se abre somente no interior da fé, na medida em que se crê que a vontade salvadora de Deus Pai é mediada, comunicada a cada pessoa com base no princípio da encarnação, já que o coração da nossa fé é a encarnação.

- As pessoas devem estar, ao menos em princípio, prontas a entrar numa oração para libertar-se dos próprios projetos, dos próprios argumentos e dos próprios desejos.

- É necessária a maturidade humana para saber falar de modo destacado, pacato e conciso. É necessária a maturidade de saber escutar até ao fim, de não começar a reagir enquanto o outro fala, não apenas exteriormente, mas também no interior; escutar até ao fim. Uma maturidade psicológica tal a ponto de não poder raciocinar e falar sem um íntegro respeito pelos interlocutores.²³²

Tendo em conta esta linha de pensamento, conferimos que hoje, mais que ontem, torna-se fulcral «a exigência de um discernimento comunitário que saiba ler os sinais dos tempos, em relação à vida eclesial, às formas dos diversos carismas e ministérios e ao processo de

²³⁰ Cf. Barruffo, 290.

²³¹ Cf. Barruffo, 291.

²³² Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 224–25.

inculturação da fé».²³³ O próprio Papa Francisco destaca precisamente isso na sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, referindo que «cada cristão e cada comunidade há-de discernir qual é o caminho que o Senhor lhe pede, mas todos somos convidados a aceitar esta chamada: sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho» (EG, 20). Desta forma, verificamos que a prática do discernimento comunitário é muito benéfica, tanto para o dinamismo espiritual do grupo, como para a tomada de decisões de forma corresponsável em assuntos importantes.

É notável, por exemplo, o número de religiosos e religiosas que, nos últimos anos, se reúnem com frequência para fazer discernimentos bem preparados, mas sabemos muito bem que os graves problemas que a vida religiosa tem hoje não foram resolvidos. E as coisas continuam como estavam ou até pioram. Boa vontade não tem faltado. O que falta é a conversão necessária para poder começar a discernir o que Deus quer. Ou, para ser mais exato, faltou a “metamorfose” ou mudança radical da vida, absolutamente indispensável para que alguém comece a discernir o que Deus quer.²³⁴

No entanto, o discernimento comunitário é impossível se os membros do grupo não têm prática de discernimento pessoal. Isto porque o discernimento comunitário requer tempo suficiente, um ambiente adequado, gestão de dados, uma atitude de disponibilidade, liberdade de espírito e oração compartilhada. O acompanhante do grupo deve garantir que os pressupostos para o discernimento sejam dados e que o procedimento adequado seja seguido. Não se trata de defender os pontos de vista pessoais, mas de conhecer a vontade de Deus e torná-la concreta da forma mais evangélica possível. Discernir comunitariamente tem mais a ver com a busca e aceitação daquilo que agrada mais a Deus, do que com a prevalência de uma opinião maioritária. Neste sentido, o que cada irmão vê e propõe não é apenas outra opinião, mas uma proposta da experiência de Deus e das urgências do Reino. Desta forma, o Espírito Santo, se tiver permissão para agir, é capaz de abrir mentes e unir olhos e corações em uma resposta comum. As possibilidades de humanização pessoal e de libertação integral para os mais desfavorecidos são os critérios que garantem que o que se escolhe é a vontade de Deus.²³⁵

De um modo geral, sabemos que o discernimento tem de ser necessariamente pessoal; contudo, este implica sempre uma dimensão comunitária, porquanto a pessoa é sempre um ser em relação, ainda que tome decisões na intimidade da sua consciência. Essa dimensão comunitária assinala o valor de procurar a vontade de Deus em grupo, por isso, talvez mais do

²³³ Valdman, «Discernimento», 283.

²³⁴ Cf. Castillo, «Discernimiento», 384–85.

²³⁵ Cf. Sastre, «Discernimento», 321.

que “discernimento comunitário” convém falar de “discernimento apostólico em comum”.²³⁶ Como já verificamos, escolher é viver, por isso, ao compreender e apurar o meu modo próprio de escolher e de tomar decisões, estou a compreender melhor e a aperfeiçoar a minha vida. Saber discernir, é saber viver e praticar o discernimento com tato e perspicácia, é dar vida ao grupo e a cada um dos seus membros.²³⁷

Se ligarmos os vários pontos que nos inquietam e chamam a atenção, verificamos que o decisivo para fazer um discernimento correto é verificar onde e para quem a nossa afetividade e sensibilidade se inclinam, atraem e seduzem. Se esta inclinação e sedução estão claramente orientadas para os valores apresentados pelo Evangelho, tais como a defesa da vida, o respeito e o amor pelas pessoas, a luta contra o sofrimento, a liberdade de qualquer tipo de opressão, entre outros, então é claro que o cristão tomará em todos os momentos decisões que vão claramente na direção da mensagem de Jesus de Nazaré, mesmo nos casos em que tais decisões envolvam renúncias que podem levar-nos a situações de vida ou morte. Assim, entenderemos que o discernimento é e sempre será uma experiência pessoal e, nesse sentido, individual. De certa forma, só podemos falar de discernimento comunitário em sentido semelhante. Sem dúvida que uma comunidade de pessoas pode deliberar como um grupo, quando se trata de tomar uma decisão que diz respeito a todos, mas isso será, propriamente falando, uma deliberação e não um discernimento.²³⁸

Em suma, devemos antes de tudo ter algo a discernir, já que se deve tratar de algo verdadeiro, evidentemente bom, isto é, que está no espírito do Evangelho e do ensinamento da Igreja, mas que, sobretudo, diga respeito a esta comunidade de modo tão essencial e profundo que a essa escolha estejam subordinadas muitas realidades. Da mesma forma, o discernimento não é uma técnica com a qual se padroniza a linguagem de Deus e o seu querer. Não se trata de uma metodologia no sentido das ciências modernas. O discernimento, justamente por ser uma arte da comunicação entre as pessoas, não pode ser reduzido a uma mera técnica psicológica para gerir a vida espiritual.²³⁹

²³⁶ Cf. Martínez, *Conciencia, discernimiento y verdad*, 189.

²³⁷ Cf. Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 6.

²³⁸ Cf. Castillo, «Discernimiento», 393.

²³⁹ Cf. Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 226–31.

CAPÍTULO 3. O DISCERNIMENTO JUVENIL

Como já analisamos no capítulo anterior, discernir significa “separar”, “peneirar”. Da mesma forma, que o trigo é peneirado no campo, movimentando ritmicamente a peneira para separá-lo dos resíduos, também na nossa vida espiritual, procuramos separar o que se move confusamente por meio da nossa interioridade, para ver o que é de Deus e nos traz uma nova vida verdadeira e para rejeitar o que estraga a nossa existência com enganos.²⁴⁰ Assim, «quando se abana o crivo, apenas ficam as alimpas; do mesmo modo, os defeitos do homem aparecem nas suas palavras» (Sir 27,4).

No entanto, não deixa de ser verdade que o Deus-Amor está tão presente na intimidade do ser humano que acaba por não ser facilmente discernível, ainda que seja lá, nessa intimidade crescentemente deposta, que a vontade de Deus poderá ser discernida e edificada. Contudo, somente depois de tal “ver” é que quem está a fazer o discernimento poderá avaliar, com o periscópio e o endoscópio espirituais, de onde vem o que se passa na referida interioridade: das camadas superficiais desta; do que é mais interior do que o seu próprio interior; ou então e quiçá, de alguma realidade exterior. Desta forma, o sujeito poderá trabalhar sobre os dados previamente recolhidos e, a partir deles, deslindar os sinais que lhe permitem eleger a vontade de Deus para si e, com força e perseverança, colocar aquela em prática. O discernimento não é apenas para um dado momento na vida, nem é o exercício de algumas escolhas necessárias; ele é, isso sim, um verdadeiro estilo de vida; um modo de viver a intimidade relacional e inter-relacional em comunhão.²⁴¹

As primeiras normas pedagógicas de discernimento são muito simples, até elementares: a atenção a si mesmo e o valor do questionamento. Algo que, por um lado, exige paciência e perseverança e, por outro, oferece a possibilidade de perceber o que está a acontecer na nossa própria vida, para não perdermos a liberdade de vivê-la plenamente. Por isso, não é preciso ser implacável consigo mesmo ou correr o risco de ser obsessivo, basta ser realista e, em qualquer caso, não ficar tentado a fazer perguntas a si mesmo ou ter dúvidas apenas quando o declínio da vida é evidente e talvez transgressivo, mas sim aprender a ficar atento àquela “coceira” ou “irritação interior” aparentemente inócua.²⁴² Na verdade, alguém poderia discernir sem realmente tomar nenhuma decisão operacional. Então, o que gera em nós a força necessária para tomar uma decisão? A resposta é conjuntamente psicológica e espiritual: a força da decisão vem da intensidade do desejo.²⁴³

²⁴⁰ Cf. Bueta, *El Discernimiento la novedad del Espíritu y la astucia de la carcoma*, 46.

²⁴¹ Cf. Duarte, «O discernimento inaciano: pondus hermenêutico do pontificado de Francisco», 170–71.

²⁴² Cf. Cencini, *Los pasos del Discernimiento*, 44.

²⁴³ Cf. Cencini, 75.

Numa outra linha, se considerarmos o discernimento como uma comunicação entre Deus e o ser humano, podemos resumir os precedentes momentos, sucessivos e em espiral, em dois estágios: um de conhecimento de si à luz de Deus, e outro no qual o averiguar a fonte dos diferentes fluxos que desaguam na consciência e, tanto nas grandes ocasiões da vida quanto nas mais quotidianas, se torna um hábito. Por assim dizer, podemos afirmar que o discernimento é o caminho que cada crente deve percorrer para encontrar o que, mais aquém e mais além de todas as inclinações egoístas ou narcisistas, realmente quer, porque, ultimamente, isso corresponderá à vontade subjetiva de Deus para si.²⁴⁴ Apercebemo-nos, desta forma, que o discernimento nunca é feito sozinho, mas dentro de uma intimíssima relação de amor.²⁴⁵ Somente assim cada sujeito pode ser capaz de decifrar os sinais teográficos impressos no seu coração, os quais o constituem um agente capaz de opções livres e responsáveis num mundo no qual Deus Se faz presente. Assim, o paradigma radical do discernimento é o mistério da própria Encarnação. Claro que, como temos argumentado, discernir é distinguir, definir, separar, etc., mas é também, e acima de tudo, um processo “encarnacional” que desponta da realidade em que cada um está imerso e a partir da qual deve ponderar a respeito das origens dos movimentos que os afetam.²⁴⁶

No mundo hodierno, verificamos que cada vez mais os nossos jovens procuram diferentes formas de se comunicar, não só entre o mundo que os envolve, mas também numa permanente comunicação consigo mesmos. E é nesta permanente comunicação que verificamos que os meios eletrónicos estão cada vez mais a preencher os espaços de silêncio e continuam a multiplicar-se: televisões portáteis, telefones móveis, a internet e assim por diante. Uma visão do mundo secularizada questiona a fé e a própria realidade de uma vida espiritual interior. Em conformidade, o valor de perceber as diversas vozes interiores nos nossos corações é simplesmente irreconhecível.²⁴⁷ Não obstante, estes mesmos jovens adultos procuram quotidianamente dentro de si uma espiritualidade que muitas vezes não é a cristã, isto acontece porque, na realidade, nós cristãos temos uma tradição rica, mas não a sabemos explorar. Isto leva a que não sejamos capazes de dar as respostas que os jovens necessitam, os quais acabam assim por se refugiarem noutras espiritualidades não cristãs.

Num prisma introspetivo, percecionamos que para os jovens não é nada fácil decidir a vida, menos ainda decidir bem, para já não falarmos de uma decisão tomada segundo a vontade de Deus, onde as coisas se complicam. Por este motivo, são muitos os jovens que adiam as suas

²⁴⁴ Cf. Duarte, «O discernimento inaciano: pondus hermenêutico do pontificado de Francisco», 171.

²⁴⁵ Cf. Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 43.

²⁴⁶ Cf. Duarte, «O discernimento inaciano: pondus hermenêutico do pontificado de Francisco», 171–72.

²⁴⁷ Cf. Gallagher, *O Discernimento dos Espíritos*, 57.

deliberações preferindo o caminho da facilidade que consiste em não decidir coisa alguma ou fazê-lo de qualquer maneira, mesmo que isso implique um sentimento de abdicação, adiamento ou alienação em que outros ou as circunstâncias vão decidindo por nós. Assim, para discernir corretamente qual o projeto de Deus a meu respeito e a decisão a tomar segundo esse mesmo projeto, nesta ou naquela circunstância concreta, necessita-se este autoconhecimento em geral, e muito em particular um conhecimento dos fatores estudados.²⁴⁸

Não obstante, este não querer decidir e esta indiferença, considerada no sentido inaciano, é indispensável para um discernimento correto. Não é uma indiferença passiva, mas ativa: não é apatia ou desresponsabilização, mas neutralidade afetiva, preparada e assumida, perante possíveis alternativas de percurso futuro, até que se perceba claramente o que Deus quer. Implica a preparação do terreno para que Deus nos revele livremente a Sua vontade. É uma indiferença com motivação, própria de quem sabe o que quer, pois que motivada pelo amor desinteressado a Deus. É uma indiferença propositadamente criada para dar tempo ao amadurecimento da eleição de uma alternativa entre duas ou várias. “Indiferença” significa honestidade de presença do mundo dos próprios desejos diante de Deus e abertura ao que Deus deseja de nós. Significa que nos decidimos a aceitar a realidade concreta do que somos – os nossos dons – em vez de a repudiar. “Indiferença” significa admitir que a totalidade do mundo dos nossos desejos não é determinada pela nossa vontade, significa confrontar os desejos que, de facto, nos movem, em vez de imaginar que temos desejos que não temos, embora gostássemos de ter. “Indiferença” significa a disposição prévia de distinguir entre os desejos que vêm na linha da nossa fidelidade aos desígnios de Deus e os desejos contrários a essa fidelidade. Significa que estimulamos os primeiros e desencorajamos os segundos, pois assumimos a responsabilidade de administrar o próprio desejar em função do que Deus deseja de nós.²⁴⁹

Perante tal situação é necessário colocar algumas questões: «Como estamos a chegar às pessoas que já ouviram falar de Cristo, mas que O abandonaram?».²⁵⁰ Não deixa de ser verdade que muitos jovens, hoje, são vítimas de um estilo de vida superficial e não tomaram realmente uma decisão sobre a fé. Na verdade, o que conhecem acerca de Deus é, única e exclusivamente por aquilo que ouvem dizer e não através de qualquer profundidade de espiritualidade ou de oração. Esta situação convida-nos a passarmos de um Cristianismo passivo e tradicional para um Cristianismo enraizado na escolha.

²⁴⁸ Cf. Terra, *Autoconhecimento e Discernimento Cristão*, 5–6.

²⁴⁹ Cf. Tetlow, *Sempre em Discernimento*, 25–27.

²⁵⁰ Gallagher, *A surpreendente novidade de Cristo*, 58.

O curso da vida dum pessoa, em geral, e dum cristão, em particular, deve resultar de decisões bem discernidas, as quais podem ter consequências para toda a vida ou parte dela. Desta forma, torna-se lógico orientar a vida, na medida do nosso alcance, de acordo com a intenção de Deus a respeito de cada um. É nisto que consiste o discernimento. Para prosseguir o curso da vida e da história, a pessoa ver-se-á na necessidade de discernir entre várias alternativas de percurso futuro. E a sabedoria do discernimento está precisamente em transformar uma encruzilhada de percurso numa oportunidade de avançar, uma ocasião de insegurança e de hesitação num desafio a traçar novos caminhos. Na verdade, a vida hoje em dia não dispensa escolhas, e para escolher bem é preciso discernir bem. Para isso, cada pessoa vai-se construindo ao longo da sequência das suas decisões de vida. Cada um, ao decidir sobre si próprio, deve fazer um discernimento que tenha em conta os vários fatores que concorrem para a edificação da totalidade do seu ser.²⁵¹

O discernimento é algo especialmente necessário no nosso contexto cultural e eclesial, assim devemos procurar um verdadeiro discernimento que tenha presente a escuta profunda da realidade e onde Deus atua a lucidez sobre a batalha que se trava nos nossos próprios corações. Desta forma, é essencial que esperemos o tempo necessário para a novidade de Deus amadurecer entre nós. Da mesma forma, devemos procurar perceber o “caruncho” que os torna inconsistentes ou os desqualifica por completo.²⁵² Na verdade, «discernir bem, no meio das pressões astutas de fora e dos impulsos desordenados do nosso coração, é uma graça que pedimos ao Senhor».²⁵³

Tendo presente toda a realidade do mundo atual e todo o contexto eclesial o Papa Francisco vem ressaltando uma e outra vez a importância do discernimento e interpela diretamente os jovens: «Jovens queridos, vós não tendes preço! Não sois peças de leilão! Por favor, não vos deixeis comprar, não vos deixeis seduzir, não vos deixeis escravizar pelas colonizações ideológicas que nos metem ideias na cabeça e, no fim, tornamo-nos escravos, dependentes, fracassados na vida. [...] Enamorai-vos desta liberdade, aquela que Jesus oferece» (*ChV*, 122). E continua, «o mal não tem a última palavra. Na tua vida, o mal também não terá a última palavra, porque o teu Amigo, que te ama, quer triunfar em ti. O teu salvador vive» (*ChV*, 126). Desta forma, o Sumo Pontífice desafia cada jovem a mostrar o rejuvenescer próprio da mocidade, mostrando que «ser jovem é uma graça, uma fortuna, é um dom que podemos

²⁵¹ Cf. Terra, *Autoconhecimento e Discernimento Cristão*, 7–9.

²⁵² Cf. Buelta, *El Discernimiento la novedad del Espíritu y la astucia de la carcoma*, 9–10.

²⁵³ Buelta, 10.

desbaratar inutilmente, ou então que podemos receber agradecidos e vivê-lo em plenitude» (*ChV*, 134).

É fulcral que todo e qualquer jovem não desperdice a sua juventude em coisas opacas e supérfluas, mas que procure no seu dia-a-dia ser testemunho de Cristo na terra, expressando em todo o seu comportamento uma atitude discernida do caminho reto que deseja sentir. Nesta linha de pensamento, o desafio lançado pelo Papa Francisco é claro e vai precisamente nesta linha:

Queridos jovens, não aceiteis que usem a vossa juventude para fomentar uma vida superficial, que confunde a beleza com a aparência. Saibam antes descobrir que há formosura no trabalhador que volta a casa sujo e desalinhado, mas com a alegria de ter ganhado o pão dos seus filhos. Há uma beleza extraordinária na comunhão da família à volta da mesa e do pão partilhado com generosidade, mesmo que a mesa seja muito pobre. Há formosura na esposa despenteada e envelhecida, que continua a cuidar do seu esposo doente, sem olhar às suas forças e à sua própria saúde. Mesmo tendo passado a primavera do noivado, há formosura na fidelidade dos casais que se mama no outono da vida, nesses velhinhos que caminham de mão dada. Há formosura, para lá aparência ou da estética da moda, em cada homem e em cada mulher que vivem com amor a sua vocação pessoal, no serviço desinteressado em favor da comunidade ou da pátria, no trabalho generoso pela felicidade da família, empenhados no árduo trabalho anónimo e gratuito de restaurar a amizade social. Descobrir, mostrar e pôr em destaque esta beleza, que se assemelha à de Cristo na cruz, é colocar os alicerces da verdadeira solidariedade social e da cultura do encontro. (*ChV*, 183)

No discernimento de toda e qualquer vocação, «não se deve descartar a possibilidade da consagração a Deus no sacerdócio, na vida religiosa ou noutras formas de consagração. Porquê excluí-lo? Podes ter a certeza que, se reconheces um chamamento de Deus e o segues, será isso que te tornará completo» (*ChV*, 276). Assim, é essencial recordar que todos, mas «especialmente os jovens, estão expostos a um *zapping* constante. É possível navegar em dois ou três ecrãs simultaneamente e interagir ao mesmo tempo em diversos cenários virtuais. Sem a sabedoria do discernimento podemos converter-nos facilmente em marionetas à mercê das tendências do momento» (*ChV*, 279). Sabemos que esse discernimento, «embora inclua a razão e a prudência, supera-as, porque se trata de entrever o mistério do projeto único e irrepitível que Deus tem para cada um» (*ChV*, 280).

É certo que hoje em dia é nos exigido pelos nossos jovens muito mais do que até então, mas isso não serve de justificação para querermos estar acomodados. Antes pelo contrário, é-nos exigido que, tal como os jovens, sejamos nós a tomar a iniciativa e a ir ao encontro deles, dando-lhes, quotidianamente, respostas para as suas inquietações. Esta será, verdadeiramente, uma Igreja em saída, que vai ao encontro e que quer caminhar com os jovens. Sabemos que os novos tempos instaurados numa nova cultura dificulta todo este processo, mas não será este o tempo de cruzarmos os braços, mas antes de anunciarmos a surpreendente novidade que é Cristo. Perante tal situação não devemos colocar um tom de mera negatividade, mesmo sabendo

que existe o perigo de recuar para uma postura defensiva ou agressiva, considerando a nova cultura absolutamente perdida e decadente. Sabemos, porém, que alguns grupos cristãos adotam esta posição, e embora seja uma reação compreensível, talvez enraizada no medo de toda a nova complexidade, pode estar contaminada com uma espécie de fundamentalismo e, portanto, torna-se indigna do nome de fé. Sem dúvida alguma, hoje mais que ontem, é preciso criticar os aspectos desumanizantes da cultura ambiente, mas tendo em vista salvar as profundas aspirações humanas de sentido e, em última instância, de Deus. Temos de compreender antes de podermos julgar. Temos que escutar a nova sensibilidade dos jovens em vez de impor as nossas antigas respostas rapidamente. Em suma, qualquer resposta contra cultural deve aprender algumas das habilidades do discernimento cristão, separando o trigo do joio na nossa cultura e, acima de tudo, prevendo os seus frutos a longo prazo.²⁵⁴

A atitude de discernimento é aquela que impede a obstinação: não me posso fechar, pretendendo ter sempre razão, porque não sou eu o meu epicentro, mas o Senhor, que reconheço como a fonte da qual tudo provém e para a qual tudo conflui. A atitude do discernimento é, portanto, uma expressão orante da fé, enquanto a pessoa permanece nessa atitude de fundo de reconhecimento radical da objetividade de Deus Pai, Filho e Espírito Santo, Pessoas livres, que a fé constitui. De certa forma, o discernimento deve ser visto como uma permanente oração, isto é, como uma ascese constante da renúncia ao próprio querer e ao próprio pensamento. Só desta forma, é que poderemos elaborar o próprio discernimento, uma vez que este depende totalmente de mim e é uma decisão que toca a minha liberdade. Devendo ter sempre presente que o sentimento que mais garante o processo do discernimento é a humildade.²⁵⁵

Convencidos de que o bom discernimento é um dom do Espírito e não se limita aos nossos processos de introspeção e análise da realidade em que nos movemos, unimo-nos ao pedido de tantas orações que, ao longo dos séculos, pediram a graça de encontrar o seu caminho no meio da escuridão, desânimo e pressões astutas ou descaradas. Discernir bem não é apenas um desafio atual, mas um de todos os tempos, de todo ser humano que busca ser fiel a Deus e servir, a fim de criar uma vida de qualidade humana para todos. O discernimento não se realiza na assepsia de uma bolha de boa vontade, mas no meio das pressões externas, na persistência dos próprios pecados e na angústia que aperta o peito e encolhe a pessoa.²⁵⁶

No entanto, tendo presente o discernimento como uma forma de oração, torna-se necessário explicitar o conselho de não procurar também na oração do discernimento uma

²⁵⁴ Cf. Gallagher, *A surpreendente novidade de Cristo*, 63.

²⁵⁵ Cf. Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 38.

²⁵⁶ Cf. Buelta, *El Discernimiento la novedad del Espíritu y la astucia de la carcoma*, 11–12.

técnica a ser aplicada, uma receita a seguir. O discernimento é um caminho de diálogo encerrado entre a pessoa e Cristo na Igreja, no interior de uma memória comunitária, da tradição, exclusivamente à luz do Espírito Santo, é o próprio discernimento a explicitar que o caminho da pessoa não se divide em etapas nítidas, precisas ou automáticas de crescimento espiritual.²⁵⁷ Desta forma, quando falamos em discernimento não falamos numa receita simples que seguimos escrupulosamente, pelo contrário, é necessário aplicar uma medida que transborde de nós mesmos.

De certa forma, temos de ter presente que é necessário exercitar-se no discernimento para alcançar, pouco a pouco, com uma sabedoria experiencial, um estado que se torna cada vez mais uma atitude de discernimento contínuo. Assim,

para exercitar-se, visto que não se está ainda penetrado pela mentalidade de Cristo, pelo seu querer e pelo seu modo de sentir, a tradição espiritual sugere momentos favoráveis ao discernimento, modalidades com as quais se pode fazer escolhas mais autênticas, mais verificadas. É claro que, pouco a pouco, se continuar neste caminho, a pessoa já não terá necessidade de procurar tais momentos e ater-se a determinados modos de escolha, pois essas coisas tornam-se cada vez mais conaturais. Mas no caminho em direção a essa conaturalidade, é útil fazer exercícios, os quais só são possíveis quando se trata de uma verdadeira escolha, ou seja, de um verdadeiro discernimento. O exercício, neste caso, não é uma prova no sentido de fazer uma tentativa para ver se algo funciona. Trata-se de um exercício no sentido espiritual, isto é, encontrar-se diante de escolhas e, para fazê-las de maneira a ter certeza relativa de seguir a inspiração de Deus, observar as etapas que, na tradição espiritual da Igreja, demonstraram ser o melhor caminho para alcançar alguma clareza espiritual.²⁵⁸

De facto, Deus não pode brilhar tanto ao ponto de nos deslumbrar e nos seduzir. Da mesma forma, também não pode esconder tanto que nós nos percamos, nem agir com tanta força que nos paralise, nem dar ordens indiscutíveis sem tempo e distância para que possamos elaborar as respostas marcadas com a nossa própria originalidade. Assim, Deus manifesta-se a nós na sua justa proximidade, deixando espaço para dizer sim ou não e para desenvolver a nossa própria criatividade, no pleno respeito pela nossa liberdade.²⁵⁹ Este Deus é sem sombra de dúvida o Deus que desce, que nos procura e dialoga connosco, não nos abate com ordens e sentenças, mas antes faz-nos perguntas que nos ajudam a entrar na nossa realidade pessoal, familiar, profissional, comunitária, eclesial e social, onde o Reino de Deus está a crescer de uma maneira nova e surpreendente. Desta forma, apercebemo-nos que Ele está presente e ativo no centro da realidade.²⁶⁰

Nesta linha de pensamento, apercebemo-nos que a vida cristã, responsabilmente assumida, não dispensa a atitude de discernimento contínuo do caminho que se pretende trilhar.

²⁵⁷ Cf. Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 204.

²⁵⁸ Rupnik, 205.

²⁵⁹ Cf. Buelta, *El Discernimiento la novedad del Espíritu y la astucia de la carcoma*, 32.

²⁶⁰ Cf. Buelta, 35.

O discernimento consiste precisamente em avaliar os diversos caminhos possíveis e em optar por um deles. O discernimento resulta do confronto do aqui e agora do “eu” histórico de cada um com o modelo de resposta ao chamamento de Deus, que vemos realizado na pessoa de Jesus Cristo. Assim, o processo de discernimento requer uma dialética contínua entre a palavra existencial de Deus e a Sua palavra profética. A dialética consiste em atender a todos os fatores intervenientes na situação concreta. Depois, refletir sobre eles à luz da palavra profética de Deus, até que, por fim, a pessoa possa avaliar, interpretar e determinar o que Deus lhe pede como resposta ao chamamento que Este lhe faz aqui e agora.²⁶¹

3.1. O Processo da Escolha

Nas reminiscências do pensar, afirmamos que «a juventude, fase do desenvolvimento da personalidade, caracteriza-se por sonhos que vão tomando corpo, por relações que adquirem cada vez mais consistência e equilíbrio, por propósitos e experiências, por escolhas que vão construindo gradualmente um projeto de vida» (*ChV*, 137). Para sermos verdadeiros e não faltarmos à verdade, é fulcral ter presente que toda a nossa vida é um processo de escolhas. Em todos os momentos da nossa vida, estamos permanentemente a escolher, seja numa decisão entre duas coisas, ou até mesmo quando não queremos decidir entre essas duas coisas e então não optamos por nenhuma, nesse preciso momento estamos a escolher nenhuma das duas escolhas. No entanto, existe sempre uma não escolha que na realidade é uma escolha, isto porque escolher não optar por nenhuma das duas escolhas é na realidade uma escolha. Assim, não estamos perante duas opções, mas sim três opções.

Desta forma, apercebemo-nos que, constantemente, estamos a escolher, aliás, podemos mesmo afirmar que em nenhuma outra época «se fez sentir com tanta urgência a necessidade de fazer escolhas, de decidir. Nunca antes estivemos tão dolorosamente autoconscientes dos nossos atos de escolha, realizados agora numa dolorosa incerteza e sob a constante ameaça de sermos deixados para trás e excluídos do jogo sem a possibilidade de regressar a ele por não responder às novas demandas».²⁶²

Não obstante, sabemos que somos feitos de escolhas e, neste sentido, o ponto chave está em descodificarmos e discernirmos qual a melhor opção, isto porque «todos, homens e mulheres, jovens e anciãos, pobres e ricos, além da sua pertença cultural e ideológica, se forem honestos consigo mesmos e desejosos de maior autenticidade na sua existência, sentirão a

²⁶¹ Cf. Terra, *Autoconhecimento e Discernimento Cristão*, 15–17.

²⁶² Bauman, *Vida Líquida*, 158.

necessidade de parar no silêncio e discernir».²⁶³ Na realidade, quando se adquire uma certeza do gosto de Deus e dos pensamentos que Dele provêm e a Ele levam, chegamos a uma atitude de discernimento. Todos os exercícios de discernimento têm a finalidade de adquirir uma atitude constante de discernimento.²⁶⁴

Um ponto assente é que aquele que discerne precisa de evitar dois extremos: ou decidir precipitadamente sem reunir uma quantidade razoável de dados, ou adiar demasiado a decisão por falta de colheita exaustiva de dados. Quem discerne deve ter maturidade suficiente para decidir sobre a adequação ou não adequação dos dados de que dispõe na ocasião em que faz o discernimento. A prudência numa tomada de decisão não exclui a confiança em Deus, como alguém que serve de guia em momentos de decisão e presta assistência no curso da vida. A percebemo-nos, assim, que, a vontade de Deus a meu respeito faz-se pessoal na medida em que não é um corpo estranho imposto de fora à minha pessoa, mas brota do mais fundo de mim mesmo. É uma vontade que se quer realizar não a partir de fora de mim, mas de dentro de mim. De facto, no discernimento cristão, encontram-se a iniciativa divina e a iniciativa humana. A iniciativa divina é uma proposta à liberdade da pessoa, compreendida em função do conjunto dos elementos que constituem a sua condição concreta. A iniciativa humana consiste no esforço de resposta à iniciativa divina.²⁶⁵

Tendo presente toda esta necessidade de decidir com urgência, sem deixar passar a oportunidade de um amanhã que não passa pela mesma estação em que me encontro, acrescenta-se a possível inconsistência do que foi decidido: «o que é um momento bom para ti pode ser reclassificado como veneno num momento seguinte. Compromissos aparentemente firmes e acordos assinados solenemente podem ser anulados da noite para o dia. E as promessas - ou a maioria delas - parecem feitas com o único propósito de serem posteriormente quebradas ou negadas, contando com a brevidade do espaço de memória pública».²⁶⁶ Não menos verdade, é o facto de que nós sentimos no nosso coração a ação de Deus, que nos propõe algo concreto e nos transforma para conhecê-lo, acolhê-lo e vivê-lo. Precisamos discernir com calma para distinguir a sua proposta de outras propostas que não são suas, ou de outras motivações nossas que são ambíguas e se infiltram com astúcia, disfarçadas de anjo de luz, corroendo o desejo de servir a Deus com transparência.²⁶⁷

²⁶³ Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 6.

²⁶⁴ Cf. Rupnik, 37.

²⁶⁵ Cf. Terra, *Autoconhecimento e Discernimento Cristão*, 20.

²⁶⁶ Bauman, *Vida Líquida*, 158-59.

²⁶⁷ Cf. Buelta, *El Discernimiento la novedad del Espíritu y la astucia de la carcoma*, 32.

Ao pensarmos esta atitude constante de discernimento, somos interpelados para duas etapas do discernimento²⁶⁸ que os mestres espirituais distinguiram: «uma primeira, purificadora, que converge para um autêntico conhecimento de si em Deus e de Deus na própria história, na própria vida, e uma segunda, na qual o discernimento se torna *habitus*».²⁶⁹

A primeira fase do discernimento move a pessoa para um conhecimento cada vez mais radical de si e de Deus. Esse conhecimento, por si, leva o ser humano, inevitavelmente, a reconhecer-se como pecador. E o conhecimento de Deus traduz-se em conhecimento de si como pecador perdoado.²⁷⁰ Ao falar da primeira fase do discernimento falamos da fase purificadora e, desta forma, como a purificação leva ao conhecimento, é, por assim dizer uma fase de conhecimento de si e de Deus. Este discernimento consiste, então, em saber escolher os pensamentos que levam a um radical reconhecimento de Deus, a ceder diante dele, a admitir que nos escolhemos a nós mesmos em vez de Deus, a reconhecer que o verdadeiro epicentro era o nosso eu e não Deus. A primeira fase do discernimento, de facto, reparte os pensamentos em dois epicentros: eu ou Deus. Trata-se do conhecimento de si mais profundo, como me reconheço a mim mesmo no mais profundo da orientação que consigo vislumbrar. Levando-nos, assim, a uma experiência sapiencial de radicalismo evangélico: Cristo ou eu.²⁷¹

Na mesma perspetiva, apercebemo-nos que o discernimento se move na fronteira entre o psicológico e o espiritual: trata-se de entender dentro do meu mundo o que é de Deus e como Ele me comunica isso. Assim, o discernimento está, de um lado, numa esfera puramente psíquica - como observar os sentimentos, os pensamentos, as mudanças de estados de ânimo - e, do Outro, abre essa realidade à sua dimensão espiritual.²⁷² Na realidade, é encetando este caminho e percebendo os primeiros movimentos interiores que começa o verdadeiro processo do discernimento que se volta para chegar a um encontro real e pessoal com Deus Pai. O discernimento da primeira fase termina, portanto, deixarmo-nos ser alcançados por Cristo, deixando-nos ser acolhidos por Ele, caindo-lhe nos braços, deixando que Ele nos ponha no colo e nós, com toda a nossa carne ferida e exposta às tentações, finalmente sussurremos integralmente, como tudo aquilo que somos: não seja feita a minha vontade, mas a tua (cf. Lc

²⁶⁸ As duas fases do discernimento, ou seja, as duas principais etapas de crescimento na vida espiritual – a purificadora e a criativa no seguir Cristo –, não estão tão nitidamente separadas. Os autores espirituais estabelecem essa separação para melhor compreensão de como agem os espíritos sobre O ser humano e de como este se comporta quando se aproxima de Deus e quando é tentado. A pessoa é um organismo, não um esquema. Por isso, as suas etapas de crescimento não são catalogáveis de modo simples, matemático. O crescimento e o amadurecimento manifestam-se por meio de diversas conotações que indicam determinados movimentos e conteúdos da pessoa.

²⁶⁹ Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 38.

²⁷⁰ Cf. Rupnik, 39.

²⁷¹ Cf. Rupnik, 49–53.

²⁷² Cf. Rupnik, 63.

22, 42). Atingido pelo amor no esplendor da nova criação, o homem pode então realizar o ato supremo do amor e da fé: oferece a própria vontade à vontade daquele que não só quer o bem, mas possui-o realmente e, portanto, pode realizá-lo. Desta forma, podemos afirmar que o discernimento da primeira fase acaba por fazer coincidir o percurso refletido racionalmente com as realidades tomadas sentimentalmente, envolvendo toda a pessoa humana. Tendo presente este itinerário, estamos de acordo que não se trata de um percurso simples e que nele há muitas armadilhas. Por isso, deve aqui ser repetido o antigo conselho de não enveredar sozinho por esse caminho.²⁷³

Na segunda fase do discernimento, isto é, no «caminho sobre como seguir o Senhor, como saber escolher no quotidiano uma vida segundo Ele, essa astúcia do inimigo é a mais frequente para aqueles que seguem a vida espiritual».²⁷⁴ Num sentido oposto, o tentador fará de tudo para que a pessoa se ocupe do mal de modo sensual, isto é, praticamente gozando-o, mesmo que em lágrimas. E se a pessoa chega a concluir que não é digna de servir o Senhor, de estar com Ele, de abraçar uma escolha definitiva na vida, permanece numa afirmação da própria vontade, que é um ato destrutivo e perigoso.²⁷⁵

Uma pessoa aberta a Deus, que se deixa conduzir de forma sã pelo seu Espírito, toma pequenas decisões quotidianas com mansidão e harmonia. De facto, quando nos encontramos num momento difícil e nos deparamos com uma nova situação, precisamos de parar para discernir com calma e analisar cuidadosamente cada força que atua dentro de nós e como ela influencia as nossas decisões.²⁷⁶ Neste sentido, precisamos de uma «atenção especial quando Deus nos propõe algo novo, que nos ameaça e altera o nosso futuro e o de outras pessoas vinculadas a nós».²⁷⁷

Nos nossos dias, gerações inteiras nutrem-se apenas de uma imaginação televisiva, portanto, predominantemente sensorial, sensual e carnal. Desta maneira, gerações mais jovens são expostas à cultura invasora da imagem virtual, enquanto a cultura digital cria todo um paradigma baseado na imaginação que torna a sensualidade muito mais intensa do que a clássica imagem televisiva. Isso pode sufocar uma verdadeira e saborosa vida espiritual e leva, certamente, à crise das vocações, tanto matrimoniais quanto sacerdotais e religiosas, já que os jovens dificilmente escolhem uma estrada que não veem vivida diante de si de um modo que os convença do valor da escolha.²⁷⁸ Desta forma, é fundamental mostrar e apresentar novos e

²⁷³ Cf. Rupnik, 92–106.

²⁷⁴ Rupnik, 148.

²⁷⁵ Cf. Rupnik, 152.

²⁷⁶ Cf. Buelta, *El Discernimiento la novedad del Espíritu y la astucia de la carcoma*, 46–47.

²⁷⁷ Buelta, 47.

²⁷⁸ Cf. Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 161–62.

verdadeiros caminhos aos nossos jovens, para que possam escolher verdadeiramente ao invés de deixar outros escolher por eles, ou então adiares repetidamente as suas escolhas.

Contudo, convém ter firme a regra que na tristeza, na aflição, na desolação, o inimigo semeia os seus pensamentos e, por isso, é preciso não lhes dar atenção. É melhor estarmos surdos a tudo aquilo que surge na alma e permanecermos firmes na invocação de ajuda ao Senhor e aos santos. Deus faz-nos passar por essa espécie de deserto para nos dar a possibilidade de animar também aquelas dimensões da nossa pessoa que, talvez numa vida mais fervorosa e mais rica no sentir, não sejam envolvidas na salvação. Deus leva-nos até ao limite das nossas possibilidades, das nossas forças, de modo que tudo aquilo que somos seja interpelado, usado na invocação do nome do Senhor, no desejo da graça, na rejeição do retorno à morte, ao inferno, à noite da fé.²⁷⁹

É na nossa condição concreta que se situa toda a matéria do nosso discernimento, tais como as questões, dúvidas, desejos, projetos, entre outros. Na verdade, a identidade pessoal do sujeito que discerne põe naturalmente limites ao conteúdo do seu livre discernimento. Devido à sua condição concreta, uma pessoa não pode discernir com seriedade sobre qualquer projeto possível e imaginário, porque para ela nem tudo é realizável.²⁸⁰ Tendo presente toda esta matéria, somos confrontados com os limites do discernimento que tocam precisamente o íntimo de cada ser humano, uma vez que só cada um, na sua intimidade, é capaz de se aperceber dos sinais que lhe vão surgindo no coração. Desta forma, o primeiro limite refere-se à possibilidade global da pessoa; o segundo à legitimidade e o terceiro à possibilidade concreta em cada situação.

Nesta linha de pensamento, verificamos que o primeiro limite concerne no espaço de escolha ao alcance da pessoa, que é definido por dois fatores: as estruturas e os processos sociopolíticos, e o próprio mundo psíquico. As estruturas e os processos sociopolíticos fazem parte do ambiente em que decorre o discernimento, podendo aumentar ou diminuir a liberdade pessoal. Na verdade, quem discerne não se pode abstrair dos condicionalismos desse ambiente. De facto, a sabedoria necessária para o discernimento requer uma aceitação do ambiente presente como aquele e único teatro da minha ação. Devemos ter presente também que o mundo psíquico da pessoa pode aumentar ou diminuir o campo da sua liberdade de discernimento. É preciso cultivar a sensibilidade a mecanismos psicológicos que, consciente ou inconscientemente, influenciam a busca da vontade de Deus. De facto, a pessoa deve analisar bem as motivações que estão por detrás dos seus desejos. Deve distinguir entre a atração pelo

²⁷⁹ Cf. Rupnik, 169.

²⁸⁰ Cf. Terra, *Autoconhecimento e Discernimento Cristão*, 16–17.

objeto em função do seu valor intrínseco e a atração pelo objeto como uma coisa que também favorece a sua própria autoestima.²⁸¹

Por outro lado, o segundo limite ao campo de discernimento pessoal é definido pelas «escolhas livres que a pessoa tem direito a fazer. A palavra direito refere-se àquilo que é correto e pressupõe que a existência humana tem lugar dentro dum corpo social, seja ele de âmbito mais estrito ou mais vasto».²⁸² Por último, «o terceiro limite do discernimento pessoal consiste nas circunstâncias que rodeiam o momento da decisão».²⁸³

Por outro lado, existem dimensões do nosso espírito das quais não nos damos conta justamente porque a vida espiritual está muito bem e o coração está inflamado por Deus. Alguns aspetos do nosso espírito estão ávidos de glória, mas logo que as coisas deixam de estar bem, degradam-se e abatem-se, deitando fora tudo aquilo que somos. Então, é o próprio Senhor que nos leva ao deserto, de modo que, com essas dimensões mais desejosas e, por isso, mais expostas à ambiguidade – e é exatamente aqui que se insere o inimigo com a tentação da perfeição, do já ter chegado ao final do caminho –, aprendamos a viver o realismo, compreendamos que não é automático provar a doçura do Senhor, o fervor da sua presença, mas que muitas vezes crescemos no deserto, na desolação, pois ali purificam-se os nossos desejos.²⁸⁴ Na verdade, sabemos que a alma está desolada, que está triste, vazia, mas não perturbada. Permanece, no fundo, a certeza de que o Senhor existe e que não permitirá o nosso retorno à vida do velho homem.²⁸⁵ O cristão começa, assim, a «raciocinar, a sentir e a querer como filho, começa a transparecer no seu quotidiano um estilo de vida de filho no Filho. E é esse estilo de vida que se torna a garantia de sermos capazes de discernir, pôr à prova os espíritos, de descobrir as corretas inspirações e de segui-las».²⁸⁶

Um dos objetos do discernimento desta segunda fase é a escolha do estado de vida, ou seja, a resposta à própria vocação. A este propósito, é importante sublinhar alguns pontos indispensáveis para uma escolha saudável da vocação. Desta forma, a vocação cristã é, primeiramente, a resposta ao chamamento à vida com o qual Deus cria cada pessoa. Este que é um Deus que chama e se é Deus quem chama, então é evidente que a pessoa deve ir ao seu encontro. Neste percurso, encontramos então uma orientação vocacional inicial que começa com a recolha das diversas vozes que nos podem chamar. Não obstante, é essencial que antes de chegar à escolha, por um período, a pessoa caminhe na direção sugerida por esta sinfonia de

²⁸¹ Cf. Terra, 18.

²⁸² Terra, 18.

²⁸³ Terra, 20.

²⁸⁴ Cf. Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 170.

²⁸⁵ Cf. Rupnik, 171.

²⁸⁶ Rupnik, 198.

vozes, e que use, em tal direção, também a sua imaginação, tentando ver-se naquele estado de vida, ao lado de tal companheiro, numa vida familiar, por exemplo, numa missão, num convento, entre outros.²⁸⁷

Neste prisma, apercebemo-nos que pouco a pouco, aproxima-se o momento da escolha, quando a pessoa percebe que as coisas amadurecem e é preciso começar a trabalhar sobre a liberdade interior. Neste itinerário, e tendo em vista alcançar o estado em que se pode escolher, é preciso passar por um processo de libertação no qual se oferece tudo ao Senhor: todos os talentos, tudo aquilo que se tem, o que se é, e também o projeto que se quer seguir, portanto, também a própria vocação. Neste sentido, o objetivo não é que o egoísmo esteja implementado em cada um de nós, mas é essencial que cada um pense em si mesmo, no caminho que pretende escolher, seja ajudado a fazer isso, verdadeiramente, na companhia do Cristo do Tríduo Pascal.²⁸⁸

Dado toda a rotina diária que nos rodeia, é importante fazer o discernimento em dias de retiro da vida quotidiana, na solidão e na oração, justamente pela frágil e pela inquieta estrutura de vida interior típica das gerações de hoje. É bom que a eventual escolha não seja logo definida, senão quando se tiver a certeza de que a pessoa é verdadeiramente madura, desvinculada de voluntarismos e de euforias. Convém, então, acompanhá-la numa escolha temporária, em que num diálogo com o Senhor se estipule uma espécie de aliança com Ele, com base na qual, por alguns meses ou por um ano, a pessoa viverá com a identidade interior que assumiu com essa escolha.²⁸⁹

Desta forma, verificamos que o processo de discernimento e decisão deve obedecer a um conjunto de orientações básicas, de modo a enquadrar-se na direção de fundo que se quer imprimir à própria vida. A ideia de direção implica a definição de um núcleo de sentido em função do qual o agente do discernimento se compreende a si mesmo. A definição desse núcleo de sentido surge em resposta à pergunta sobre quem se é. A ideia de direção implica também o esforço para alcançar a meta pessoal, que é considerada como inegociável e estimula a caminhada do crescimento. A definição dessa meta surge em resposta à pergunta sobre o que se quer na vida.²⁹⁰

Interessantemente, Inácio de Loyola dá provas de grande sabedoria psicológica, quando aconselha as pessoas em discernimento a imaginar que opção de vida gostariam de fazer caso se confrontassem com a própria morte. Obviamente, o momento da morte confronta as pessoas

²⁸⁷ Cf. Rupnik, 217–18.

²⁸⁸ Cf. Rupnik, 219–20.

²⁸⁹ Cf. Rupnik, 221–22.

²⁹⁰ Cf. Terra, *Autoconhecimento e Discernimento Cristão*, 129–30.

com a sua verdadeira realidade e coloca-as na necessidade de encontro com o que é mais fundamental, radical e último na existência humana. Logo, o ter presente a perspectiva da própria morte nas ocasiões de discernimento será certamente uma base para melhores decisões. Na verdade, tomar decisões de vida, reconhecendo a condição finita da existência humana, conduzir-nos-á a esquemas de vida de maior maturidade. Faremos transições do eu presente para um novo eu, segundo um modo que assegure continuidade no desenvolvimento. Crescemos sem renunciar à nossa identidade, mas cada decisão abre-nos novas perspectivas. Uma vez que o nosso eu, entretanto, um pouco mais amadurecido passa a constituir um novo ponto de partida para a percepção do que acontece na vida, tanto a nossa pessoa como as relações com os Outros, o mundo e Deus ganharão um novo carácter. Assim, um “eu” mais maduro leva a compreender a vida numa nova forma. As realidades da vida adquirem para nós um novo significado. Esse novo significado leva também a uma nova maneira de agir, no que respeita a nós mesmos e às nossas relações com as pessoas e as coisas que nos rodeiam. A transição do antigo “eu” para um novo “eu” pode sugerir-nos novas possibilidades de usar o potencial criativo de que dispomos.²⁹¹

A tomada de decisões numa perspectiva cristã deve manifestar as intenções de Deus na nossa vida, intenções essas que dotam as decisões de um carácter definitivo e último. A matéria do discernimento cristão deve ser compreendida não apenas como assunto nosso, mas também como parte da obra da graça de Deus em nós. Para um cristão convicto, decidir significa escolher ou rejeitar algo que envolve a pessoa e ao mesmo tempo a transcende. No discernimento cristão, o que está em causa não é apenas a nossa pessoa, mas também algo maior do que nós. A matéria do discernimento tem, de certo modo, a marca do transcendente que é Deus.²⁹²

3.2. O Discernimento como Arte

Na esteira do pensar do teólogo Rupnik, encontramos a definição de discernimento como «a arte de se compreender a si mesmo, levando em conta essa estrutura coesiva do conjunto, ver-se na unidade porque se vê com os olhos de Deus que vê a unidade da vida».²⁹³ Na verdade, ao olharmos o discernimento com arte somos persuadidos para o pensamento não só da arte como um caminho belo, mas também como uma arte de saber esperar e de saber escolher, e neste caminho, entre o belo, o esperar e o escolher, é preciso «a coragem e a

²⁹¹ Cf. Terra, 97–98.

²⁹² Cf. Terra, 146.

²⁹³ Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 17.

paciência em manter uma decisão razoável que é parte integrante do processo deliberativo. Não é cegueira ou teimosia, mas a sabedoria de aguentar a noite e confiar em si próprio deixando que a seta continue o seu curso para que chegue ao alvo. A arte de esperar faz parte da arte de escolher».²⁹⁴

Em derradeira análise, podemos descrever o discernimento espiritual dos espíritos²⁹⁵ como um dom que configura uma arte que leva uma pessoa a capturar na sua vida pessoal, ou na vida dos Outros, «a ação subtil, delicada e tantas vezes impercetível nas suas aparências, do próprio Deus, distinguindo-a dos demais movimentos que perpassam pelo coração humano, para assim aferir a vontade de Deus que deverá, isso sim, constituir o motor de atuação de tal pessoa para que esta, pelo amor mais belo e melhor de que for capaz, colabore na transformação do real em Reino».²⁹⁶ Afinal, uma vida espiritual bem nutrida depende da qualidade do discernimento que é realizado no decurso dessa mesma vida.

É claro que em determinado momento, ou uma vez que o indivíduo tenha alcançado certo tipo de insensibilidade, é necessária uma ajuda específica, uma intervenção de fora, às vezes até profissional ou especializada (psicoterapia e assimilados). No entanto, o sujeito deve, incansavelmente, procurar aprender a arte e o esforço, humilde e inteligente, de prestar atenção a si mesmo, em tempo real, sem esperar o exame de consciência noturno ou o momento da confissão. Em outras palavras, mesmo num nível exclusivamente psicológico, aprender o discernimento como um estilo de vida normal mantém os sentidos atentos e a sensibilidade viva, torna-nos verdadeiros para nós mesmos e livres para aprender, para nos permitirmos ser colocados em crise pela realidade. Isto evita processos de desgaste psicológico e envelhecimento espiritual, em que tudo é plano e nada aquece o coração, e a pessoa – neste momento incapaz de sofrer e desfrutar – está em busca, precisamente por isso, de situações emocionantes.²⁹⁷

Num itinerário predominantemente reflexivo, apercebemo-nos que «a arte de escolher, como qualquer outra arte, há-de aprender-se pelo estudo e a prática e perguntando a outros, equivocando-se e adquirindo experiência, até que chega a dominar-nos e se torna espontânea, instintiva, conatural, como o conduzir um carro e tocar o violino, ou programar um computador».²⁹⁸ Nesta linha de pensamento, constatamos que Deus não nos dá um roteiro com todo o itinerário a percorrer, como se estivéssemos num comboio onde os horários de saída e

²⁹⁴ Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 133.

²⁹⁵ Cf. Ruiz Jurado, *El Discernimiento espiritual. Teología, historia, práctica*, 17.

²⁹⁶ Duarte, «O discernimento inaciano: pondus hermenéutico do pontificado de Francisco», 169.

²⁹⁷ Cf. Cencini, *Los pasos del Discernimiento*, 45–46.

²⁹⁸ Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 152.

de chegada são especificados desde o início, detalhando as pausas nas estações intermédias por onde é necessário passar. Ele convida-nos a ir com Ele, e neste acompanhamento descobrir as etapas seguintes, que sempre têm uma dimensão de surpresa. De facto, Deus chega fiel, mais além do que podemos prever. Na verdade, Deus sempre chega, é uma chegada eterna, é o verdadeiro amor que se comunica sem nunca esgotar a sua criatividade.²⁹⁹ Isto obriga-nos a estar sempre atentos, vigilantes para acolher o Senhor e distinguir o seu dom das armadilhas dos ladrões que vêm roubar a nossa vida a meio da noite, na escuridão (cf. Lc 12,35-40). O Senhor bate à porta com clareza, respeitando a nossa liberdade, mas o ladrão esconde-se à noite, força a consciência da pessoa e introduz-se com astúcia para roubar, forçando algum ponto fraco nosso.

Neste sentido, percebemos que é essencial para um bom discernimento que cada indivíduo seja capaz de se perceber e se questionar de forma a entender-se por completo, a que tenha a sua vida ordenada, isto é, a que saiba quais são as suas prioridades. Assim, deve todo o sujeito ordenar a sua vida para que encontre a vontade de Deus. Então, damos conta que «o sentido da origem, o sentido da direção e o sentido do fim, são os elementos essenciais dessa ordem que nos faz orientar dia a dia as nossas ações e chegar a Deus. Essa virtude da ordem é uma conquista difícil».³⁰⁰ Nesta linha de pensamento, apercebemo-nos que o discernimento é precisamente a arte de ordenar a vida ao logo do tempo. Não menos importante, é percebermos que a novidade de Deus «surpreende os nossos cálculos no tempo, no espaço, no ritmo e na forma, embora chegue sempre com fidelidade a todo o percurso da sua ação em cada pessoa e na história humana. Não podemos esquecer que a imagem de Deus é a de seu Filho, que se acampou entre nós para caminhar dias desconhecidos todos os dias».³⁰¹

O discernimento define-se, portanto, como a arte por meio da qual o homem compreende a palavra que lhe foi dirigida e, nessa palavra, abre-se o caminho que deve percorrer para responder à palavra. O discernimento ajuda o homem a santificar o tempo que Deus lhe pôs à disposição para cumprir a sua vocação, que é o amor e, portanto, para se realizar em Cristo, plena realização do amor na sua Páscoa.³⁰² Nesta busca permanente do ser humano é essencial que este tenha «um fim último, um sentido de valores. Uma visão global, um ponto de referência no qual se enquadra a procura e se toma a decisão».³⁰³

²⁹⁹ Cf. Buelta, *El Discernimiento la novedad del Espíritu y la astucia de la carcoma*, 36.

³⁰⁰ Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 70.

³⁰¹ Buelta, *El Discernimiento la novedad del Espíritu y la astucia de la carcoma*, 35.

³⁰² Cf. Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 29.

³⁰³ Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 72.

Mais que ontem, hoje é crucial ter presente que o discernimento não é apenas um momento, isto é, um método que utilizamos pontualmente para chegar com segurança ao que se deseja, para descobrir a proposta de Deus, mas é, na verdade, uma dimensão da vida cristã que deve estar sempre ativa, mesmo nos momentos de crise pessoal, institucional ou de toda a sociedade que assume uma importância decisiva. A metodologia do discernimento ajuda-nos a evitar as armadilhas que podemos encontrar, a facilitar a percepção da proposta de Deus e a consolidar a consistência da nossa resposta.³⁰⁴

Seguindo a mesma linha, Rupnik identifica o discernimento como uma forma de descoberta, que acontece por meio dos próprios pensamentos e sentimentos, os movimentos do Espírito Santo até chegar a admitir o pecado e não apenas os seus derivados. No entanto, o discernimento é, ao mesmo tempo, uma arte para evitar as armadilhas propostas pelo espírito inimigo do homem, que gostaria que ele não chegasse ao verdadeiro conhecimento de Deus como amor, para que permaneça sozinho, fundamentando-se em si mesmo, iludido de que crê em Deus e segue-o, quando, na verdade, segue-se a si mesmo, até sob pretexto religioso.³⁰⁵

Por ser verdade, é fulcral que nos dias de hoje tomemos consciência do quão pouco se pratica a arte do discernimento e quão restringido é para muitos o âmbito da eleição livre, o pequeno lugar que o exercício consciente da decisão no Espírito ocupa na vida da maior parte das pessoas. De facto, explica que se escolham casos de maior importância para dar mais luz, mas o que mais surpreende e acaba por dar pena é que, no prolongado intercâmbio de ideias e experiências, ninguém mencione sequer as decisões e a procura da vontade de Deus em pequenas coisas, em pormenores diários, no curso normal da vida e na série de acontecimentos modestos que integram a nossa existência.³⁰⁶ Na verdade, hoje, sob a grande influência da psicologia na formação espiritual, corremos o risco de assorear a arte do discernimento, pois evitamos o combate espiritual; assim que a pessoa começa a ficar mal, a não se sentir bem, aparecemos logo com diversos meios psicológicos para ajudá-la a sair, a sentir-se melhor.³⁰⁷

O discernimento supõe um olhar que respeita a realidade tal como ela é, sem idealizá-la por espalhar tinta da cor que gostamos nas superfícies, para não termos que a ver e nos deixarmos questionar pela negatividade que a destrói. Mas também sem demonizá-la, deixando de reconhecer a criatividade de Deus e a bondade humana onde, em muitas ocasiões, temos decretado que nada de bom pode sair de Nazaré (cf. Jo 1,46) para não ter que buscar e comprometer-nos com a vida, cuja superfície é áspera e seca. Nos Exercícios Espirituais, as

³⁰⁴ Cf. Buelta, *El Discernimiento la novedad del Espíritu y la astucia de la carcoma*, 36.

³⁰⁵ Cf. Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 53.

³⁰⁶ Cf. Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 177–78.

³⁰⁷ Cf. Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 64.

contemplações e meditações começam a trazer a história e compoem com a imaginação o lugar onde se situa a contemplação. É a fidelidade à realidade do mundo, onde o Filho se manifesta.³⁰⁸

Santo Inácio, precisamente nos Exercícios Espirituais, ensina-nos a contemplar a aparência de Deus, assemelhando-se a Ele e a deixar-nos vigiar por Ele. Na contemplação da Encarnação, modelo de todas as contemplações da vida de Jesus, olhamos «a planície ou redondez de todo o mundo» (EE, 102), e na do rei eterno olhamos «o universo mundial» (EE, 95). Nem um metro de terra está fora da sua vista, nem um segundo fugaz escapa da sua sensibilidade. Não o contemplamos apenas à distância e ao todo, mas também com a proximidade amorosa de um humilde servidor, que está atento aos pequenos detalhes com que, a cada momento, se tece a vida real de cada pessoa e deseja ajudar no que está ao seu alcance (cf. EE, 114). No Princípio e Fundamento, Inácio de Loyola apresenta a atitude fundamental do aprendiz do exercício com estas palavras: «só o desejar e escolher o que mais nos conduz ao fim para o qual fomos criados» (EE, 23). Inácio fala-nos de uma pessoa interiormente unida, que se levanta e se dirige para o único horizonte do Reino, sem se dividir entre a proposta de Deus e outras, mais ou menos glamorosas.

Nesta sequência de pensamento, apercebemo-nos que o discernimento, embora seja a arte que nos protege dos exageros, dos desvios e nos garante a sabedoria que é também olhar sadio sobre as coisas, não é o caminho que todos devem percorrer. Assim, é essencial um equilíbrio, isto é, um olhar sadio sobre o itinerário que queremos percorrer e assim quase que afinarmos o nosso caminho segundo as notas que falamos no capítulo anterior. No entanto, não poucas vezes, a nossa vida não está afinada, não está equilibrada, não está, por assim dizer, em ordem. Na realidade, trabalha-se com muito afã e goza-se pouco. Faz-se muito ruído e pouca música. Tem que se chamar o afinador para que retese cada corda e ajuste cada cravelha. Têm que se eliminar as afeições desordenadas para que a vida soe bem. Fazer do fim, um meio e do meio um fim. E converter a etapa transitória em meta final e a pousada do caminho em morada permanente.³⁰⁹

Pode-se viver de forma cristã, como bem sabemos, limitando-nos a seguir o caminho daqueles que nos precederam na caminhada da fé, repetindo gestos, hábitos, costumes e, pouco a pouco, ir descobrindo a dimensão consciente, pessoal, da salvação. O discernimento é, por isso, uma realidade urgente, sobretudo em tempos nos quais o tecido social, cultural e eclesial está aberto a muitas mudanças e se abre para uma época de transição. A Igreja, através dos seus documentos, também nos convida continuamente a um exercício de discernimento. A própria

³⁰⁸ Cf. Buelta, *El Discernimiento la novedad del Espíritu y la astucia de la carcoma*, 50.

³⁰⁹ Cf. Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 74–75.

tradição da Igreja testemunha que o discernimento é a via régia para o fiel, uma arte de sinergia com o dom de Deus, de escuta da tradição, de incardinação eclesial, de abertura para a história e de exercício psico-espiritual.³¹⁰

Em suma, Rupnik defende que o discernimento deve ser entendido como uma arte por meio da qual o cristão consegue saborear e experimentar em plenitude a redenção como amor pessoal de Cristo, assim como vimos em cima, entendido como a arte de seguir Cristo, seja nas grandes escolhas da vida, do trabalho, como também nas pequenas opções do quotidiano, isto é, o discernimento aparece nos nossos corações em todas as constantes da vida. O discernimento, tendo em vista o seguimento de Cristo, consiste, em grande parte, em desmascarar as ilusões e em nos orientarmos para o realismo e para a objetividade de Cristo, nosso Senhor e Salvador, o Messias Pascal que vive na Igreja e na história. O discernimento leva, de facto, a uma maturidade eclesial, a uma fidelidade comprovada.³¹¹ É precisamente nesta trajetória de pensar o discernimento que percebemos que este nos «pede que percecionemos cada pessoa como obra de arte de Deus. Pede que vivamos conscientes do cuidado que Deus tem por nós em cada instante».³¹² Na certeza de que perante este amor pessoal com Cristo apercebemo-nos da verdadeira realidade de Deus que vive e atua em mim, e, por conseguinte, Deus vê em mim, fala em mim e ama em mim. Através desta forma de ver e de escolher e na equação entre os dois, Deus escolhe em mim. Este é o cume da eleição. Deus presente em mim, atuando em mim e tomando decisões comigo e em mim. Eu sinto a sua presença, conheço os seus gostos, sinto as suas inclinações e, no centro da minha alma, cedo ao sopro do seu Espírito. Faça-se em mim (cf. Lc 22,42). Que ele faça, que ele mova, que ele escolha. Esse é o resumo de todo o processo, o fim dos trinta dias, a plenitude da vida do homem. Deus atua em mim. Cristo vive em mim. Ele conhece a vontade do Pai e com carinho, cuidado e, delicadamente, realiza-a nas minhas entranhas. É essa, na sua expressão última e sublime, a arte de escolher.³¹³

3.3. O Medo, a Coragem no Caminho e o Poder da Decisão

O ser humano depara-se durante a vida com muitas experiências alegres e animadoras. Elas são dom de um Criador afetuoso. No entanto, nem todas essas experiências são espirituais, isto é, nem todas têm uma referência direta e imediata à nossa vida de fé e à nossa busca da vontade de Deus. Estas experiências podem incluir a elevação do coração que experimentamos em contacto com a natureza, quando nos sentimentos tocados e reanimados pela sua beleza e

³¹⁰ Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 107.

³¹¹ Cf. Rupnik, 113.

³¹² Tetlow, *Sempre em Discernimento*, 70.

³¹³ Cf. Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 196.

tranquilidade, ou as inspirações que sentimos ao som de uma música bela ou à vista de grandes obras de arte.³¹⁴

Inácio de Loyola também reconhece que os pensamentos – ou seja, os projetos ou propósitos que levam a resoluções ou decisões na vida – que brotam da consolação são contrários aos que derivam de um estado de alma oposto, estabelecendo, desse modo, ligações e/ou continuidades entre o discernimento espiritual de espíritos – isto é, dos movimentos – e as escolhas ou opções de vida, às quais denominará de eleição.³¹⁵ Para Inácio de Loyola, essas opções devem ser levadas a cabo segundo o critério da maior glória de Deus (EE, 185.240.339) e, por esse mesmo motivo, de acordo com a Sua vontade. Tendo presente que os movimentos mais significativos para o processo de discernimento são aqueles que vêm de Deus e os que vêm de tudo aquilo que pode separar o sujeito de Deus.

Nesta linha de pensamento, podemos sublinhar que a vida consiste em escolher bem, e o obstáculo para escolher bem são os “apegos” ou “criaturas” que nos atraem e nos enganam, e desviam-nos do bom caminho, fazendo-nos atrasar e perder no todo ou em parte no objetivo final. Numa linha paralela, Santo Agostinho apresenta a consistência da vida como «Ama e faz o que quiseres»³¹⁶ e na verdade, «há uma coisa que de facto notei nestes cristãos, sabem o que querem».³¹⁷

Com efeito, um momento de crise pode tornar-se num momento de reflexão, de avaliação, de discernimento; pode tornar-se um pressuposto necessário para uma melhoria, para um renascimento, para uma nova possibilidade, por assim dizer para um desabrochar de uma nova vida. De certa forma, a crise é um modo de ser que tem a sua complexidade, que requer uma certa atenção para consigo mesmo e um olhar sincero. Esta acaba por dinamizar a vida e está na origem de mudanças ou conversões. Sem dúvida que se trata de uma componente normal de um caminho de aprendizagem ao longo da vida.

Contudo, embora seja uma forma de definir a atitude de quem se depara com um determinado problema, como se fosse um facto incontestável e óbvio para todos, existem muitas formas de viver ou não viver as crises. Da mesma forma, existem muitas pessoas que estão sempre em crise, embora nunca pelo motivo certo e, muitas vezes, porque nas suas crises falta força para tomar uma decisão. Há também quem, embora sentindo um certo incómodo, nunca queira enfrentar a crise, que a congele, e procrastine os problemas que deveria resolver até que explodam. Não podemos esquecer que o gelo derrete e provoca desastres. No entanto, há

³¹⁴ Cf. Gallagher, *O Discernimento dos Espíritos*, 111.

³¹⁵ Cf. Duarte, «O discernimento inaciano: pondus hermenêutico do pontificado de Francisco», 173.

³¹⁶ Agostinho de Hipona, *Epístola de João aos Partos*, 7, 8, PL 35, 2053.

³¹⁷ Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 5.

também quem faça piada da crise, como se não percebesse a contradição que um determinado estilo de vida acarreta em si, ou só o percebe quando não há nada para fazer e se sente impotente. A crise é considerada um acontecimento fatal que implica consequências inevitáveis para quem, desde a própria crise, segue imediatamente as vias de facto.³¹⁸

De facto, o caminho trata-se de acompanhar, discernir e integrar a fragilidade daquele Deus que sai ao encontro do homem, onde o próprio homem é finito, e não o espera ali onde deve chegar, para, desta forma, aprender a reconhecer a fragilidade como lugar onde a graça salvadora ou o próprio mistério da Encarnação continua misteriosamente ativo. Assim, devemos compreender que quem preferiu uma pastoral mais rígida que não dê azo a confusão, acreditando que Jesus Cristo quer uma Igreja atenta ao bem que o Espírito derrama no meio da fragilidade.³¹⁹

No entanto, é certo que facilmente nos apercebemos que os cristãos de hoje possuem em si um medo profundo em arriscar e ir mais longe, de ir em busca. Nas palavras do Papa Francisco: «Não tenhas medo de apontar para mais alto, de te deixares amar e libertar por Deus. Não tenhas medo de te deixares guiar pelo Espírito Santo. A santidade não te torna menos humano, porque é o encontro da tua fragilidade com a força da graça» (*GE*, 34). Precisamos assim do «impulso do Espírito para não ser paralisados pelo medo e o calculismo, para não nos habituarmos a caminhar só dentro de confins seguros. Lembremo-nos disto: o que fica fechado acaba cheirando a mofo e criando um ambiente doentio» (*GE*, 133). Desta forma, o mote está lançado: jovem, regozija-te na tua mocidade e alegre o teu coração na flor dos teus anos, lança fora do teu coração a tristeza (cf. Ecl 11,9-10). Esta é, na verdade, a referência que indica todo o caminho a seguir para cada jovem cristão.

Este conforto de não arriscar e o medo do definitivo «geram assim uma espécie de paralisia na tomada de decisões. A juventude, porém, não pode ser um tempo em suspenso: é a idade das decisões e precisamente nisso consiste a sua atração e o seu principal papel» (*ChV*, 140). Sem dúvida alguma, podemos afirmar que

os sonhos mais belos conquistam-se com esperança, paciência e empenho, renunciando às pressas. Ao mesmo tempo, não nos devemos deter por insegurança, não devemos ter medo de apostar nem de cometer erros. Devemos ter medo, isso sim, de viver paralisados, como mortos ainda em vida, convertidos em seres que não vivem porque não querem arriscar, porque não perseveram nos seus compromissos ou porque têm medo de se equivocar. (*ChV*, 142)

Este é o verdadeiro convite:

Jovens, não renunciéis ao melhor da vossa juventude, não observeis a vida de uma varanda. Não confundais a felicidade com um sofá nem passeis toda a vossa vida diante de um ecrã. Tampouco

³¹⁸ Cf. Cencini, *Los pasos del Discernimiento*, 40–42.

³¹⁹ Cf. Cencini, 96.

vos deveis converter no triste espetáculo de um veículo abandonado. Não sejais automóveis estacionados, pelo contrário, deixai brotar os sonhos e tomai decisões. Arriscaí, mesmo que vos equivoqueis. Não sobrevivais com a alma anestesiada nem olheis o mundo como se fôsseis turistas. Fazei barulho! Deitai fora os medos que vos paralisam, para que não vos convertais em jovens mumificados. Vivei! Entregai-vos ao melhor da vida! Abri a porta da gaiola e saí a voar! Por favor, não vos aposenteis antes de tempo. (*ChV*, 143)

Na verdade, é necessário ter presente que a palavra inquietação resume muitas das buscas dos corações dos jovens. Assim, a inquietação insatisfeita, juntamente com o assombro pelo novo que se delineia no horizonte, abre passagem à ousadia que leva os jovens a assumirem-se a si mesmos, a tornarem-se responsáveis por uma missão (cf. *ChV*, 138). Desta forma, o desafio é precisamente que todo o rapaz ou rapariga procure o seu próprio caminho, que queira voar com os pés, que assome sobre o mundo e olhe o horizonte com os olhos cheios de esperança, cheios de futuro e também de ilusões. De facto, o jovem caminha com dois pés, como os adultos, mas, ao contrário dos adultos, que os mantêm paralelos, põe um à frente do outro, disposto a ir, a partir, olhando sempre em frente. Falar de jovens significa falar de promessas e também significa falar de alegria. Os jovens têm muita força, são capazes de olhar com muita esperança. Um jovem é uma promessa de vida que tem incorporado um certo grau de tenacidade; tem loucura suficiente para se poder enganar a si próprio e capacidade suficiente para se poder curar da desilusão que daí possa derivar (cf. *ChV*, 138-139).

Por outro lado, contrapondo-se aos sonhos que mobilizam decisões, existe sempre a ameaça do lamento, da resignação. Deixamos isso para aqueles que se deixam alimentar pelos lamentos da vida. Temos de ter presente que o caminho certo é sempre Jesus: fazê-l'O subir para a nossa barca e remar mar adentro com Ele. Ele é o Senhor! Ele muda a perspetiva da vida. A fé em Jesus conduz a uma esperança que vai mais longe, a uma certeza fundada não só nas nossas qualidades e aptidões, mas na Palavra de Deus, no convite que vem d'Ele (cf. *ChV*, 141). Por vezes, toda a energia, os sonhos e o entusiasmo da juventude debilitam-se pela tentação de nos encerrarmos em nós mesmos, nos nossos problemas, sentimentos feridos, lamentações e comodidades. Não deixes que isso te aconteça, porque te tornarás velho por dentro e antes do tempo. Cada idade tem a sua formosura, e à juventude não podem faltar a utopia comunitária, a capacidade de sonhar unidos, os grandes horizontes que olhamos juntos. Que a espontaneidade e o impulso da tua juventude se convertam cada dia mais na espontaneidade do amor fraterno, na frescura para reagir sempre com perdão, com generosidade, com vontade de construir comunidade (cf. *ChV*, 166-167).

O mote lançado é que, como jovens, não deixemos que o mundo nos arraste para partilhar apenas as coisas más ou superficiais, mas, antes pelo contrário, tornemo-nos capazes de ir contra a corrente e partilhar Jesus, comunicando a fé que Ele nos ofereceu. Na realidade,

é mais que certo que «o Evangelho não é para alguns, mas para todos. Não tenhais medo de ir e levar Cristo a qualquer ambiente, até às periferias existenciais, inclusive a quem parece mais distante, mais indiferente. E a vós, jovens, quer-vos como seus instrumentos para derramar luz e esperança, porque quer contar com a vossa valentia, frescura e entusiasmo» (*ChV*, 177). Desta forma, o Santo Padre desafia os jovens a tomar consciência e a ter o poder para responder ao chamamento: «Amigos, não espereis por amanhã para colaborar na transformação do mundo com a vossa energia, audácia e criatividade. A vossa vida não é um entretanto. Vós sois o agora de Deus, que vos quer fecundos» (*ChV*, 178). Na certeza de que é «dando que se recebe»,³²⁰ e de que a melhor maneira de preparar um bom futuro é viver bem o presente, com entrega e generosidade.

No caminho para entender o querer humano, são necessárias decisões e, conseqüentemente eleições. É certo que as eleições na vida são para as grandes ocasiões. Sem dúvida alguma. Mas também o são para as pequenas e isso é o que muitos parecem esquecer em detrimento próprio. Por sua vez, o exercício constante da arte de escolher, esse sim, tem importância, tanto pela extensão quotidiana das suas oportunidades, como pelo facto de constituir a melhor preparação para o tempo de crise quando esta chegar. As mínimas eleições diárias são a trama da própria vida, o clima da alma, a têmpera do espírito. Não menos verdade, é a certeza de que a arte de escolher é a arte de viver e vivemos a todas as horas, porque escolhemos a todas as horas. Depende de nós fazê-lo com inconsciência rotineira ou com atenção reflexiva a cada instante e daí surge, ou a surda monotonia da repetição, ou a alegria original da criatividade.³²¹

Nesta linha de pensamento, apercebemo-nos que o homem é um ser em construção e que esta construção se edifica por meio de decisões. Elas formam a sua personalidade, definem o seu carácter e integram a sua vida. De certa forma, a base da pessoa são as suas decisões, as suas determinações, aquilo que faz diariamente ao escolher o seu caminho, ao pôr de lado alternativas e ao marcar a rota a seguir. Escolher é viver, e decidir-se é definir-se. Eu sou definitivamente o que forem as minhas decisões, por isso quero saber em pormenor quais elas são e como as tomo; quero saber se as minhas decisões são realmente minhas, se não passam de mero decalque e imitação daquilo que os outros fazem ou da adoção do que outros me sugeriram que fizesse. O que, de facto, conta na vida é o ato humano, a entrega pessoal, a escolha livre. A essência da vida está em saber o que quero em cada momento e pô-lo em

³²⁰ Oração “Senhor, faz de mim um instrumento da tua paz”, atribuída a S. Francisco de Assis.

³²¹ Cf. Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 178–79.

prática. O caminho define-se pelas suas curvas e o homem pelas suas decisões. São elas que marcam a meta.³²²

Nesta simbiose, apercebemo-nos que a verdadeira meta não é mais que a essência do próprio caminho feito e é precisamente no caminho que encontramos a riqueza do querer caminhar que nos ajudam a tomar as grandes decisões. No entanto, não poucas vezes, a preguiça, a dúvida e o medo são os grandes inimigos das decisões. Assim como o egoísmo, o orgulho, a inveja e a avareza, também são inimigos temíveis. O ato de se decidir é o mais nobre e profundo de todos os atos do homem, a própria definição da pessoa é a última expressão da sua dignidade. Precisamente por ser nobre e profundo, porque define a pessoa e constitui a sua dignidade, é difícil e penoso e leva à luta e ao perigo.³²³

Segundo toda esta intelectualização, percebemos que este não é o caminho que os nossos jovens têm seguido, muitas vezes por medos, outras vezes pela pressão da sociedade, mas também tantas e tantas vezes pela falta de acompanhamento no caminho que cada jovem faz. Há, porém, uma questão que devemos colocar: Será que vivemos demasiado tempo pastoralmente passivos, assumindo uma transmissão fácil da fé, através das mediações tradicionais dos sacramentos? Estávamos cegos para o nascer do Sol abrasador que expõe a falta de raízes? É cada vez mais evidente que não se pode continuar a depender da interação tradicional de família-escola-paróquia, como no passado. Os métodos mais antigos de formação na fé não irão produzir a profundidade necessária para sobreviver ao calor sufocante dos nossos dias.³²⁴

Na realidade, para o crente, a procura da decisão correta adquire uma nova e profunda dimensão ao transformar-se, por meio da fé, na procura da vontade de Deus sobre a sua vida. Assim, saber o que eu quero é, em última análise, saber o que Deus quer de mim; descobrir os meus caminhos, e descobrir os Seus desígnios sobre mim; trata-se de encontrar a mim mesmo ao encontrar Deus no meu ser, de encontrar o Seu olhar para ver em que direção Ele olha, de sentir o palpitar do Seu amor para comigo e de adivinhar e fixar o caminho da minha vida que vem d'Ele e a Ele me há-de conduzir.³²⁵

Numa perspetiva cristã, o nosso processo de decisão direciona-se por dois caminhos: o primeiro em saber o que eu quero para a minha vida e o segundo em saber o que Deus quer para a minha vida. E é precisamente na ligação destes dois caminhos que encontramos a verdadeira decisão. Exatamente por este motivo é que esta escolha é tão importante e, por isso mesmo,

³²² Cf. Vallés, 9.

³²³ Cf. Vallés, 33.

³²⁴ Cf. Gallagher, *A surpreendente novidade de Cristo*, 46.

³²⁵ Cf. Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 9–10.

temos de ter presente que «cada decisão tem a sua hora, o seu amanhecer, o seu lugar entre as estrelas e é preciso averiguá-lo, respeitá-lo, obedecer-lhe. Não se pode violar impunemente o ritmo da vida. Adiamos as decisões porque nos custa tomá-las. Pela mesma razão evitamos tomá-las e, quando podemos, sacudimos a carga e passamos para outro a responsabilidade de as tomar».³²⁶

Seguindo a lógica que mencionei anteriormente: «há uma coisa que de facto notei nestes cristãos, sabem o que querem»³²⁷ percebemos que ser cristão é ser diferente. Na realidade, sempre foi assim, mas «no mundo aldeão da minha infância, acreditar e pertencer à Igreja pareciam conceitos simplesmente normais. Naquela época, era preciso ter uma coragem considerável para se ser um incrédulo! Agora, a maré mudou e ser um cristão comprometido implica não só uma decisão, mas também uma batalha contra os valores dominantes».³²⁸

É certo que os tempos mudaram e que hoje é exigido novos processos perante novas realidades, mas não podemos deixar que o medo esteja instaurado nos nossos jovens, esse medo de se comprometer, medo de se definir, medo de se enganar, de dar a cara, de ter de atuar, de tomar opções, de serem eles mesmos. O medo cega os canais do discernimento, imobiliza o mecanismo das decisões. Quem teme não escolhe bem, não pode escolher bem. Debaixo da influência do medo, o olhar, o pulso e os equilíbrios deixam de ser o que deveriam ser e de agir como deveriam agir. Na verdade, talvez a faculdade mais importante para escolher bem seja a coragem e talvez as nossas decisões não sejam tão felizes porque, ao tomá-las, falta-nos esta bravura. Na mesma linha, o medo paralisa a alma e, pelo contrário, a coragem de escolher com decisão e clareza é o que distingue o homem como tal e lhe dá a sua dignidade e personalidade.³²⁹

Assim, no quotidiano de cada jovem é pedida a ousadia de arriscar, sem medo de cair ou de tropeçar, e ter a consciência que «tropeçar alguma vez não impede o caminhar, mas o desviar-se do percurso, isso sim, impede de chegar à meta. Esse desvio é o que devemos procurar encontrar e corrigir se queremos continuar a caminhar para a frente. A debilidade humana não é obstáculo».³³⁰ O erro não está em cair, mas pelo contrário está em não se querer levantar. Vivemos tantas vezes confortados com a segurança que o chão nos dá, que acabamos por nos esquecer que a verdadeira vida está no caminhar reto com Deus ao nosso lado.

³²⁶ Vallés, 36.

³²⁷ Vallés, 5.

³²⁸ Gallagher, *A surpreendente novidade de Cristo*, 61.

³²⁹ Cf. Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 38–39.

³³⁰ Vallés, 108.

Na verdade, temos de ter consciência que estas quedas são, na realidade, motivos de aprendizagens, onde se torna possível alicerçar a nossa vida. É precisamente nestes momentos que encontramos o fecundar do discernimento através da maturidade e da aprendizagem que resulta da própria queda. É, pois, necessário dar sentido às nossas quedas e assim percebermos o porquê de termos caído para mais tarde nos levantarmos e não cairmos novamente. No entanto, não poucas vezes, usamos estas quedas para culpar Deus e deixamos de nos esforçar por combater este atrito que nos prende ao chão, pois, por vezes, «passamos anos inteiros e às vezes a vida toda a regatear com Deus, a ver se nos vamos entregar de todo a ele ou não».³³¹ Esta é a história das nossas vidas, onde no nosso quotidiano estão presentes as dúvidas, regateios, demoras. Isto sim e aquilo não. Atrasar é também regatear. Regatear com o tempo. Hoje não, talvez amanhã, se não, lá mais para diante. É urgente ter presente que as salas de espera do espírito estão cheias de gente que está simplesmente ali, ali mora e ali permanece, ali vive e ali morre. O facto de já estar na sala de espera dá-lhe a impressão de que já fez alguma coisa, de que já começou a viagem.³³²

Na mesma linha de pensamento, damos conta que para além do regatear e do deixar para mais tarde, surge também nos jovens um certo preconceito sobre o discernimento, o que de certa forma instala no seu meio um certo medo, medo de discernir e, por isso, um medo de arriscar, um medo de ser normal no meio da anormalidade. Na verdade, nada prejudica mais uma eleição, do que uma atitude preconcebida, um preconceito, um modo de ver rotineiro. Quando a rotina preside a uma eleição, a decisão foi já tomada antes de pôr o problema, e o discernimento morre antes de poder nascer. Contudo, isto é tão recorrente, que nem sequer nos damos conta disso. Desejamos com demasiada frequência que o costume, a tradição e a pura rotina, tomem decisões em nosso nome. Há um precedente, um caso semelhante, fez-se sempre assim e, por isso mesmo, voltaremos a fazê-lo desse modo, que é o mais cómodo, sem cair na conta de que repetir uma decisão é viciá-la: na vida não há duas situações iguais e, por conseguinte, não pode haver duas decisões iguais. Permitir que o presente seja governado pelo passado é converter o presente em passado, o que quer dizer ficar sem vida, que existe, só e exclusivamente, no presente. Desta forma, deixamos de viver e, única e simplesmente, sobrevivemos.³³³

³³¹ Vallés, 109.

³³² Cf. Vallés, 109–10.

³³³ Cf. Vallés, 167.

3.4. Desolação e Consolação

Na vida espiritual é necessário perceber todo o movimento do espírito que habita em cada um de nós. Assim, é fundamental ter um bom conhecimento de Jesus, pois este leva o ser humano a conhecer o Seu Espírito e a ser capaz de o distinguir de outros espíritos. Desta forma, estar em sintonia com o Espírito de Jesus Cristo faz do discernimento uma espécie de instinto sobrenatural, através do qual aqueles que cultivam tal instinto sabem, de uma forma temática ou aтемática, discursiva ou intuitiva, a origem do que está presente na sua consciência, no seu ser.³³⁴

As experiências antagónicas da consolação e da desolação são a base dos Exercícios Espirituais Inacianos e, desse modo, das suas regras de discernimento.³³⁵ Na verdade, uma consolação que, além do mais, deve ser o estado normal da vida espiritual, embora não deva ser procurada por si mesma, pois isso seria imediata e inapelavelmente um ato desordenado (cf. EE, 16). Assim, a consolação não se pode confundir com meras alegrias anímicas,³³⁶ pois, além de ser um sentir que não se reduz a um sentimento, a sua verdadeira especificidade não está senão na sua dimensão teleológica derivada de ser uma comunicação de amor ordenado, seja no seu conteúdo, seja na sua estrutura. Neste sentido, a consolação espiritual verdadeira é a experiência do amor de Deus que afeta e movimenta o sujeito, reorientando-o para Si. Com efeito, a consolação, para Inácio de Loyola, outorga uma memória que configura uma identidade, pois permite ao sujeito perseverar nas suas determinações no meio das dificuldades, sem incorrer na tentação de questionar a sua verdade. Em certa medida, as realidades opostas da consolação e da desolação são as estruturas basilares do discernimento espiritual tal como este é descrito nos Exercícios Espirituais Inacianos.³³⁷

Por ser verdade, é extremamente essencial entender e retirar de nós mesmos todas as afeições desordenadas, para isso, precisamos de nos treinar diariamente através da experiência espiritual. Assim, com ousadia, ter a coragem de arriscar e, ainda que por um processo lento e muitas vezes dramático, alcançar a certeza de uma felicidade onde o corpo se encontra em sintonia com a mente e onde habita a memória e a imaginação. Foi segundo esta linha que Inácio entrou numa arena espiritual inteiramente nova. Isto porque no coração de Inácio está a ocorrer uma

experiência afetiva contraposta, ligada aos dois projetos contrários de vida, *mas ele não reparava nisso*. Essa experiência continua agora a ter lugar, mas os seus olhos espirituais abriram-se um pouco, o suficiente para ele estar agora *consciente* destes diversos movimentos dentro do seu

³³⁴ Cf. Duarte, «O discernimento inaciano: pondus hermenêutico do pontificado de Francisco», 169–70.

³³⁵ Cf. Ruiz Jurado, *El Discernimiento espiritual. Teología, historia, práctica*, 235.

³³⁶ Cf. Ruiz Jurado, 226.

³³⁷ Cf. Duarte, «O discernimento inaciano: pondus hermenêutico do pontificado de Francisco», 179–83.

coração. Neste momento, quando Inácio se dá conta pela primeira vez da experiência espiritual afetiva contrastante no seu coração, o seu ensinamento acerca do discernimento dos espíritos vem à luz. Este ensinamento provém diretamente da sua experiência pessoal e, em primeiro lugar, deste tempo de graça no seu leito de convalescente. É por esta razão que damos aqui início à exploração do seu discernimento dos espíritos: este é o ponto de entrada privilegiado para tudo o que se vai seguir.³³⁸

Tendo em conta toda a atenção que é característica da sua espiritualidade, começa então Inácio a ponderar a diferença de que se tornou consciente e a fazer reflexão sobre ela. Esta reflexão levou-o a «compreender por experiência e pouco a pouco veio a conhecer o significado dos movimentos divergentes da experiência espiritual afetiva de que estava a tomar consciência. Ele encontra-se então cada vez mais capaz de entender a diversidade dos espíritos que se agitavam dentro de si, seja do mau espírito ou de Deus».³³⁹ Pelo meio destes movimentos espirituais somos capazes de percebermos que, sistematicamente, o maior obstáculo somos nós próprios, uma vez que não estamos recetivos e tantas vezes o nosso estado de espírito não permite uma verdadeira receção. Encontramo-nos muitas vezes num estado de desolação, ou pelo contrário num estado de consolação.

Um ponto importante é tomar consciência da necessidade de uma permanente amizade com Deus, por meio das pessoas que ele coloca na nossa vida, e percebermos que esta amizade é um presente da vida e um dom de Deus. Na verdade, através dos amigos, o Senhor vai-nos polindo e fazendo amadurecer. Ao mesmo tempo, os amigos fiéis que permanecem ao nosso lado nos momentos duros são um reflexo do carinho do Senhor, da sua consolação e da sua amável presença. Ter amigos ensina-nos a abrir-nos, a compreender, a cuidar de outros, a sair da nossa comodidade e do isolamento, a partilhar a vida (cf. *ChV*, 151). Por isso, «um amigo fiel não tem preço» (Ecl 6,15).

Nesta simbiose de pensamento, verificamos que para discernir a própria vocação, deve-se, antes de mais,

reconhecer que essa vocação é o chamamento de um amigo: Jesus. Quando se oferece alguma coisa aos amigos, oferece-se-lhes o melhor. E esse melhor não é necessariamente o mais caro ou o mais difícil de conseguir, mas aquilo que uma pessoa sabe que alegrará o outro. Um amigo percebe isto de forma tão clara que pode visualizar na sua imaginação o sorriso do seu amigo quando abrir o seu presente. Este discernimento de amizade é o que eu proponho aos jovens como modelo, se procuram descobrir qual é a vontade de Deus para as suas vidas. (*ChV*, 287)

Nesta perspetiva, apercebemo-nos que o presente da vocação será, sem dúvida, um presente exigente. Os presentes de Deus são interativos e, para gozá-los, é preciso pôr muita coisa em jogo, é preciso arriscar. Quando o Senhor suscita uma vocação, não pensa apenas

³³⁸ Gallagher, *O Discernimento dos Espíritos*, 46–47.

³³⁹ Gallagher, 47.

naquilo que tu és, mas em tudo aquilo que juntamente com Ele e com os outros poderás chegar a ser (cf. *ChV*, 289).

No nosso quotidiano, é fulcral ter presente que em tempo de desolação nunca se fazem mudanças. O estudo dos estados da alma, altos e baixos, é importante pela influência que esses estados têm nas decisões que tomamos. Um estado de depressão não é o momento para tomar uma decisão. A escuridão não é o momento de mudar de rumo na selva.³⁴⁰ É necessário, pois, clarear a escuridão e, precisamente, nesta linha, dar nomes às nossas escuridões. É, assim, fundamental nomear as nossas noites. Se duvidas, detém-te e espera, mas não mudes de direção no meio do nevoeiro. Espera pela manhã, pela luz do sol e o céu aberto e pela visibilidade até ao horizonte. Então muda de rumo, se o tens que mudar, mas não agora, não entre nuvens, não na desolação.³⁴¹

Em primeiro lugar, o sujeito deve partir da coragem de nomear o que está a acontecer, com realismo e sinceridade. Algo que nem sempre é fácil quando o afeto está envolvido e o assunto é confuso, e tem motivos para isso. Porém, é importante, por exemplo, que reconheça que está apaixonado, que use essa expressão sem se esconder de si mesmo e, ao mesmo tempo, sem se deixar levar como um pré-adolescente pela experiência que está a viver, mas aprendendo a relativizá-lo o máximo possível.³⁴²

Como é óbvio, isto não é algo que se possa dar como certo, mas, em qualquer caso, fazer esta operação ou promover este tipo de sensibilidade já é praticar um discernimento que nos permite começar a distinguir, na paixão do coração, o que é bom, do que não é; o que é puro, do que é ambíguo; o que leva a uma dependência perigosa, do que leva a uma liberdade maior. E isso é já um discernimento em ação.³⁴³ De certa forma, o indivíduo ou o peregrino que aprende todos os dias a peregrinar da sinceridade à verdade, sem esperar encontrar-se em crise afetiva, também aprende a distinguir de forma mais profunda entre o bem e o mal, ou descobre inclusive que o bem não é necessariamente animado por uma boa motivação, reconhecendo, assim, que uma coisa boa e bela pode ser feita com uma intenção que não é precisamente também boa e bela. Desta forma, ele aprende a distinguir entre o amor verdadeiro e falso aos poucos, e conclui, talvez com espanto se for honesto ao ser examinado, que raramente amou pura e totalmente desinteressadamente.³⁴⁴

³⁴⁰ Cf. Vallés, *Saber Escolher: A arte do discernimento*, 128.

³⁴¹ Cf. Vallés, 129.

³⁴² Cf. Cencini, *Los pasos del Discernimiento*, 50.

³⁴³ Cf. Cencini, 51–52.

³⁴⁴ Cf. Cencini, 59.

De certo modo, se o bom espírito dá “inspirações” que comunicam luz e clarificam o caminho para Deus, o inimigo suscita uma “obscuridade” da alma precisamente com o efeito contrário. A pessoa sente-se aqui indefesa perante a confusão que a enreda, incapaz de entender o que está espiritualmente a acontecer. Com esta incapacidade de entender, encontra-se misturado um sentimento de grande peso afetivo de estarem as coisas a correr mal, e de irem continuar a piorar. Esta ação do inimigo que incute obscuridade encontra-se presente na ansiedade. Quando nos sentimos enredados numa obscuridade repleta de ansiedade em relação à nossa vida de fé, estamos então a experimentar a primeira forma de desolação espiritual.³⁴⁵

No entanto, na alegria da consolação espiritual, há um chamamento “para o alto” e uma atração para “as coisas celestiais”. Em sentido oposto, apercebemo-nos que sob o peso da desolação espiritual, acontecerá exatamente o movimento contrário. Desta forma, haverá aqui uma atração “para baixo” dirigida a “coisas baixas e terrenas”. As pessoas em consolação espiritual são atraídas para Deus e para as coisas de Deus, tais como: a oração, as Escrituras, liturgia, serviço dos outros em resposta ao chamamento de Deus, partilha da vida da Igreja e assuntos semelhantes centrados em Deus. As pessoas em desolação espiritual, pelo contrário, não sentem nenhuma atração pela oração e pelo serviço de Deus, mas são atraídas para coisas mais “baixas” e mais “terrenas”: confortos materiais, gratificação do corpo de diversos modos, memórias de tais coisas do passado, adesão a trivialidades vazias, diversão por via dos meios de comunicação, a Internet, negócios, conversa superficial e semelhantes ocupações.³⁴⁶

Não há dúvidas que muitas coisas “terrenas” servem para proporcionar um relaxamento saudável que nos fortalece humanamente e, dessa forma, fortalece também o nosso serviço do Senhor, mas não é a isso que Inácio aqui se refere por “inclinações baixas e terrenas”. Ele está antes a falar da atração “para baixo” que resulta do peso da desolação espiritual e que se dirige a coisas “baixas” que enfraquecem o nosso progresso para Deus. Assim, a pessoa em consolação espiritual sente um aumento de “esperança, fé e caridade”. Na desolação espiritual, há um movimento contrário que leva à falta de fé, esperança e amor. A falta que se experimenta na desolação espiritual não significa a perda da fé, esperança e amor enquanto virtudes permanentes no coração dos batizados. O que diminui é a experiência consciente e sentida destas três virtudes.³⁴⁷

Nesta simbiose de pensamentos, apercebemo-nos que o momento decisivo acontece não apenas quando reconhecemos as moções dos diferentes espíritos, mas quando somos capazes

³⁴⁵ Cf. Gallagher, *O Discernimento dos Espíritos*, 136–37.

³⁴⁶ Cf. Gallagher, 137.

³⁴⁷ Cf. Gallagher, 137–40.

de «escolher as do espírito bom e rejeitar as do espírito mau» (CCE, 51). As regras para o “discernimento dos espíritos” de Santo Inácio ajudam-nos a fazê-lo (cf. EE, 313-336). Estas «regras fazem duas distinções básicas: uma entre o bom espírito e os maus espíritos, e a outra entre consolação e desolação».³⁴⁸ Desta forma, devemos procurar um processo de aprofundamento segundo o ideal de Santo Inácio de Loyola e ter consciência que «não é o muito saber que sacia e satisfaz a pessoa, mas o sentir e saborear as coisas internamente» (EE, 24). Devemos, pois, sentir e saborear internamente aquilo que vivemos, estando atentos aos detalhes e aos pormenores que são na realidade “por-maiores”, olhando o nosso quotidiano e os seus pequenos acontecimentos, recolhendo para mim próprio aquilo que mais toca o meu íntimo.

Para Inácio, a pessoa só experimenta alguma forma de desolação se cair em três causas principais: a negligência espiritual do sujeito, a provação espiritual suscitada por Deus para que o sujeito se conheça melhor a si mesmo e, por fim, algo decorrente do processo de crescimento espiritual deste mesmo sujeito (cf. EE, 322), a mesma não deve fazer mudança alguma nas decisões tomadas anteriormente (cf. EE, 318). O sujeito deve, isso sim, esforçar-se para reagir energeticamente através do incremento do empenho colocado na sua vida espiritual, por mais árida que seja essa experiência (cf. EE, 319), dado que o Senhor nunca o abandonará (cf. EE, 320) e, mais cedo ou mais tarde, o mesmo voltará a vivenciar a verdadeira consolação (cf. EE, 321).

Só desta forma será possível dar lucidez ao nosso caminho. Isto é, tomar consciência do existencial que habita neste momento concreto da minha vida, olhar assim o trilho percorrido para descodificar o caminho a seguir, mesmo sabendo que não poucas vezes será um caminho com escolhas difíceis. No entanto, a importância está não só no caminho a seguir, mas também na certeza do caminho que não quero seguir, tal como o poeta descreve: «Não sei por onde vou, / Não sei para onde vou / - Sei que não vou por aí!».³⁴⁹ Desta forma, percebemos que por vezes é importante saber também o caminho a não seguir, principalmente quando nos encontramos num momento de consolação ou de desolação.

Nesta linha de pensamento, um dos primeiros pontos a tomar consciência é nada mais que fazer uma verdadeira distinção entre bons e maus espíritos. Assim sendo, entendemos por um bom espírito todo aquele que origina pensamentos e ações caracterizados pela paz, alegria e confiança. Este, de certa forma, fortalece, encoraja e gera esperança para o futuro mantendo os nossos pés bem assentes no chão, levando-nos à admissão dos nossos pecados e ao

³⁴⁸ Tetlow, *Sempre em Discernimento*, 234–35.

³⁴⁹ José Régio, «Cântico Negro», em *Poemas de Deus e do Diabo*, 9ª edição (Póvoa de Varzim: Brasília, 1978), 59.

arrependimento. Se choramos, é de alegria e alívio. Isto é consolação, que o bom espírito concede a quem segue a Cristo com seriedade. Nós esperamos viver em consolação e na alegria de Cristo.³⁵⁰

Por outro lado, um mau espírito faz o oposto de tudo isso, originando pensamentos e ações marcados pela dúvida, desolação e confusão. Um bom espírito gosta da luz e é transparente e aberto. Ao passo que, um mau espírito gosta das trevas e é enganador e cheio de mentiras. E ali onde um bom espírito convida e encoraja brandamente, o mau espírito fomenta o rancor e recorre à força. Ambos os espíritos agem tanto na consolação como na desolação, embora o bom espírito pretenda que nós progridamos na consolação e o mau espírito nos incite a passarmos de uma consolação aparente para a desolação.³⁵¹

Neste ponto, podemos, por conseguinte, dizer que, para Inácio, o discernimento³⁵² dos espíritos³⁵³ descreve o processo pelo qual procuramos «distinguir entre diversos tipos de movimentos espirituais nos nossos corações, identificando aqueles que são de Deus e aqueles que não o são, para se aceitarem os primeiros e rejeitarem os segundos».³⁵⁴ Todavia, e porque Inácio escreve estas regras com um propósito eminentemente prático em mente, dedica a maior parte delas a ajudar-nos a rejeitar as armadilhas da desolação espiritual. Desta forma, mostramos que a maior dificuldade reside na cilada da desolação espiritual e no seu poder debilitante – se não lhe prestarmos atenção, não a entendermos e não soubermos como rejeitá-la de um modo concreto. Assim, a desolação espiritual possui um potencial para provocar danos espirituais que se tornam patente no desalento.

Nesta linha, perspetivamos que, para a maioria das pessoas dedicadas, este é o principal obstáculo ao crescimento para Deus, à medida que avançam no seu percurso espiritual. Não menos verdade é afirmarmos que um dos maiores dons que a nossa tradição espiritual tem para nos oferecer é a ajuda para alcançarmos maior liberdade em relação a este obstáculo. E, à medida que esta liberdade se vai intensificando, a desolação espiritual não apenas nos prejudica menos, como ela própria transforma-se progressivamente, tal como Deus o pretende, numa “lição” capaz de dar maior solidez ao nosso progresso para Deus.³⁵⁵

³⁵⁰ Cf. Tetlow, *Sempre em Discernimento*, 248.

³⁵¹ Cf. Tetlow, 248–49.

³⁵² Discernimento, no sentido aqui pretendido, significa o processo de distinguir uma coisa ou ideia de uma outra. *Discernir* (do latim *discernere* – separar as coisas de acordo com as suas qualidades, distinguir entre uma coisa e outra) é identificar uma realidade espiritual enquanto diferente de uma outra.

³⁵³ A expressão “dos espíritos” descreve aquilo que deve ser discernido, isto é, “quais realidades espirituais” devem ser distinguidas, uma da outra. A palavra “espíritos”, tal como Inácio a usa neste contexto, indica “aquelas agitações afetivas do coração” – alegria, tristeza, esperança, medo, paz, ansiedade e sentimentos similares – que, com os pensamentos que lhes estão relacionados, influenciam a nossa vida de fé e o nosso progresso para Deus.

³⁵⁴ Gallagher, *O Discernimento dos Espíritos*, 25.

³⁵⁵ Cf. Gallagher, 155–56.

Na verdade, quando começamos a cair na conta de como os espíritos agem em nós, podemos confiar no nosso discernimento em relação a eles, na medida em que tivermos a certeza de não estarmos a ser influenciados por preconceitos, apegos ou egoísmo. Este é um discernimento maduro. Alcançamo-lo por meio de uma vida de autodomínio e oração – e muita experiência.³⁵⁶ Da mesma forma, somos persuadidos para o pensamento que «a espiritualidade inaciana liga a consolação ao discernimento. O Papa Francisco e muitas outras pessoas aprendem esta conexão quando fazem os Exercícios Espirituais de Santo Inácio. Mas mantemo-nos conscientes de que os discípulos adultos estão sempre a discernir e que o Espírito está a consolar-nos em todos os momentos».³⁵⁷

Para Inácio de Loyola, a desolação advém ao sujeito especialmente dos obstáculos inconscientes colocados à ação de Deus na sua vida e que a sua vontade limitada é incapaz de superar. A desolação pode apresentar-se como uma escuridão que faz com que o sujeito se sinta incapaz de saber para onde deve avançar. Depois, pode manifestar-se numa tristeza global e paralisante. Finalmente, pode declarar-se através de circunstâncias em que os pensamentos espirituais perdem toda a sua consistência e motivação.³⁵⁸

Na verdade, podemos comparar a desolação espiritual a uma experiência relacionada com a perceção da aparente ausência de Deus, isto é, de se experimentar como que órfão de Deus, na qual o sujeito perde a paz interior, com ou sem sentimentos externos de tristeza, pois, na realidade, há situações nas quais ela pode manifestar-se através de uma alegria inebriante que sufoca a consciência espiritual do sujeito, separando-o mesmo de Deus. Esta realidade é, em suma, aquilo que mede a sua verdade: o epicentro da desolação é a ausência de Deus.³⁵⁹

Ao entendermos a desolação espiritual desta forma, devemos lutar, quotidiana e eficazmente, contra o desânimo espiritual, esforçando-nos por permanecer constantes nas decisões que tínhamos assumido antes da desolação. Assim, enquanto que em cada pessoa não estiver presente nenhuma decisão na linha de uma mudança na sua vida, antes deve manter-se firme nos propósitos corretos assumidos antes de tal desolação e, simultaneamente, tentar reagir contra a situação, pois ela inclina-se habitualmente para a inércia.³⁶⁰

Uma outra observação que deve ser feita, especialmente devido à sua importância pastoral, é que a desolação espiritual é totalmente diferente da desolação psíquica e até mesmo da depressão. De facto, a desolação não é apenas um sentimento psíquico de tristeza, mas um

³⁵⁶ Cf. Tetlow, *Sempre em Discernimento*, 235–37.

³⁵⁷ Tetlow, 250.

³⁵⁸ Cf. Duarte, «O discernimento inaciano: pondus hermenêutico do pontificado de Francisco», 182–83.

³⁵⁹ Cf. Duarte, 182–83.

³⁶⁰ Cf. Duarte, 184–85.

estado como que antinatural, do ponto de vista espiritual, no qual se vivencia, de uma forma ou de outra e em graus muitos diferentes, a perda ou a diminuição dos dons da fé, esperança e amor.³⁶¹

Numa outra perspectiva, devemos ter em conta a existência de uma falsa consolação, que se resume num estágio emocional no qual o sujeito experimenta sentimentos de consolação que não levam a Deus, aos demais, ao amor, à verdadeira beleza. Mesmo estando empenhado na busca de um bem maior, é enganosamente direcionado para um bem menor ou, até mesmo, algo que não é, em si mesmo, um bem, antes, e por exemplo, um mal sob aparência de bem. Destarte, quando o sujeito se apercebe de que se encontra neste estado, Inácio menciona que o mesmo deve, na medida do que lhe for possível, determinar a sequência que originou os seus pensamentos, sentimentos e afetos para, a partir daí, discernir onde é que se afastou do caminho do bem maior que desejava almejar.³⁶² Para Inácio de Loyola, se a verdadeira consolação é sempre uma ação fundamentalmente divina, a consolação falsa ou falsificada já ocorre através da ação camuflada de tudo o que se opõe a Ele.

De certa forma, os Exercícios Inacianos podem conduzir pessoas de um quase qualquer estágio de desenvolvimento espiritual até domínios cada vez mais profundos da vida espiritual – até mesmo à vida mística. A sua espiritualidade e misticismo intensamente encarnacionais e icónicos visam encontrar a Deus em todas as coisas e todas as coisas em Deus. Nunca separam o amor a Deus ao próximo e ao mundo. Uma espiritualidade e um misticismo da alegria no mundo, uma espiritualidade pascal que ama o mundo, porque o Deus trinitário o cria, redime, ama e transforma.³⁶³

Na mesma linha, a quem se voltou radicalmente para Deus, o Espírito Santo oferece consolação espiritual, torna-se como que alavanca, sobretudo, sobre a dimensão do sentir e do degustar. De seguida, a partir do momento em que a inteligência dessa pessoa se nutre de sabores espirituais, o Espírito Santo age também no mundo dos pensamentos, procurando dar razão a essa orientação e a essa adesão. Os pensamentos então buscam tudo aquilo que diz respeito a Deus, isto é, o cumprimento da Sua vontade. Já que pertencemos a Deus, a Ele nos entregamos, o Senhor age sobre nós agindo em nós. Deus entra no nosso coração por meio dos nossos pensamentos e sentimentos de modo suave, agradável, sem tinturas, sem que percebamos uma violação, uma ação externa, a nós estranha, que nos possa perturbar, inquietar, entristecer, trilhar a consciência.³⁶⁴

³⁶¹ Cf. Duarte, 185.

³⁶² Cf. Duarte, 186.

³⁶³ Cf. Gallagher, *O Discernimento dos Espíritos*, 15.

³⁶⁴ Cf. Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 123.

O desafio de hoje é precisamente o de nos lançarmos para Deus sem medo, tendo a certeza plena que Ele não se afastará para nos deixar cair. Ele haverá de nos receber e curar das nossas enfermidades (cf. EE, 176). No entanto, é essencial distinguir o bom espírito do mau espírito. Este bom espírito que nos leva até Deus está também ativo naqueles que se vão intensamente purificando dos seus pecados, e progredindo no serviço de Deus. É precisamente nestas pessoas que verificamos que «é próprio do bom [espírito] dar ânimo e forças, consolações, lágrimas, inspirações e quietude, facilitando e tirando todos os impedimentos, para que ande[m] para diante na prática do bem» (EE, 231).

Na verdade, a ação do bom espírito é precisamente oposta à ação do inimigo: se o inimigo procura desencorajar estas pessoas, o bom espírito procura encorajá-las. Se o objetivo da ação do inimigo é impedir que as pessoas comprometidas andem para diante em direção a Deus, a ação do bom espírito visa ajudar estas pessoas a que andem para diante na prática do bem. Esta ação encorajadora é “própria” do modo como o bom espírito opera nos seus corações.³⁶⁵ Desta forma, Inácio esboça a ação do bom espírito de modo sucinto: é próprio do bom espírito dar ânimo e forças, consolações, lágrimas, inspirações e quietude, facilitando e tirando todos os impedimentos. O inimigo morde, entristece, põe impedimentos, e inquieta; o bom espírito “dá”. Para Inácio, dar é o sinal do amor: o amor consiste na comunicação recíproca, a saber, em dar e comunicar a pessoa que ama à pessoa amada o que tem ou do que tem ou pode (cf. EE, 231).

Nesta linha de pensamento, apercebemo-nos que o bom espírito facilita o coração, tirando todos os impedimentos, mesmo sabendo que, por vezes, o bom espírito traz lágrimas, mas que estas «são lágrimas abençoadas que exprimem fisicamente a consolação do coração em Deus».³⁶⁶ Assim, tal é a ação do bom espírito na pessoa que sinceramente busca a Deus. A pessoa que discerne e que presta atenção a esta ação, a entende e aceita, andará para diante na prática do bem de modo seguro e proveitoso.

Assim, pouco a pouco, começamos a concentrar a nossa atenção nesse calor interior, nessa luz agradável que satisfaz. Talvez sintamos uma grande consolação ao determo-nos nessa luz que nos visita durante um determinado exercício espiritual. Aos poucos, os pensamentos que nascem enquanto estamos nesse estado agradável começam a ser mais delineados, mais precisos, giram em torno de um ou dois objetos, um ou dois elementos que se tornam cada vez mais insistentes, que começam a interpelar-nos quase em forma de desafio. Tais pensamentos exigem de nós uma reação, um empenho e escolhas imediatas. Desta forma, começamos,

³⁶⁵ Cf. Gallagher, *O Discernimento dos Espíritos*, 102.

³⁶⁶ Gallagher, 103–4.

facilmente, a dialogar com eles. O pensamento propõe um desafio, e a pessoa torna-se cada vez mais combativa, desejosa, mas de modo a tornar-se, ela própria, a protagonista da ação que executa. Trata-se de uma passagem refinadíssima: de uma sensação de calor espiritual, de zelo; pouco a pouco, tornamo-nos protagonistas de toda a razão e de toda a luta espiritual: é o sinal de que estamos a empenhar-nos.³⁶⁷

Neste discernimento constante é essencial, como já referi, uma abertura à vontade de Deus e, neste sentido, tomarmos consciência que nós somos um mistério muito mais profundo do que aquilo que possamos imaginar e, por isso mesmo, é necessária uma confiança, generosidade e ânimo que só resultam do caminho trilhado no conforto de Deus. Na verdade, «que mais havemos de dizer? Se Deus está por nós quem pode estar contra nós?» (Rom 8, 31). Este é, na realidade, o pensamento que qualquer jovem deverá ter, preservando em si uma total confiança em Deus e assim fazer precisamente a Sua vontade, que, de certo modo, será a nossa vontade. O acordo destas duas vontades traz ao de cima a forte expressão de Santo Agostinho: «ama e faz o que quiseres».³⁶⁸ Aqui encontramos a essência do discernimento que é precisamente o amor verdadeiro.

Por outro lado, quando não fazemos a vontade de Deus, o Espírito retira a consolação. Mas quando nos decidimos a viver bem, o Espírito faz-nos sentir a certeza de que “estou a fazer o que Deus quer que eu faça” – e agir com essa certeza é consolação. Para continuar a discernir, temos de permanecer conscientes de um horizonte mais vasto. Desde há muito que temos vindo a associar a consolação à oração e às decisões mais importantes da vida. É possível que não tenhamos discernido que o Espírito está sempre a consolar-nos. Mas Santo Inácio afirma que todas as vezes que fizermos a experiência de uma fé ou esperança mais profundas e de um amor maior, o Espírito está, de facto, a consolar-nos.³⁶⁹

Pensando melhor a consolação espiritual, somos levados ao pensamento que esta pode ser sentida apenas durante um breve momento, pode permanecer durante um período de oração ou de uma celebração litúrgica ou até pode, por vezes, manter-se durante vários dias ou semanas. A duração da consolação espiritual irá variar em cada instância de tal consolação. As consolações espirituais variam também de intensidade. Por vezes, serão sentidas muito intensamente. Noutras ocasiões, a pessoa sentirá um afeto mais sereno ou apenas um sereno erguer do coração de amor para com Deus.³⁷⁰ Tais variações em duração e intensidade são

³⁶⁷ Cf. Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 133.

³⁶⁸ Agostinho de Hipona, *Epístola de João aos Partos*, 7, 8, PL 35, 2053.

³⁶⁹ Cf. Tetlow, *Sempre em Discernimento*, 254–55.

³⁷⁰ Cf. Gallagher, *O Discernimento dos Espíritos*, 118.

próprias de todas as formas de consolação espiritual. Fazem parte da providência amorosa e da sabedoria de um Deus que sabe como dar coisas boas aos seus filhos (cf. Lc 11,13).

A certeza de um discernimento bem feito resulta da ligação entre o que eu quero para a minha vida e o que Deus quer também para a minha vida e, de certa forma, «conhecer inquestionavelmente o que Deus quer que eu faça, o que Deus quer fazer comigo e através de mim, é a maior de todas as consolações humanas».³⁷¹ Contudo, a consolação madura nem sempre nos chega na forma de uma ideia ou sentimento. Por vezes, vem sob a forma de uma decisão concreta. Podemos tomar uma decisão de fazer alguma coisa boa sem quase reconhecermos que estamos para o fazer. Santo Inácio considera isto como sendo uma graça importante: «Quando Deus nosso Senhor move e atrai a vontade de tal modo que, sem duvidar nem poder duvidar, a alma devota segue o que lhe é mostrado» (EE, 175).

Em qualquer caminhada espiritual, de acordo com as circunstâncias diversas de cada pessoa, podem ocorrer dentro do seu íntimo experiências de prova, e de facto ocorrem. Esse desânimo é muito capaz de causar um prejuízo espiritual nas pessoas que buscam a Deus. E se não for entendido, isto é, se não lhe oferecermos resistência, acabaremos por experienciar aquilo que Inácio apelida de desolação espiritual. Assim, todos quantos procuram crescer espiritualmente apreenderão de imediato a enorme necessidade de prestar atenção, entender e responder adequadamente a tais moções espirituais capazes de provocar desânimo. Por um lado, se a consolação espiritual consiste em tranquilidade da alma, a desolação espiritual irá consistir em perturbação; por outro, se a consolação espiritual é alegre, a desolação espiritual será triste, e a oposição poderia ser continuada deste modo.³⁷²

Em sentido contrário apercebemo-nos que «a desolação está muito presente na nossa cultura. Mas, tal como os nossos amigos que não são cristãos, apelidamo-la habitualmente de depressão».³⁷³ Santo Inácio, ao longo da sua vida, veio a descobrir que, no seu cerne, a desolação é a diminuição da fé, obscurecimento da esperança e arrefecimento do amor. O discípulo que discerne interpreta isto como sendo desolação espiritual. Viver insatisfeito é um sinal dos nossos tempos, que temos a responsabilidade grave de interpretar. O discípulo adulto pode discernir que estar insatisfeito é um sinal pelo qual Deus nos fala e o Espírito nos guia. Reconhecemos também que viver insatisfeitos não é o caminho.³⁷⁴ Assim, devemos ler acertadamente os “sinais dos tempos” para discernir o seu significado e colocar exigências às nossas cabeças e aos nossos corações. Na verdade, «se formos capazes de entender com clareza

³⁷¹ Tetlow, *Sempre em Discernimento*, 257.

³⁷² Cf. Gallagher, *O Discernimento dos Espíritos*, 131–33.

³⁷³ Tetlow, *Sempre em Discernimento*, 269.

³⁷⁴ Cf. Tetlow, 270–83.

tal desolação espiritual, do modo como Inácio nos pretende guiar, o poder que ela possui de nos desanimar começa já a diminuir».³⁷⁵

De facto, tudo o que nos separa de Deus conhece os pontos mais fracos da nossa personalidade, pelo menos aqueles que, usualmente, acreditamos serem os melhores, e é por aí mesmo que o engano começa. Isto, quase mais do que qualquer outra realidade, deve levar quem se entrega ao discernimento espiritual de espíritos a ser muito cuidadoso (EE, 332). Estas consolações negativas, pela sua própria natureza e no decurso mais global da aplicação das decisões tomadas, devem incitar o sujeito a procurar averiguar atentamente o desenvolvimento da sua consolação para ver se a mesma, desde o seu momento inicial até às suas consequências, permanece, ou não, em harmonia com Deus e com o caminho de seguimento a Cristo Jesus.³⁷⁶

³⁷⁵ Gallagher, *O Discernimento dos Espíritos*, 129.

³⁷⁶ Cf. Duarte, «O discernimento inaciano: pondus hermenêutico do pontificado de Francisco», 188.

CONCLUSÃO

«Chamados a formar consciências, não a pretender substituí-las»

(AL, 37).

Nos tempos hodiernos verificamos que os jovens vivem perplexos pela novidade, uma novidade que contagia e faz mexer o íntimo de cada um. No entanto, não poucos jovens fazem habitar em si uma tal procrastinação que, por um lado incomoda a quem procura diariamente caminhar com eles, mas, por outro, dá a essa mesma juventude um conforto, de tal maneira que não se sentem obrigados a caminhar em nenhum sentido, optando, assim, pelo caminho que lhes parece mais fácil.

No entanto, é precisamente neste ponto que encontramos a diferença entre parecer e ser. Na comunicação comum ouvimos muitas vezes um chavão: “Nem tudo o que parece é”. Esta é a verdade intelectualizada aos nossos corações. Isto porque muitos são os jovens que não vivem entusiasmados com o compromisso e a generosidade da resposta aos desafios que nos são propostos. Tantas e tantas vezes adiamos uma resposta na esperança que exista a possibilidade de alguém responder por nós. Desta forma, é fundamental «que o Espírito Santo vos empurre nesta corrida para a frente. A Igreja precisa do vosso entusiasmo, das vossas intuições, da vossa fé. Fazeis-nos falta! E quando chegardes onde nós ainda não chegámos, tende paciência para esperar por nós» (ChV, 299).

Nos atuais processos de reestruturação das comunidades religiosas e eclesiais, também nos encontramos numa situação comovente. Não costuma ser uma época de crescimento numérico, mas de declínio, na qual, no entanto, não se trata simplesmente de encerrar tarefas e presenças, mas de viver um verdadeiro processo de criatividade num ambiente secularizado, muito semelhante ao das primeiras comunidades no mundo pagão. Precisamos de processos de discernimento para criar novas estruturas comunitárias e institucionais e, na efervescência das tecnologias da comunicação, novas linguagens para anunciar a nova vida do Evangelho que já saboreamos e que outros, sem lhe dar nome, também podem sentir e gostar.³⁷⁷

Nesta linha de pensamento, facilmente concluimos que precisamos, incansavelmente, de afinar bem o nosso discernimento, descobrindo, assim: Por onde passa a novidade de Deus? Como a deixar nascer? Como dar-lhe o melhor de quem somos e temos para que Ele cresça e continue o Seu caminho em nós? Como transformar os buracos da parede em janelas por onde

³⁷⁷ Cf. Buelta, *El Discernimiento la novedad del Espíritu y la astucia de la carcoma*, 92.

entra a luz, ou em portas pelas quais se sai para o futuro?³⁷⁸ Este é, de facto, o verdadeiro caminho desafiante que nos apela à criatividade, mas também ao compromisso.

Contudo, sabemos que este compromisso que nos leva a uma eleição não é uma simples decisão. Esta é levada a cabo, geralmente, com o entendimento e está, essencialmente, localizada na vontade, isto é, na faculdade querente e amante. Na verdade, a realização da eleição pressupõe sempre que a decisão já foi tomada: quando o sujeito adere e assume a decisão, ele converte a mesma numa eleição. De facto, a eleição não se reporta a um momento episódico, antes possui uma abertura temporal que abrange um conjunto de escolhas periódicas que o sujeito deve fazer para, tendo em consideração a implementação do Reino, seguir a Cristo de uma forma mais eficaz. Assim, o verdadeiro Autor original da eleição não é senão Deus, pois, se assim não fosse, o sujeito não a construía com Ele, mas fabricava-a ou inventava-a. Na verdade, o ser humano somente deve fazer uma eleição quando está profundamente identificado com o objeto dela e, ao mesmo tempo, está apto a tomar decisões consistentes com a verdade que descobriu acerca de e para si.³⁷⁹

Não menos importante é termos a noção que o próprio Santo Inácio, por exemplo, com toda a sua mestria nas regras e nas técnicas do discernimento, com o passar dos anos, já não discernia segundo as suas próprias regras, pois já não havia necessidade. No início, fazia-se muitas perguntas, impunha-se muitas interrogações, colocava em prática muitas tentativas para descobrir a vontade de Deus. No final, encontramos-lo muito mais pacífico, surpreendentemente resoluto, pois a purificação que alcançou permitiu-lhe contemplar Deus. Os antigos falavam frequentemente da purificação da mente, do nosso modo de pensar e de sentir. O motivo é, certamente, óbvio: alcançar a integração de todas as nossas capacidades cognitivas no coração, para chegar o máximo possível ao coração puro.³⁸⁰

Não obstante, há um ponto fulcral que é preciso sabermos analisar. Assim, devemos perceber corretamente uma das duas verdades, «ou é porque o sal não salga, ou porque a terra não se deixa salgar».³⁸¹ Da mesma forma, podemos-nos perguntar hoje: será que o sal não salga ou serão os jovens que não se deixam salgar? Com isto, procuramos, em forma de conclusão, mostrar que, muitas vezes, o defeito não está unicamente nos jovens, mas também nas lacunas da parte de quem os acompanha, que acaba por falhar o seu compromisso. Ao mesmo tempo, o Papa Francisco propõe uma imagem muito precisa da sua forma de conceber o primado petrino neste caso: não como quem dita ordens, mas como quem forma a consciência e a respeita,

³⁷⁸ Cf. Buelta, 119.

³⁷⁹ Cf. Duarte, «O discernimento inaciano: pondus hermenêutico do pontificado de Francisco», 192–93.

³⁸⁰ Cf. Rupnik, *O discernimento da purificação à comunhão*, 199.

³⁸¹ Padre António Vieira, *Sermões Hagiográficos I*, Tomo 2, vol. 10 (Maia: Círculo de Leitores, 2014), 137.

precisamente para que a consciência dos fiéis esteja de acordo com a sensibilidade do Espírito. Desta forma, os sacerdotes são chamados a acompanhar quem se encontra em dificuldade e, simultaneamente, a fazer caminho com cada um dos fiéis. De maneira a que o objetivo não seja o de substituir a consciência de quem pede ajuda, mas a formar em si a sensibilidade típica que lhes permite escolher o que agrada a Deus.³⁸²

Assim, apercebemo-nos que o caminho da Igreja não é o de condenar, mas difundir a misericórdia de Deus a todos aqueles que a pedem de coração sincero. Portanto, «devemos evitar julgamentos que não levem em conta a complexidade das várias situações, e devemos estar atentos à maneira como as pessoas vivem e sofrem por causa da sua condição».³⁸³ De certa forma, o pastor, atento ao que diz o Evangelho, não é alguém que espera, mas antes alguém que toma a iniciativa. Este deve ser capaz de perceber que a pessoa em discernimento está a enfrentar situações complexas. Desta forma, reconhece ausências, sente desconforto, percebe expectativas e, assim, age de acordo. Obviamente, não falamos num padre que deva invadir ou interferir em situações que exijam grande delicadeza e respeito, mas sim zelar com máxima atenção pela imagem que dá da Igreja a quem vive nestas situações.³⁸⁴

Não menos importante é a necessidade de escuta eclesial que as pessoas nutrem, tendo a sensação de indisponibilidade por parte dos eclesiásticos para compreender as situações particulares, como se sentissem um juízo inexorável e definitivo sobre elas. Sem sombra de dúvida, este é um dos pontos principais da falta de discernimento nos jovens.³⁸⁵ Falo obviamente da indisponibilidade daqueles que deviam acompanhar o quotidiano de quem procura discernir em comunhão com a Igreja.

Pois bem, o sacerdote deve recorrer a tudo para negar esta imagem de uma Igreja baseada nas leis e nos doutores da lei, e propor a experiência de uma Igreja como uma casa sempre aberta, na qual cada um se sinta acolhido para procurar e encontrar o seu local. O que não significa, seguramente, a ausência de normas ou indiferentismo ético-moral, ou uma estratégia pastoral vagamente boa. Deve, pelo contrário, refletir um anúncio de um Deus que está em duradoura procura do homem, especialmente dos perdidos, que são os seus favoritos e, conseqüentemente, a prioridade é dada ao homem, para que ninguém se sinta abandonado, qualquer que seja a situação existencial em que se encontre.³⁸⁶

³⁸² Cf. Cencini, *Los pasos del Discernimiento*, 94.

³⁸³ Cencini, 97.

³⁸⁴ Cf. Cencini, 104.

³⁸⁵ Cf. Cencini, 104.

³⁸⁶ Cf. Cencini, 105.

O desafio constante exigido à Igreja é que não deixe as pessoas sozinhas nestas situações, abandonadas à sua consciência. Mas sim, que as acompanhe, aproveitando todos os momentos de contacto possível, dando-lhes em todo o caso o testemunho da misericórdia de Deus e permanecendo «atento ao bem que o Espírito Santo derrama no meio da fragilidade, [como] uma Mãe que, embora exprima claramente o seu ensinamento objetivo, não renuncia ao bem possível, ainda que corra o risco de se sujar com a lama do caminho» (*AL*, 308). Por isso, um caminho de acompanhamento é essencial, pois só dentro dele é possível aquele tipo de atenção e compreensão que nos permite chegar ao coração sofredor dos jovens.³⁸⁷

³⁸⁷ Cf. Cencini, 107.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Fontes Primárias

Agostinho de Hipona. *Epístola de João aos Partos*. PL 35, 1977-2062.

Bíblia Sagrada. Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica, 2008.

Catechismus Catholicae Ecclesiae, 1997.
https://www.vatican.va/archive/catechism_lt/index_lt.htm.

Francisco. «Discurso na cerimónia de abertura da XXXIV Jornada Mundial da Juventude no Panamá». 2019. Acedido a 5 de fevereiro de 2021.
https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/january/documents/papa-francesco_20190124_panama-apertura-gmg.html.

Francisco. «Exortação Apostólica Pós-Sinodal “*Christus Vivit*”», 2019.
http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20190325_christus-vivit.html.

Franciscus. «Adhortatio Apostolica “*Evangelii Gaudium*”». *AAS* 105 (2013): 1019–1137.

———. «Adhortatio Apostolica “*Gaudete et Exsultate*”». *AAS* 110 (2018): 1111–61.

———. «Adhortatio Apostolica Post-Synodalis “*Amoris Laetitia*”». *AAS* 108 (2016): 311–446.

Ioannes XXIII. «Constitutio Apostolica “*Humanae Salutis*”». *AAS* 54 (1962): 5-13.

Paulus VI. «Adhortatio Apostolica “*Evangelii Nuntiandi*”». *AAS* 68 (1975): 5-76.

Sacrosanctum Concilium Oecumenicum Vaticanum II. «Constitutio Dogmatica de Ecclesia “*Lumen Gentium*”». *AAS* 57 (1965): 5–71.

———. «Constitutio Pastoralis de Ecclesia in Mundo Huius Temporis “*Gaudium et Spes*”». *AAS* 58, (1966): 1025–1120.

Sínodo dos Bispos. «Documento da Reunião pré-sinodal para preparação da XV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos bispos», 2018. Acedido a 20 de fevereiro de 2021.
<https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2018/03/24/0220/00482.html#porto>.

———. «Documento Final da XV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos», 2018. Acedido a 5 de fevereiro de 2021. http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20181027_doc-final-instrumentum-xvassemblea-giovani_po.html.

Fontes Secundárias

Barruffo, Antonio. «Discernimento». Em *Dicionário de Espiritualidade*. Editado por Augusto Guerra e Isabel Fonte Leal Ferreira, 2ª edição, 284–91. São Paulo: Paulus, 1993.

Bauman, Zygmunt. *Identidade*. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

———. *Vida Líquida*. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.

Borras, Alphonse. «A comunicação do Evangelho na grande cidade: Espaços, Agentes, Condições». Em *A Pastoral das Grandes Cidades*, 249–300. Traduzido por Isabel Maria Alçada Cardoso. Lisboa: Paulinas, 2016.

Brosse, Oliver de la, Antonin-Marie Henry, e Philippe Rouillard. «Discernimento dos Espíritos». Em *Dicionário de Termos da Fé*, 245–46. Porto: Perpétuo Socorro, 1989.

Buelta, Benjamín González. *El Discernimiento la novedad del Espíritu y la astucia de la carcoma*. 2ª edição. Cantabria: Sal Terrae, 2019.

Castillo, José María. «Discernimiento». Em *Nuevo diccionario de Pastoral*. Editado por Casiano Floristán, 383–93. Madrid: San Pablo, 2002.

Cencini, Amadeo. *Los pasos del Discernimiento*. Cantabria: Sal Terrae, 2019.

Chenu, Marie-Dominique. «Les signes des temps». *Nouvelle Revue Théologique* 87, n. 1 (1965): 29–39.

Cunha, Paulo Ferreira. «Liberdade». Em *Enciclopédia Luso-Brasileira*. Editado por Jorge Colaço e George Vicente, 17:1032–38. Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999.

Dias, José Ribeiro. «Identidade». Em *Enciclopédia Luso-Brasileira*. Editado por Jorge Colaço e George Vicente, 15:368–69. Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999.

Duarte, Alexandre Freire. «O discernimento inaciano: pondus hermenêutico do pontificado de Francisco». Em *Humanística e Teologia*, 163–99. Porto: Humanística e Teologia, 2018. <https://doi.org/https://doi.org/10.34632/humanisticaeteologia.2018.9460>.

- Espinosa-Arce, Juan Pablo. «“Signos de los tiempos” en Gaudium et Spes Redacción, hermenéutica y teología». *Revista Espiga* 15, n. 32 (2016): 119–36. <https://doi.org/10.22458/re.v15i32.1583>.
- Fisichella, Rino. «Les signes des temps». Em *Dictionnaire de Théologie Fondamentale*, editado por René Latourelle e Rino Fisichella, 1251–58. Montréal/Paris: Bellarmin/ Cerf, 1992.
- Freitas, Manuel da Costa. «Conhecimento». Em *Enciclopédia Luso-Brasileira*. Editado por Jorge Colaço e George Vicente, 917–21. Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999.
- . «Consciência». Em *Enciclopédia Luso-Brasileira*. Editado por Jorge Colaço e George Vicente, 7:955–57. Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999.
- . «Consciência Moral». Em *Enciclopédia Luso-Brasileira*. Editado por Jorge Colaço e George Vicente, 7:962–63. Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999.
- Gallagher, Michael Paul. *A surpreendente novidade de Cristo*. Traduzido por Carlos Reis. Braga: Apostolado da Oração, 2012.
- Gallagher, Timothy. *O Discernimento dos Espíritos*. Traduzido por Mário José Galvão de Almeida. Braga: Apostolado da Oração, 2013.
- González-Carvajal, Luis. *Los signos de los tiempos. El Reino de Dios está entre nosotros*. Santander: Sal Terrae, 1987.
- Guerra, António. «Discernimento». Em *Dicionário de Pastoral*, 181–83. Porto: Perpétuo Socorro, 1990.
- Inácio de Loyola. *Exercícios Espirituais*. Traduzido por Mário Garcia. Braga: Apostolado de Oração, 2016.
- Machado, José Pedro. «Conhecer». Em *Dicionário Etimológico Da Língua Portuguesa*, 3ª edição, vol. 2. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- . «Discernir». Em *Dicionário Etimológico Da Língua Portuguesa*, 3ª edição, vol. 2. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- . «Identidade». Em *Dicionário Etimológico Da Língua Portuguesa*, 3ª edição, vol. 3. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- . «Verdade». Em *Dicionário Etimológico Da Língua Portuguesa*, 3ª. edição, vol. 5. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

- Martínez, Julio. *Conciencia, discernimiento y verdad*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2019.
- Muratore, Saturnino. «Verdade». Em *Christos Enciclopédia do Cristianismo*. Editado por Gianni Ambrosio, 862–63. Lisboa/ São Paulo: Verbo, 2004.
- Oliveira, António. «Liberdade». Em *Enciclopédia Luso-Brasileira*. Editado por Jorge Colaço e George Vicente, vol. 17. Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999.
- Pereira, Agostinho. «Consciência». Em *Enciclopédia Luso-Brasileira*. Editado por Jorge Colaço e George Vicente, vol. 7. Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999.
- Piana, Giannino. «Consciência». Em *Christos Enciclopédia do Cristianismo*. Editado por Gianni Ambrosio. Lisboa/ São Paulo: Verbo, 2004.
- Pires, Celestino. «Verdade». Em *Enciclopédia Luso-Brasileira*. Editado por Jorge Colaço e George Vicente, vol. 29. Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999.
- Raposo, Mario. «Identidade Pessoal». Em *Enciclopédia Luso-Brasileira*. Editado por Jorge Colaço e George Vicente, vol. 15. Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999.
- Régio, José. «Cântico Negro». Em *Poemas de Deus e do Diabo*, 9ª edição. Póvoa de Varzim: Brasília, 1978.
- Ruiz Jurado, Manuel. *El Discernimiento espiritual. Teología, historia, práctica*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995.
- Rupnik, Marko Ivan. *O discernimento da purificação à comunhão*. Traduzido por Paula Xavier. Prior Velho: Paulinas, 2014.
- Sastre, Jesús. «Discernimento». Em *Diccionario de Pastoral y Evangelización*. Editado por Vicente Maria Pedrosa, Jesús Sastre, e Raúl Berzosa. Burgos: Monte Carmelo, 2001.
- Teixeira, Joaquim de Sousa. «Liberdade». Em *Enciclopédia Luso-Brasileira*. Editado por Jorge Colaço e George Vicente, vol. 17. Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999.
- Terra, Domingos. *A leitura crente dos sinais dos tempos*. Lisboa: Univesidade Católica, 2012.
- . *Autoconhecimento e Discernimento Cristão*. Braga: Apostolado da Oração, 1995.
- Tetlow, Joseph. *Sempre em Discernimento*. Traduzido por Mário José Galvão de Almeida. Braga: Apostolado Oração, 2019.
- Trigo, Jerónimo. «Discernimento». Em *Enciclopédia Luso-Brasileira*. Editado por Jorge Colaço e George Vicente, vol. 9. Lisboa/ São Paulo: Verbo, 1999.

- Valdman, Traian. «Discernimento». Em *Christos Enciclopédia do Cristianismo*. Editado por Gianni Ambrosio, 283. Lisboa/ São Paulo: Verbo, 2004.
- Vallés, Carlos. *Saber Escolher: A arte do discernimento*. Traduzido por Maria de Jesus Santa Clara Gomes. Braga: Apostolado da Oração, 1989.
- Vergottini, Marco. «Liberdade». Em *Christos Enciclopédia do Cristianismo*. Editado por Gianni Ambrosio. Lisboa/ São Paulo: Verbo, 2004.
- Vieira, Padre António. *Sermões Hagiográficos I*, Tomo 2, vol. 10. Maia: Círculo de Leitores, 2014.